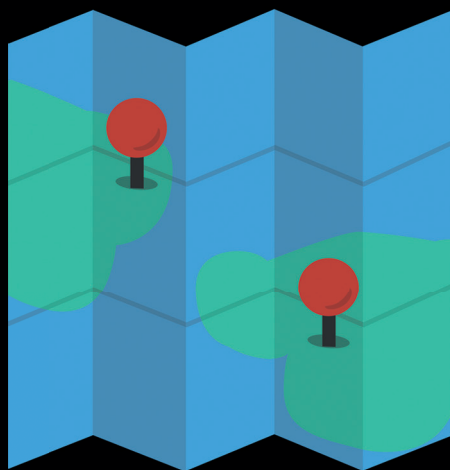
AVALIAÇÃO do PRONINC

Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

Relatório Final
2017

Soltec/UFRJ – Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ

Avaliação do Proninc – Relatório Final 2017 / Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

134 f. : il

Disponível em: http://nides.ufrj.br/index.php/proninc

1. Proninc. 2. Incubadoras Tegnológicas de Economia Solidária. 3. Economia Solidária. I. Addor, Felipe. II. Pérez Menafra, Rosina.

FICHA TÉCNICA

EQUIPE DE PESQUISA

NÚCLEO DE SOLIDARIEDADE TÉCNICA – SOLTEC/UFRJ
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL – NIDES/UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Felipe Addor **– Coordenação Geral**
Rosina Pérez Menafra **– Coordenação Metodológica**

Pesquisadores

Camille Costa Perissé Pereira
Layssa Ramos Maia de Almeida
Ícaro Moreno de Souza Melo
Thais Cristina Souza de Oliveira

Auxiliares de pesquisa

Amanda Chao Guerbatin
Camila Rolim Laricchia
Filipe Ribeiro Magalhães
Marília Alves Gonçalves
Míriam Maia Cavalcante
Nelson Ravelo Franco
Ricardo Silveira

Gestão Financeira

Thais Cristina Souza de Oliveira **– Coordenação Financeira**
Layssa Ramos Maia de Almeida
Rodrigo Erdmann de Oliveira
Thais Oliveira Silva

Revisão do Relatório

Renata da Silva Melo

EQUIPE REGIONAL DE PESQUISA
REDE UNITRABALHO

Maria Nezilda Culti (UEM-PR)
Sandro Benedito Sguarezi (UNEMAT-MT)
Washington de Souza (UFRN-RN)

Auxiliares de pesquisa

Amanda Culti Zacarias
Rafael Francisco Gomes da Silva
Ranaildo Gomes da Silva
Taliara Teixeira Sguarezi

REDE DE ITCPs

Inessa Laura Salomão (CEFET-RJ)
Leonardo Prates Leal (UFAL-AL)
Gilmar Godoy Gomes (UFRGS-RS)

Auxiiares de pesquisa

Filipe Ribeiro Magalhães
Joice Pinho Maciel

Sumário

Lista de gráficos, quadros e tabelas 6

Apresentação por Soltec/UFRJ 9

Apresentação por Rede Unitrabalho 13

Apresentação por Rede ITCPs 17

Introdução 19

Capítulo 1
O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas - Proninc **29**

1.1 O que caracteriza as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária 29
1.2. Tecnologia Social, Adequação Sociotécnica e Inovação Social 32
1.3 Histórico do Proninc 35
1.4 A Chamada 89/2013 37
1.5 O Proninc no contexto atual e as políticas de avaliação do programa 39

Capítulo 2
A metodologia de avaliação do Proninc **41**

2.1 A construção do processo participativo de avaliação 43
2.2.1 Construção do modelo de avaliação 45
2.2.2 O trabalho de campo 46
2.2.3 Análise dos dados e Relatório de pesquisa 47

Capítulo 3
As incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária **51**

3.1 Localização, recursos e equipes 51
3.2 Participação dos integrantes na gestão das incubadoras 63

Capítulo 4
O processo de incubação e a relação com os Empreendimentos Solidários **67**

4. 1 Atividades realizadas pelas incubadoras entre 2014 – 2016 68
4.2 Metodologias de incubação: princípios, concepção e estruturação 73
4.3 Foco da incubação, atividades e ferramentas utilizadas 75
4.4 Demandas de incubação, seleção dos grupos e tempo de incubação 77
4.5 Inovações tecnológicas ou organizacionais 79
4.6 Impactos nos empreendimentos 81

Capítulo 5
A relação das incubadoras com a Instituição de Ensino Superior **87**

5.1 Objetivos do Proninc em relação às Instituições de Ensino Superior 87
5.2 Formalização e inserção institucional das incubadoras pesquisadas 88
5.3 A sustentabilidade da incubadora 91
5.4 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão 93
5.5 ITES e a relação com a pesquisa e o ensino 97
5.6 Formação dos integrantes da incubadora 98

Capítulo 6
As Incubadoras e a Economia Solidária **101**

6.1 Visão crítica acerca da economia capitalista 101
6.2 Relações de parceria das incubadoras 102
6.3 Participação em Fóruns de Economia Solidária e Políticas Públicas 104

Capítulo 7
As incubadoras da chamada 89/2013 e o Proninc **107**

7.1 A execução dos projetos 107
7.2 A comunicação institucional 108
7.3 Objetivos e fontes de recursos da Chamada 89/2013 109
7.4 As incubadoras e a criação da política pública 144

Referências Bibliográficas **115**

Apêndices

Apêndice 1 – Incubadoras beneficiadas pelo edital 89/2013 117
Apêndice 2 – Incubadoras que participaram dos seminários regionais 121
Apêndice 3 – Incubadoras que participaram do seminário nacional 125
Apêndice 4 – Empreendimentos visitados 129

Lista de gráficos, quadros e tabelas

Lista de gráficos

Gráfico 1 – distribuição das incubadoras por região, *51*

Gráfico 2 – distribuição das incubadoras por localização em capitais ou interior do estado (%), *52*

Gráfico 3 – tipo de instituição das incubadoras por linha (%), *52*

Gráfico 4 – Incubadoras que receberam apoio do Proninc na criação por linha, *53*

Gráfico 5 – Recursos acessados entre 2014 e 2016 pelas incubadoras por linha (% sim), *54*

Gráfico 6 – Recursos além da contrapartida IES e Proninc por linha, *55*

Gráfico 7 – Porcentagem de recursos Proninc em relação a recursos da incubadora por linha, *55*

Gráfico 8 – Estrutura física por linha, *56*

Gráfico 9 – Relação entre número de computadores e número de integrantes por linha, *57*

Gráfico 10 – índice de infraestrutura por linha, *58*

Gráfico 11 – Percentual de incubadoras com relação ao total de integrantes entre 2014 e 2016 por linha, *59*

Gráfico 12 – Integrantes das incubadoras entre 2014 e 2016 por tipo de vínculo com a IES, *60*

Gráfico 13 – Grau de rotatividade dos diferentes tipos de integrantes das incubadoras (%), *60*

Gráfico 14 – Fonte de remuneração dos integrantes das incubadoras por linha (%), *61*

Gráfico 15 – Número de áreas de atuação por linha (%), *62*

Gráfico 16 – Área de conhecimento predominante dos integrantes das incubadoras, *62*

Gráfico 17 – Instâncias de direção e/ ou coordenação das incubadoras por linha (% sim), *63*

Gráfico 18 – Percentual de incubadoras por quantidade de coordenadores (%), *64*

Gráfico 19 – Periodicidade das reuniões com participação de todos os integrantes das incubadoras (%), *64*

Gráfico 20 – Percentual de participação nas reuniões com todos os integrantes da incubadora (%), *65*

Gráfico 21 – O que é decidido em reuniões gerais (% sim), *65*

Gráfico 22 – Forma de definição do coordenador da incubadora, *66*

Gráfico 23 – Objetivos principais de uma incubadora de economia solidária,(% que responde que constitui um dos 5 principais objetivos), *68*

Gráfico 24 – Autoavaliação das incubadoras na execução dos objetivos (média por linha), *69*

Gráfico 25 – tipos de incubação realizada entre 2014 e 2016 por linha (% “sim”), *70*

Gráfico 26 – Atividades com maior peso no processo de incubação (% que colocaram a opção dentre as 5 mais importantes), *71*

Gráfico 27 - Outras atividades realizadas pelas incubadoras (% sim) no total de incubadoras, *72*

Gráfico 28 - Percentual de carga horária que dedica à incubação por linha, *72*

Gráfico 29 – Estruturação da metodologia de incubação, *74*

Gráfico 30 – Etapa atual da incubação por linha, *75*

Gráfico 31 - Incubadoras que fazem plano de negócios (%), *76*

Gráfico 32– Razões pelas quais as demandas não foram atendidas (% sim) por linha, *78*

Gráfico 33 – Incubadoras onde houve interrupção de processos de incubação por linha, *79*

Gráfico 34 – Inovações tecnológicas e organizacionais geradas na incubação (% sim) por linha, *80*

Gráfico 35 – Distribuição de EES incubados entre 2014 e 2016 e distribuição de incubadoras por região, *81*

Gráfico 36 – % Formalização dos empreendimentos apoiados pelo Proninc (N= 563), *82*

Gráfico 37 – Formalização da Incubadora (%), *88*

Gráfico 38 – Institucionalização da incubadora na IES por linha (% de institucionalizadas), *87*

Gráfico 39 –Fatores que configuram a institucionalização (% que apresenta o fator de institucionalização), *90*

Gráfico 40 – Vinculação institucional das incubadoras por linha (%)%, *90*

Gráfico 41 – Fatores que dificultam a institucionalização (% que apresenta o fator que dificulta a institucionalização), *91*

Gráfico 42 – Grau de sustentabilidade da incubadora (%), *92*

Gráfico 43 – Atividades formalizadas de extensão que a incubadora promove por linha (% que promove), *95*

Gráfico 44 – Contribuição da incubadora à IES em ensino, pesquisa e extensão (%), *95*

Gráfico 45 – Grau de interação entre ensino, pesquisa e extensão (%), *96*

Gráfico 46 – Percentual de participação de fóruns e redes de articulação, *105*

Gráfico 47 – Avaliação da operacionalização da Chamada 89/2013, *107*

Gráfico 48 – Execução de Projetos Proninc através outras modalidades por linha, *108*

Gráfico 49 – Avaliação da comunicação com gestores do CNPq e com gestores da SENAES, *108*

Gráfico 50 – Dificuldades na execução física, *111*

Gráfico 51 – Foco do projeto da incubadora na Chamada 89/2013, *111*

Gráfico 52 – Dificuldade para prorrogar o prazo do projeto por linha, *112*

Gráfico 53 – Entrega de relatório de execução, *113*

Gráfico 54 – Avaliação da parceria para Linha A e Linha B, *113*

Gráfico 55 – Avaliação da atuação do comitê gestor Proninc, *114*

Lista de quadros

Quadro 1 – Formas de Adequação Sociotécnica, *34*

Quadro 2 – Execução de recursos pelo Proninc 2003-2015, *38*

Quadro 3 – Fases de desenvolvimento do projeto de pesquisa, *44*

Lista de tabelas

Tabela 1 – Desempenho das Incubadoras em diferentes dimensões, *23*

Tabela 2 – Relação custo benefício – edital 89/2013, *23*

Tabela 3 – Distribuição das incubadoras por região, *46*

Tabela 4 - Distribuição por categoria social dos integrantes, *48*

Tabela 5 – Distribuição por área, *48*

T**abela 6** – Apoios recebidos na criação das incubadoras**,** *53*

Tabela 7 – Média de cada equipamento por linha, *57*

Tabela 8 – Objetivo mais importante de uma incubadora, *69*

Tabela 9 – Empreendimentos por segmento, *82*

Tabela 10 – Número de integrantes dos empreendimentos por categoria social predominante, *83*

Tabela 11 – Impactos da incubação nos empreendimentos e nos integrantes, *884*

Tabela 12 – Tipo de instituição x Institucionalização (% de institucionalizadas), *89*

Tabela 13 – Nível de sustentabilidade das incubadoras por eixo e por linha, *93*

Tabela 14 – Porcentagem de envolvimento de incubadoras com atividades de pesquisa e ensino (% que está envolvida), *97*

Tabela 15 – Média e total de produção acadêmica por linha, *98*

Tabela 16 – Média e total de produção técnica por linha, *98*

Tabela 17 – Integrantes das incubadoras, *99*

Tabela 18 – Contribuição das incubadoras para os estudantes por Linha, *100*

Tabela 19 – Parceiros das incubadoras e sua contribuição, *102*

Tabela 20 – Menções sobre articulação com programas ou políticas públicas, *103*

Tabela 21 - Porcentagem de incubadoras vinculadas a redes por linha, *103*

Tabela 22 - Como se dá a participação nas incubadoras vinculadas às redes (%), *104*

Tabela 23 – Execução de projetos do Proninc em outra incubadora por parte do coordenador por linha, *108*

Tabela 24 – Porcentagem solicitada de recursos para capital, custeio e bolsas, *110*

Tabela 25 – Adequação dos recursos previstos para execução do projeto por linha, *110*

Tabela 26 – Contribuição do Proninc para estruturação da incubadora, *110*

Tabela 27– Cumprimento dos objetivos traçados na proposta por linha, *112*

Apresentação

por Soltec/UFRJ

A consolidação das políticas públicas de economia solidária no Brasil, que vem se desenhando desde 2003, representa um importante passo para o fortalecimento de experiências que buscam construir uma outra forma de se ver o sistema econômico. Mesmo tendo as políticas públicas de apoio a esse campo um volume de recursos infinitamente menor do que o destinado aos empreendimentos econômicos capitalistas, identifica-se um grande potencial não apenas de geração de renda e melhoria da qualidade de vida, mas de organização e aproximação dos trabalhadores dos espaços de luta pelos seus direitos. Embora saibamos que o peso econômico dessas iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda ainda é pequeno, se comparado ao tamanho da nossa economia, elas trazem duas consequências importantes.

Primeiro, concretizam a ideia de que os trabalhadores têm a capacidade de se apropriar de seu espaço de trabalho, podendo estar à frente das decisões pertinentes ao seu cotidiano. A partir da construção, mesmo que incompleta, da autogestão, os catadores, artesãos, agricultores e outros segmentos de trabalhadores assumem a propriedade de seus meios de produção, fazem o planejamento da produção, a gestão do estoque e definem a estratégia de comercialização. Deixam claro, assim, que uma produção sem patrão não é apenas possível, como também desejável aos que buscam um ambiente de trabalho com maior dignidade e bem-estar.

Segundo, permitem uma problematização da ideia de que o êxito de um empreendimento produtivo está unicamente ligado a seu resultado financeiro-econômico. A partir dos encaminhamentos coletivos que se dão nos empreendimentos solidários, há uma subversão da visão capitalista tradicional de “produtividade acima de tudo”, e dedica-se maior importância ao bem-estar dos trabalhadores, à autoestima, ao estímulo à participação, à melhoria do posto e do ritmo de trabalho a fim de evitar impactos negativos na saúde do trabalhador.

Essas duas perspectivas, que abalam os princípios do modo capitalista de produção, acabam tendo um impacto não unicamente dentro desses empreendimentos, mas também nas famílias, nas organizações sociais, no poder público local, no território, que começam a ser influenciados pelas práticas democráticas da economia solidária. Em um contexto social em que a competição aparece, cada vez mais, como a forma de vida dominante, a experimentação de práticas efetivamente cooperativas e horizontais, traz uma brisa de ar frio no deserto.

O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas (Proninc) talvez tenha sido um dos programas mais sólidos para uma ampla difusão da economia solidária (ES) e para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Como mostraremos neste relatório, ao longo de sua história, o Proninc conseguiu articular uma série de órgãos e ministérios e viabilizou o financiamento de centenas de projetos espalhados ao redor do país com o intuito de apoiar essa forma alternativa de geração de trabalho e renda.

Diferentemente de outros editais de ES, que direcionam seus recursos diretamente aos empreendimentos, essa política pública visa fomentar Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, localizadas, em sua grande maioria, em instituições de ensino superior. Essa característica do Proninc reforça a análise apresentada nos parágrafos anteriores de que o impacto mais relevante das práticas de economia solidária encontra-se na quebra de paradigmas profundamente arraigados na nossa cultura econômica.

Por conta disso, ter como público-alvo direto grupos em universidades públicas e comunitárias permite que o programa tenha um alcance muito maior do que a maioria das políticas de ES, mobilizando professores, técnicos, pesquisadores e, em número muito maior, estudantes. Estes entram nos projetos, na quase totalidade das vezes, sem nunca ter ouvido falar em economia solidária, para saírem (um ou dois anos depois) defendendo a importância da construção de outros parâmetros para o desenvolvimento econômico do país. Mesmo que muitos deles não consigam seguir uma trajetória profissional ligada ao campo da Economia Solidária, fica claro que serão profissionais abertos a novas práticas, a novos paradigmas e que construirão uma trajetória de respeito e diálogo com os trabalhadores; algo não trivial para grande parte dos profissionais formados atualmente nas universidades.

Foi com grande orgulho que o Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), aceitou o convite, no segundo semestre de 2015, para coordenar o terceiro processo de avaliação do Proninc. Orgulho por poder contribuir uma vez mais para o fortalecimento do campo da ES no país, que também vem sendo uma luta dos nossos pesquisadores e estudantes. O Nides/UFRJ, principalmente por intermédio do Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, cada vez mais amplia sua atuação nesse campo, buscando não apenas contribuir para a transformação da realidade, mas caminhando para fortalecer academicamente esse campo.

A proposta também gerou um certo receio, por sabermos do desafio que seria fazer a avaliação de uma política pública nacional, que contempla grupos distribuídos nas cinco regiões do país atuando nos mais diferentes setores e contextos, envolvendo a análise do trabalho de profissionais que atuam há décadas na economia solidária.

O processo de avaliação teve pontos positivos e negativos. Como fator positivo, temos que destacar o intenso e profícuo diálogo que tivemos desde o início com a Senaes/MTE e com as incubadoras e suas duas redes: Rede Unitrabalho e Rede de ITCPs. Aproveitamos para deixar aqui o agradecimento ao Valmor Schiochet e à Gabriela Cunha, ex-integrantes da Senaes, e que deram todo o apoio possível, mesmo quando já desligados da Secretaria, para a realização do trabalho.

Além disso, agradecemos a dedicação e contribuição dos pesquisadores Sandro Benedito Sguarezi, Maria Nezilda Culti, Washington Souza (Unitrabalho), Inessa Salomão, Leonardo Leal e Gilmar Gomes (ITCPs). Esses pesquisadores, representando as duas redes, tiveram papel fundamental em todo o processo de construção da avaliação, trazendo suas reflexões e experiências, qualificando em muito as análises desenvolvidas a partir da pesquisa. Ademais, os integrantes das incubadoras tiveram uma intensa participação nos seminários realizados no âmbito da pesquisa, melhorando os instrumentos da avaliação e qualificando enormemente os debates e as análises dos resultados.

Por outro lado, todo o processo de desmonte da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que se seguiu ao impeachment da presidenta Dilma, representou um forte impacto no projeto. Todos os profissionais do ministério que conheciam a trajetória do Proninc foram sendo afastados, praticamente interrompendo a comunicação da coordenação do projeto com o ministério. O que permitiu a continuidade do trabalho foi: por um lado, o fato de sua execução estar diretamente vinculada ao CNPq, com quem mantivemos um bom diálogo; por outro, a manutenção de uma intensa articulação com as redes de incubadoras, que garantiram a relevância da avaliação que estava sendo realizada, pois tinham interesse direto na continuidade do Proninc. O recente rebaixamento da Senaes ao nível de Subsecretaria e o recorrente corte de verbas para a Economia Solidária reforçam um cenário arenoso para as políticas públicas deste campo.

Não obstante, a partir do maior conhecimento da realidade das incubadoras e empreendimentos apoiados e dos resultados que expomos aqui, temos a certeza que será possível lutar pela continuidade dessa política pública, que tem um grande impacto nas universidades, nos empreendimentos, no trabalho dos professores, técnicos e estudantes, e nos territórios onde são desenvolvidos os projetos. A solidez com que vem se construindo a política permite que, atualmente, ela não dependa de uma secretaria do governo federal, mas possa ser continuada e fortalecida a partir de outros órgãos do governo, como os governos estaduais e municipais, as instituições de ensino superior, organizações e movimentos sociais e outros atores nos territórios.

Coloca-se o desafio de que os atores que compõem esse movimento tomem para si as rédeas do Proninc e lutem para viabilizar o instigante trabalho que é realizado em cada canto desse país.

Felipe Addor
Rosina Pérez Menafra
Coordenadores da Avaliação Proninc 2017
Agosto de 2017

Apresentação
por Rede Unitrabalho

As transformações ocasionadas pelas opções tecnológicas e pela transnacionalização da economia, que vêm ocorrendo com grande intensidade, repercutem na vida social, em especial, nas relações de trabalho, aumentando o contingente dos socialmente excluídos. Os trabalhadores tentam enfrentar a crise do trabalho formal assalariado buscando possibilidades de geração de trabalho, renda e cidadania. Nesse sentido, as universidades têm um papel social a cumprir: o de buscar soluções para os problemas reais da população e, num plano mais amplo, para os problemas nacionais. Elas podem contribuir com mais propriedade, consistência e efetividade para a solução dos problemas sociais relativos ao mundo do trabalho a partir do seu "pensar" e "fazer" acadêmicos. Com vistas a olhar esta questão pela ótica do trabalhador, nasce a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Rede Unitrabalho.

A Unitrabalho se constitui numa Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. Ela nasceu em 1996 por iniciativa de um grupo de reitores engajados em fazer com que a universidade brasileira passasse a contemplar em seus programas de pesquisa e extensão, de forma relevante e sistemática, as questões relativas ao mundo do trabalho. Atualmente, a rede congrega dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

A fim de concretizar sua missão de estimular o conhecimento sobre o mundo do trabalho e de democratizar o acesso ao conhecimento produzido na universidade, a Rede Unitrabalho vem realizando projetos de grande relevância. Esses projetos estão articulados em torno de três programas nacionais: Educação e Trabalho, Relações de Trabalho e Emprego, e Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável. Desde a sua criação, foram desenvolvidos muitos projetos importantes nessas áreas, mobilizando o corpo acadêmico, estudantes e técnicos das universidades integradas e os diferentes segmentos da sociedade na busca de alternativas para a transformação social. Além de contribuir para o fortalecimento das organizações sociais relacionadas ao mundo do trabalho, a Rede Unitrabalho busca o fortalecimento das Instituições de Ensino Superior a ela agregadas.

Essas instituições têm um papel essencial na investigação dos problemas dos territórios nos quais estão inseridas. Quanto mais sólidas e capazes de absorver tais questões, em seu pensar e fazer, mais elas podem contribuir para uma organização social mais humana, justa e democrática. Ao longo dos anos, a Rede Unitrabalho ampliou significativamente o número de instituições universitárias agregadas, bem como diversificou a natureza da sua atuação, por meio dos três Programas nacionais já citados. Estes Programas abrangem projetos nas áreas de meio ambiente, qualificação profissional, avaliação de políticas governamentais e economia solidária, entre outros. Como parte do esforço para socializar as experiências e conhecimentos produzidos, os projetos são compartilhados por meio de

publicações, o que tem resultado em um importante acervo bibliográfico nas diferentes áreas de atuação da Rede Unitrabalho.

No Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável estão as Incubadoras da Rede Unitrabalho que atuam nas universidades integradas. Estas incubadoras foram constituídas ao longo dos anos, tendo sua origem no movimento da Ação da Cidadania, quando houve a inserção das entidades públicas em 1993 por meio do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP). Neste movimento e ao lado das incubadoras de base tecnológica, que já atuavam no meio acadêmico, nascem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Ao longo do tempo, as incubadoras da Rede Unitrabalho, em alguma medida, vão acessando fontes de fomento/financiamento por meio da sede nacional ou de forma independente nas suas universidades. Muitas também acessaram o financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc).

O Proninc, a partir de 2003, foi institucionalizado junto com a política de economia solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/Senaes). Conforme Decreto de criação nº 7.357 de 17/11/2010, ele tem como finalidade o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando a geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos. O programa tem como objetivos a construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação, além da articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos articulados a processos de desenvolvimento local ou territorial, a formação de discentes universitários em economia solidária e a criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior.

O programa avançou em todo território nacional em apoio a esta modalidade de incubadoras, ampliando recursos e os instrumentos de seleção dos projetos. Desse modo, as incubadoras contribuem para a implementação das políticas públicas destinadas ao enfrentamento das desigualdades e da pobreza, colaborando para um processo de desenvolvimento solidário. Enquanto programa dessa natureza, ele passa por avaliações sistemáticas.

Pesquisadores que integram as incubadoras da Rede Unitrabalho participaram de uma destas avaliações por meio de um projeto de pesquisa e avaliação das metodologias e resultados das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários (Encomenda MCTI/CNPq/MTPS – Chamada nº 89/2013). A Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), iniciado em 2016 por meio do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, visou a realização da pesquisa no universo de 84 incubadoras de cooperativas no país. O objetivo foi avaliar sua efetividade e o avanço obtido a partir das políticas públicas desenvolvidas para o setor, com base na construção de um modelo de análise subsidiado pelas duas experiências de avaliação anteriores e pelo diálogo com as redes de incubadoras universitárias brasileiras.

A pesquisa foi realizada e concluída tendo como referência os pressupostos do Proninc. Neste relatório final veremos seus resultados e conclusões que, de modo geral, demonstraram que as incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários têm grande importância para minorar os problemas oriundos do desemprego na medida em que orientam os trabalhadores para outras opções de trabalho por meio de atividades produtivas associativas com geração de renda. Na interação com os protagonistas, o processo de incubação implica o respeito ao saber popular, às tradições e à cultura local, bem como o apoio para a inserção dos produtos no circuito da comercialização local, regional e do mercado mais ampliado. Além disso, desperta e estimula a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os produtores e seus parceiros. A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas também são importantes para os grupos e empreendimentos propiciando o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação. A atuação das incubadoras ainda contribui, indiretamente, para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional.

Nas universidades os resultados são muito positivos no aspecto da integração entre ensino, pesquisa e extensão, conduzindo os discentes e docentes ao conhecimento de um mundo de trabalho real, minimizando as abstrações. Esta vivência vem proporcionando o aumento da realização de pesquisas empíricas integradas à extensão que resultam em produtos acadêmicos importantes, como monografias, dissertações, teses, estágios curriculares e extracurriculares, novas linhas de pesquisa, novas disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação, entre outros. Em síntese, podemos afirmar que as incubadoras vêm atingindo seus objetivos e cumprindo seu papel em parceria com a população atendida e no interior das universidades. Portanto, por seus resultados, o Proninc deve ser consolidado como política pública em prol da geração de trabalho e renda.

Sonia Marise

Diretora Executiva da Rede Unitrabalho

Agosto de 2017

Apresentação
por Rede ITCPs

O Brasil atravessa um momento em que as políticas públicas voltadas à cidadania e inclusão social voltam a ser desmontadas em nome do Estado Mínimo e da austeridade fiscal. O desenvolvimento do campo da Economia Solidária durante as duas últimas décadas culminou na criação de milhares de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), clubes de troca, feiras, bancos e moedas sociais apoiados por políticas municipais, estaduais e federais.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego, a Rede de Gestores, as Incubadoras de Empreendimentos Solidários, os Conselhos de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária são atores institucionais de uma história de inclusão, de mudança de paradigma de desenvolvimento social econômico e sustentável e, como diria Leonardo Boff, "do cuidar".

Protagonistas desta história, os trabalhadores vêm transformando suas vidas e realizando paulatinamente uma mudança no seu local de origem e no país. Apresentar essa avaliação dos resultados do Proninc e dos projetos desenvolvidos pelas incubadoras de Economia Solidária é contar um pouco da história do país. É falar da relevante contribuição do Prof. Paul Singer para seu desenvolvimento. É apresentar um pouquinho de cada pessoa engajada que participou de grupos, reuniões, diálogos, coletivos e sonhos de uma sociedade mais igualitária e mutualista. É mostrar a beleza de cada cenário dos rios caudalosos do Pará, das comunidades do Rio de Janeiro, percorrendo as redes agroecológicas de São Paulo e o movimento de Saúde Mental do Rio Grande do Sul.

Tudo isso teve como ponto de partida um momento da história do Brasil que muito se parece com o que vivemos hoje. O cenário brasileiro de meados dos anos 1990 era de miséria, fome, desemprego e exclusão social, que emergiam da grave crise econômica que o país enfrentava e era recrudescido pela política de privatização exercida pelo governo federal. Naquele momento, surgiram iniciativas de organização de trabalhadores em empresas autogeridas, capacitação e qualificação profissional no âmbito dos sindicatos e a Campanha da Ação da Cidadania contra a fome e pela Vida do saudoso Betinho. Essa intensa mobilização da sociedade em direção às condições de vida e cidadania das populações de baixa renda e da massa trabalhadora precarizada, desempregada, ou oriunda dos planos de demissão voluntária das ex-estatais, rendeu frutos também dentro das universidades.

Foi nesse bojo que surgiu a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na COPPE/UFRJ, com a missão de organizar os trabalhadores de forma coletiva e autogestionária para que através da geração de trabalho e renda lhes fosse possível alcançar seus direitos e a plena cidadania. Em maio de 1995, com a presença dos dirigentes de estatais, foi assinado o convênio do Banco do Brasil, da Fundação Banco do Brasil, Finep e Coppe para a instalação desta incubadora.

Após este pontapé inicial, outras universidades, radicalizando seu papel de exercer o tripé acadêmico e se aproximando da sociedade, seguiram o mesmo caminho. O desenvolvimento da experiência de incubação, na maior parte das universidades, partiu do interesse de grupos destas instituições que

desenvolviam trabalhos de extensão anteriores, ou que já vinham discutindo formas de intervir na realidade local para a geração de trabalho e renda.

As primeiras incubadoras nasceram a partir de um processo de transferência tecnológica, aprofundado através da realização de seminários e visitas a universidades. E da cooperação deste grupo, a Rede ITCPs foi criada para atuar como articulação política e representar os interesses dos trabalhadores, empreendimentos e das próprias incubadoras. A Rede ITCPs, que começou com 9 incubadoras, abrange 65 instituições de ensino nos dias atuais.

No âmbito do Proninc, Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, criado em 1997 pela FINEP, institucionalizou-se o apoio à implantação de incubadoras em 4 universidades: UFJF, UFC, USP e UNEB. O Proninc nasceu como uma política pública de apoio à inovação. Ampliado e estabelecido como uma política pública de economia solidárias, através do DECRETO FEDERAL 7.357/2010, o programa foi fortalecido. E, chegou até 2017 como a principal política pública de apoio, estruturação e financiamento de incubadoras de economia solidária.

A importância do Proninc para a atuação das universidades, institutos federais e CEFETs no campo da Economia Solidária deve ser destacada. O programa conta com uma abordagem flexível que permite aos pesquisadores, professores, técnicos-administrativos e estudantes desenvolverem ciência, tecnologia, metodologias, produtos, processos em contato direto com o extrato de mais baixa renda da sociedade.

O Proninc apoia e garante atuação territorializada e com capilaridade. O financiamento do Proninc gera ações de desenvolvimento local e geração de trabalho e renda em quase todos os estados do país. Permite às instituições colaborarem na articulação de outras políticas públicas, enquanto exercem sua atuação finalística seja no ensino, na pesquisa ou na extensão universitária.

Temos esperança que esta publicação, o banco de dados gerado, os relatos e os artigos sejam mais uma pequena parte desta história e que a luta por uma sociedade mais justa, igualitária e mutualista se mantenha firme e que possamos em breve retomar a trajetória ascendente de desenvolvimento inclusivo sustentável do país.

Inessa Salomão
Rede de ITCPs
Coordenadora da ITESS/Cefet-RJ
Agosto de 2017

Introdução

O presente estudo trata do Programa de Apoio a Cooperativas de Incubadoras Populares (Proninc), usando como recorte a chamada 089/2013, que aportou recursos a 84 Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária em todo o território nacional.[1] A pesquisa consiste em uma avaliação participativa, quantitativa e qualitativa das ações do Proninc e foi estruturada e executada pela equipe do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), em parceria com a Rede Unitrabalho e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a partir das diretrizes definidas em encomenda da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e operacionalida em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A promoção da participação das incubadoras e das redes nas diferentes etapas da pesquisa foi uma premissa metodológica central do trabalho, assim como a obtenção de evidência empírica quantitativa e qualitativa capaz de servir como fundamento para futuros ajustes e reformulações do programa. A conjuntura política e as prioridades das políticas públicas voltadas aos setores populares mudaram ao longo do trabalho, mas o novo cenário só reforçou a importância de contar com fontes de dados fidedignas sobre as incubadoras e sua atuação, construídas de forma participativa e usando procedimentos cientificamente rigorosos. Isso garante um conjunto de evidências e reflexões legítimas tanto do ponto de vista político quanto acadêmico, que podem ser usadas no caminho de defesa e fortalecimento da economia solidária e da incubação no Brasil, e que ajudam a documentar um processo muito relevante, trilhado nos últimos 20 anos, que merece ser registrado.

Um dos objetivos principais definidos para esta avaliação foi a análise do desempenho das incubadoras apoiadas pelo Proninc, tanto no que refere a sua inserção nas Instituições de Ensino Superior (IES), quanto aos resultados obtidos em termos de impactos nos empreendimentos e na vida dos seus participantes. Nesse sentido, o conhecimento aprofundado da situação das incubadoras, sua dinâmica de funcionamento, a diversidade de abordagens e metodologias de incubação, seus pontos positivos e também suas fragilidades e desafios foram elementos fundamentais a serem levantados na pesquisa.

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa e a discussão teórica que embasou o processo avaliativo, bem como um histórico dos principais marcos na trajetória do Proninc.

Síntese dos resultados da pesquisa

As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) vêm se consolidando como um campo forte de atuação da universidade no apoio a empreendimentos da economia solidária, estando presente em praticamente todos os estados do país, e com uma capilaridade significativa. Atualmente, a Senaes identifica que há em torno de 110 ITES em funcionamento no país, envolvendo estudantes, professores, pesquisadores e técnicos das instituições de ensino superior. De acordo com o que con-

[1] A lista completa pode ser conferida no Apêndice 1.

seguimos levantar, entre 2003 e 2016, foram financiados no âmbito do Proninc 580 projetos das mais diferentes instituições, em um valor total de quase R$ 90 milhões.

Conforme desenvolvido neste relatório, o Proninc apresenta uma diversidade de objetivos que torna o processo de avaliação mais complexo, não se limitando a ver o impacto sobre os empreendimentos, mas buscando analisar suas diferentes perspectivas. Por conta dessa complexidade, na construção coletiva dos instrumentos de avaliação foram definidos cinco eixos de análise: a incubadora; o processo de incubação e a relação com os empreendimentos; a relaçao da incubadora com as instituições de ensino superior; a relação da incubadora com o campo da economia solidária; a operacionalização do Proninc via CNPq. Este último emergiu a partir de uma demanda da Senaes de identificar como os beneficiários do programa avaliavam sua atual forma de execução.

Para cada eixo foi desenvolvida uma análise quantitativa agregada de reflexões qualitativas, a partir da experiência de campo e do diálogo com os integrantes da incubadora, que está exposta nos capítulos que seguem deste relatório. Nesta introdução, pincelamos alguns aspectos gerais que ajudam a ter uma visão transversal do que se poderá encontrar neste documento.

Como esperado, a atividade principal das incubadoras é o trabalho de apoio aos empreendimentos, mas as evidências apontam para um "alargamento" do conceito de incubação, na medida em que inclui atividades diversas que vão desde a atuação nos territórios até assessorias pontuais. O leque de atividades desenvolvidas pelas incubadoras é muito grande, assim como o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico, avaliação e acompanhamento.

Existe um número considerável de demandas de incubação não atendidas, e muitas delas acontecem por falta de recursos. A procura dos empreendimentos pelas incubadoras para solicitar apoio e acompanhamento do seu trabalho mostra, por um lado, que estas se constituíram como uma referência importante em termos de incubação. Mas, por outro lado, revela a fragilidade das incubadoras e as limitações que enfrentam para incorporar novos empreendimentos que solicitam sua parceria.

Os dados mostram que as incubadoras apresentam uma estrutura física bastante consolidada, tanto as da linha A (incubadoras que já haviam acessado recursos do Proninc), que já contam com um percurso considerável na incubação, quanto as da linha B (novas incubadoras), cujo surgimento é mais recente. Há casos de incubadoras com veículos próprios, abundância de equipamentos, sede própria, etc, ou seja, com uma estrutura que as posiciona como referência dentro das IES e que viabiliza uma existência um pouco mais autônoma em relação a um recurso específico.

Outra constatação da pesquisa é a boa recepção e inserção que as incubadoras possuem nas universidades. As da linha B, muitas vezes instaladas em IES menos centrais, localizadas em campus do interior ou de municípios mais afastados, produzem um impacto relativo maior. Nas grandes universidades existe uma diversidade de atividades de extensão que faz com que a atuação das incubadoras fique mais diluída. Isso não significa um impacto menor em termos de quantidade de professores, estudantes e técnicos envolvidos, mas em termos do papel que cumprem como atores relevantes no território no qual estão inseridas.

Uma análise das incubadoras do ponto de vista econômico mostra a relevância que os recursos Proninc e outras fonts de origem federal possuem para seu funcionamento. As incubadoras mais antigas apresentam mais iniciativas para tentar contornar a dependência total em relação a recursos

de uma única fonte. Muitas buscam incorporar outras fontes de financiamento, advindas do âmbito estadual, municipal e inclusive do setor privado ou do terceiro setor. As incubadoras da linha B, mais focadas na consolidação da equipe, estrutura e metodologia, ainda não têm muito fôlego para dedicarem-se à diversificação das fontes de financiamento.

Os resultados indicam também que a autogestão é um horizonte buscado por grande parte das incubadoras, que podem ser consideradas uma espécie de "laboratório" nesse sentido. Para além de idealizações, as incubadoras contribuem fornecendo experiências coletivas de funcionamento e tomada de decisões que enriquecem a trajetória dos seus participantes e oferecem modelos possíveis de funcionamento que concorrem com as formas já instaladas no âmbito acadêmico e no setor produtivo, mais verticais e hierárquicas. No espaço das incubadoras, a autogestão é criada, testada, reformulada e aprimorada de forma constante. Existem também incubadoras menos participativas e horizontais, mas, de forma geral, observamos atividades, processos e estruturas que tendem à participação e à construção de uma lógica autogestionária.

Para o campo da economia solidária, as incubadoras constituem-se como atores fundamentais. Além do trabalho fim de assessorar empreendimentos econômicos solidários, fica clara a importância de sua atuação na difusão da temática e no fortalecimento de políticas públicas de apoio ao setor. De forma geral, as incubadoras apresentam uma gama importante de parceiros institucionais e constituem uma referência nos territórios em que atuam, muitas vezes impulsionando políticas no âmbito local e regional, aproximando instituições das mais variadas a fim de apoiar iniciativas para o campo da economia solidária.

Outro indicador que mostra a consolidação do trabalho das incubadoras é a institucionalização e seu reconhecimento no interior dos IES. A grande maioria das incubadoras está formalizada dentro da sua instituição, embora cerca da metade esteja efetivamente institucionalizada. Percebe-se que a atuação das incubadoras está muito ligada a uma política de fortalecimento da extensão nas IES, tanto é que muitas delas estão diretamente ligadas à Pró-Reitoria de Extensão, embora tenha crescido entre os grupos mais recentes uma maior diversidade de alocação institucional.

Nesse sentido, esses grupos representam uma das principais experiências articuladas no país de aprofundamento da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão prevista na Constituição de 1988. Atuando em diferentes áreas do conhecimento, as incubadoras conseguem construir uma intensa relação entre a atividade extensionista e os espaços acadêmicos de formação dos estudantes, além de serem espaços profícuos de geração de conhecimento.

Pela pesquisa, identificou-se que esses grupos têm forte impacto no mundo acadêmico, inserindo a problemática da proposta de uma outra economia em diversos cursos de graduação e pós-graduação e promovendo uma sensibilização e formação dos estudantes. Na pesquisa, foram registrados vários relatos de estudantes que lograram construir uma perspectiva crítica sobre sua formação e sua atuação, muitas vezes reformulando seu caminho profissional, a partir do contato com a economia solidária e com o trabalho das incubadoras.

Em termos de resultados e impactos, as incubadoras apresentam uma intensa produção técnica e acadêmica. O registro e a sistematização das experiências e dos aprendizados são fundamentais no trabalho de incubação porque contribuem para o acúmulo de conhecimento sobre o tema e ajudam a

divulgá-lo fora do âmbito mais restrito das incubadoras e dos empreendimentos. A legitimação política da temática da economia solidária e da incubação pressupõe um papel ativo no âmbito da produção acadêmica, disputando espaços e mostrando que na extensão existem trabalhos sérios e de qualidade, com reflexões e debates de alto nível teórico e metodológico.

A formação de quadros na economia solidária é um dos principais legados que as incubadoras deixam para o país, com profissionais preocupados com o desenvolvimento social, formados em metodologias que promovem a participação e uma visão crítica da realidade. Dados da pesquisa revelam que, apenas nas 64 incubadoras estudadas no período de 2014 a 2016, participaram das equipes dos projetos um total de 1853 integrantes, incluindo pessoal remunerado e voluntários (1022 nas incubadoras da linha A e 831 na linha B). Destes, 993 eram estudantes de graduação, 311 professores e 103 estudantes de pós-graduação[2].

O número de publicações acadêmicas produzidas pelas incubadoras, entre 2014 e 2016, indica uma intensa atividade por parte dos membros: foram realizadas 3012 publicações acadêmicas. Só para destacar as mais importantes formas de circulação científica, foram publicados 212 artigos completos em periódicos, 607 artigos em anais de eventos científicos, 58 livros, 145 capítulos de livros, foram realizadas 841 apresentações de trabalho, 270 TCCs e monografias, 82 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado[3].

As publicações técnicas são um dos pontos fortes das incubadoras. Afinal, grande parte do trabalho das mesmas é dedicado ao desenvolvimento de produtos, soluções técnicas e inovações sociotécnicas para os empreendimentos. No total foram registradas, entre 2014 e 2016, 3762 produções técnicas, dentre as quais destacamos 471 cursos, 583 assessorias e consultorias, 181 logomarcas, 114 produtos audiovisuais e 128 produtos. Maiores detalhes sobre esta produção são analisados no capítulo 5 deste relatório[4].

Foram 776 os empreendimentos solidários apoiados pelas 64 incubadoras pesquisadas, incluindo uma variedade de segmentos econômicos e perfis de integrantes, muitos dos quais pertencem às categorias definidas como prioritárias pelo Plano Brasil sem Miséria[5]. No total, 22562 trabalhadores formaram parte desses empreendimentos e receberam diferentes tipos de capacitações, oficinas, formações, assessorias, palestras, cursos, etc. Desses trabalhadores, 10847 eram agricultores familiares, 2328 catadores e 2704 artesãos[6].

A tabela a seguir resume as principais informações sobre o desempenho das incubadoras em diferentes dimensões, resgatando o impacto quantitativo em termos de produtos gerados e de pessoas beneficiadas e apoiadas a partir do Proninc, considerando o período de 2014 a 2016.

[2] O dado apresentado corresponde às 64 incubadoras pesquisadas na amostra. Se fizermos uma projeção para as 84 que receberam recursos da chamada 89/2013, a estimativa é de 2751 integrantes. Usamos para o cálculo a média de integrantes das incubadoras da linha A.

[3] Se fizermos uma projeção para as 84 incubadoras apoiadas na chamada 89/2013 o total de publicações seria de 4490, usando como base a média de publicações das incubadoras da linha A.

[4] O total de publicações projetado para as 84 incubadoras da chamada 89/2013, usando como referência a média de publicações técnicas das incubadoras da linha A, é de 5719.

[5] A projeção do número de empreendimentos para as 84 incubadoras entre 2014 e 2016 é de 1106 EES, calculado com base na média da linha A.

[6] O levantamento do número de trabalhadores deu-se a partir de questionário respondido autonomamente pelos coordenadores. Por problemas no preenchimento, dos 776 empreendimentos levantados, não foi respondido o número de trabalhadores para 62 empreendimentos, o que levaria a uma projeção, usando a média das respostas, de 24521 trabalhadores beneficiados pelas 64 incubadoras. Ampliando para as 84 da chamada, esse número chegaria a 32.009 trabalhadores.

Tabela 1 – Desempenho das Incubadoras em diferentes dimensões

	LINHA A	LINHA B	TOTAL (64 INCUBADORAS)	PROJEÇÃO TOTAL* (84 INCUBADORAS)
Integrantes que passaram pelas incubadoras	1022	831	1853	2751
Publicações Acadêmicas	1790	1222	3012	4490
Publicações Técnicas	2258	1481	3739	5719
Empreendimentos Apoiados	381	395	776	1106
Trabalhadores dos Empreendimentos	8611	13951	22562	32009

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

*Nota: a Projeção foi feita calculando os números para as 20 incubadoras da Linha A não visitadas, com base na média das 21 incubadoras da Linha A estudadas.

Como proposta de avaliação de uma política pública, é pertinente olharmos os resultados a partir de uma análise do custo da política para os cofres públicos. Na tabela 2, registramos o total gasto com o edital 89/2013 de quase R$ 16 milhões com os projetos enviados pelas 84 incubadoras. A partir da projeção de empreendimentos e trabalhadores atingidos pelo trabalho de assessoria realizado, é possível identificar que o custo médio por trabalhador alcançado foi de R$ 517,01 (quinhentos e dezessete reais e um centavo). Considerando que os projetos deveriam ter duração de 24 meses (embora muitos tenham prorrogado seus prazos sem acréscimo de recursos), podemos chegar a um custo mensal por trabalhador para desenvolver o Proninc de R$ 21,54 (vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos).

Tabela 2 – Relação custo benefício – edital 89/2013

RELAÇÃO CUSTO BENEFÍCIO – CHAMADA 89/2013	
Valor total executado	R$ 15.578.569,67
Incubadoras apoiadas	84
Média de recursos por incubadora	R$ 185.459,16
Média de recursos por empreendimento	R$ 14.085,51
Média de recursos por trabalhador	R$ 517,01
Média de recursos por trabalhador por mês	R$ 21,54

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

As tabelas permitem ver o impacto do ponto de vista quantitativo, sintetizado em números que refletem a atuação das incubadoras. No entanto, consideramos que isso apenas representa uma parte ínfima do que é alcançado pelas incubadoras se levarmos em conta aspectos mais qualitativos. Desde o início da avaliação, a opção (e a demanda das incubadoras nos seminários realizados na pesquisa apontou no mesmo sentido) foi fazer uma pesquisa que levasse em conta os impactos qualitativos, sociais e subjetivos para além da quantificação dos resultados e do grau em que as metas foram atingidas. Era necessário captar a dinâmica de funcionamento específica das incubadoras e dos empreendimentos, e para isso uma abordagem estritamente quantitativa ou baseada em aspectos somente econômicos não seria suficiente e adequada.

Um dos desafios na construção das ferramentas da pesquisa foi como avaliar o impacto do trabalho das incubadoras nos empreendimentos. Pela peculiaridade do campo da economia solidária, sabe-

mos que o aumento da renda não é, na maioria das vezes, o objetivo principal de um empreendimento econômico solidário. Portanto, foi necessário elencar uma série de fatores que poderiam ser considerados como impactos positivos da atuação das ITES no apoio aos grupos produtivos. Foi interessante identificar que os cinco impactos mais relevantes no âmbito dos empreendimentos a partir da visão dos coordenadores das incubadoras não estão ligados ao resultado econômico financeiro, mas sim ao maior envolvimento com a gestão do empreendimento e ao bem-estar no ambiente de trabalho. São eles: Participação nas decisões do empreendimento, Autoestima/reconhecimento, Cooperação no empreendimento, Relações com o entorno e Condições de trabalho.

A pesquisa identificou que as incubadoras têm um trabalho contínuo e um compromisso com os empreendimentos e os territórios nos quais trabalham, construindo uma atuação relativamente autônoma em relação a editais, o que não significa que não exista uma dependência em relação aos recursos. Na verdade, a demanda dos grupos exige muitas vezes uma imersão e uma presença que, na ausência de recursos, é suprida com criatividade e trabalho voluntário de profissionais comprometidos com os valores que orientam os empreendimentos. Entretanto, fica claro o quanto a continuidade e qualidade desse trabalho ficam afetadas pela falta de uma equipe sólida e qualificada, pela ausência de recursos para transporte e material de consumo. Além disso, pela característica do trabalho que é feito pelas Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, baseada em um intenso diálogo e construção de uma relação de confiança, a interrupção da incubação em função da falta de recursos gera um impacto que não é facilmente contornável caso se retome o trabalho um tempo depois. Por isso, uma antiga demanda das incubadoras, que foi destacada em diferentes momentos da pesquisa, é a realização de editais de fluxo contínuo, o que poderia ajudar a tornar menos instável a atuação das incubadoras.

Possíveis aprofundamentos da pesquisa

O período de pouco mais de um ano em que se desenvolveu esta pesquisa não foi suficiente para explorar o mundo das ITES da forma como desejaríamos. Atualmente, há mais de 100 incubadoras ao redor do Brasil. Consideramos que foi realizado um trabalho de campo amplo e bem estruturado, envolvendo 64 grupos nas cinco regiões do país. Esse trabalho permitiu o desenvolvimento de um banco de dados robusto que permitiria uma infinidade de análises e correlações.

Além disso, há um grande número de registros qualitativos sobre o trabalho das incubadoras realizados com base no diálogo com os estudantes, os gestores das IES e os trabalhadores dos empreendimentos que podem ser analisados a partir de diferentes perspectivas. Portanto, a análise contida neste relatório reflete apenas uma parte pequena das análises possíveis direcionada a partir das decisões da equipe da pesquisa em diálogo com as incubadoras e as redes de incubadoras. Acreditamos que há uma série de outras possibilidades de interpretação desses dados, algumas das quais exploramos a seguir.

Um primeiro aspecto é fazer uma análise mais aprofundada sobre as incubadoras da Linha B. Como houve uma preocupação de registrar seu trabalho, mas também de analisá-lo a partir da referência das incubadoras da linha A, acreditamos que ainda há um campo grande a explorar para compreender a diversidade que há entre os projetos mais recentes. As 43 incubadoras que compõem a linha B do edital 89/2013 possuem significativa diversidade de: trajetória e forma de institucionalização, a partir de uma maior leque de instituições em relação às da linha A (fundações, parques tecno-

lógicos, institutos federais, escolas técnicas, universidades federais, estaduais, comunitárias); região de atuação, com forte presença na área rural e em campi criados recentemente em regiões fora das capitais e, por fim, princípios metodológicos, com incubadoras originadas mais organicamente no âmbito do movimento social da economia solidária e outras nascendo a partir de um vínculo com incubadoras tecnológicas tradicionais; entre outras questões.

Outra questão muito presente nos seminários da pesquisa realizados com os integrantes das incubadoras foi a metodologia de incubação. Foi possível identificar que há uma grande diversidade de interpretações e compreensões sobre esse tema, alguns o percebendo de forma mais rígida e direcionada ao apoio a empreendimentos produtivos, outros tendo uma concepção mais flexível sobre esse processo e inserindo no campo de atuação das incubadoras outros focos, como as redes, cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, o território. Além de questões quantitativas sobre a metodologia de incubação, que estão exploradas no presente relatório, registramos uma descrição detalhada da metodologia de cada uma das 64 incubadoras. De forma que, articulando os dados quantitativos e qualitativos, é possível desenvolver uma análise das diferentes perspectivas utilizadas por cada um dos grupos.

Um tópico a ser mais bem explorado está ligado ao custo de incubação. Por um lado, é fundamental para o desenvolvimento de uma política pública compreender o custo das atividades que compõem aquele trabalho. Por outro, foi possível identificar uma grande diversidade de contextos em relação a esse custo, que está ligado ao nível de apoio dado pela IES ao trabalho da incubadora, à distância entre incubadora e empreendimentos, ao tipo de trabalho a ser realizado no processo de incubação (formação, assessoria, desenvolvimento de novas tecnologias, melhoria da infra-estrutura, etc.) que dificultam o estabelecimento de parâmetros rígidos em relação à composição dos custos de incubação. Conseguimos registrar parcialmente alguns elementos de custo e o seu peso no processo de incubação, embora em alguns casos por tenhamos enfrentado contratempos para extrair essas informações por conta das dificuldades que algumas incubadoras apresentam em tê-las organizadas.

Além de dados sobre as incubadoras, conseguimos levantar um grande número de informações sobre seus integrantes e sobre os empreendimentos incubados, o que também abre uma série de possibilidades de análise. Quanto aos integrantes, é possível desenvolver uma pesquisa mais profunda sobre: a diversidade de áreas de atuação a fim de refletir sobre a multidisciplinaridade nesses grupos; questões de gênero envolvendo estudantes, professores e técnicos; as diferentes configurações e composições no que refere a formas de vínculo e nível de formação dos participantes das incubadoras; a presença de trabalho remunerado e voluntário; a dedicação horária à incubadora, entre outras questões.

Com relação aos empreendimentos pesquisados, é possível realizar análises referentes às formas de formalização (em cooperativas, associações, etc.), número de trabalhadores, setor econômico, atividade econômica principal (produção, comercialização, consumo, etc.), se atuam na área urbana ou rural, em que momento do processo de incubação se encontram, entre outras perspectivas.

Esperamos, portanto, que este relatório e os dados que ficarão disponíveis virtualmente possam servir a outros pesquisadores que tenham interesse em analisar a realidade das ITES a partir de outras perspectivas, e às próprias incubadoras, para que possam refletir sobre sua realidade e consolidar ainda mais o trabalho desenvolvido nos territórios.

Outros produtos gerados

Desde o início do diálogo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ficou clara a importância da pesquisa que estava sendo desenvolvida como forma de compreender melhor o trabalho das ITES e de registrar os resultados dessa política pública, principalmente em um contexto de instabilidade política e de incerteza quanto aos direcionamentos do campo da economia solidária no governo federal.

Dessa forma, para além de desenvolver o relatório de pesquisa previsto, buscamos realizar outras atividades e gerar outros produtos que pudessem complementar o trabalho feito e permitir que os resultados chegassem a um número maior de pessoas. O intenso diálogo com a Rede Unitrabalho e com a Rede de ITCPs, bem como os encontros com integrantes das 84 incubadoras, e outros parceiros, foram fundamentais para fortalecer essa proposta.

No campo audiovisual, estão em processo de finalização dois vídeos: um primeiro que retrata o processo participativo realizado para a Avaliação Proninc 2017, em que se detalham todas as atividades e são ilustradas imagens dos seminários realizados com as incubadoras; e um segundo documentário que retrata a trajetória do Proninc, trazendo reflexões sobre seus impactos, seus desafios e sua perspectiva para os próximos anos.

Para contribuir no campo teórico e metodológico para o campo da economia solidária e das incubadoras, está sendo finalizada uma publicação denominada "Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária", que é uma coletânea de artigos elaborados por integrantes das incubadoras e outros pesquisadores e intelectuais que refletem sobre esse campo. Procuramos dar destaque, nessa publicação, para reflexões conceituais e metodológicas que pudessem complementar a análise aqui apresentada. Além disso, como não foi possível neste relatório dar destaque para experiências individuais, na publicação estão uma série de artigos sobre práticas de incubação, com casos vindos das cinco regiões do país. Também procuramos registrar algumas reflexões surgidas a partir do processo de pesquisa realizado na Avaliação Proninc 2017 elaboradas pela equipe deste trabalho. O livro será publicado em parceria com a Editora da UFRJ.

Por fim, para facilitar o acesso a este documento e a todos os outros produtos gerados pela Avaliação Proninc 2017, desenvolvemos um portal (http://nides.ufrj.br/index.php/proninc) onde se pretende centralizar o acesso a essas informações. Nesse portal disponibilizaremos:

- Este relatório de pesquisa;
- As ferramentas de pesquisa desenvolvidas para este relatório;
- Um arquivo com todas as tabelas extraídas dos banco de dados, que pode ser útil para a realização de novas análises a partir dos dados levantados nesta pesquisa;
- Os dois relatórios das avaliações anteriores, elaborados pela FASE (2007) e IADH (2011);
- A versão digital do livro Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária;
- O documentário sobre o processo de avaliação;
- O documentário sobre a trajetória do Proninc;
- Trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações e outros) que sejam desenvolvidos a partir da Avaliação Proninc 2017[7].

[7] Aproveitamos para solicitar ao leitor deste relatório que, caso tenha alguma publicação que esteja vinculada a essa pesquisa, entre em contato conosco para disponibilizarmos o arquivo no portal.

Estrutura do relatório

Este relatório se estrutura da seguinte forma: O primeiro capítulo traça um panorama geral do Proninc, com ênfase na descrição do percurso de formulação e implementação da política, os diferentes atores envolvidos e os conceitos principais em torno dos quais orbita a discussão sobre incubação e economia solidária. Nesse sentido, a discussão sobre tecnologia social ocupa um espaço de destaque por ser uma das finalidades da chamada o fomento de avanços da geração de soluções sociotécnicas nos empreendimentos da economia solidária.

O segundo capítulo descreve o percurso metodológico da pesquisa, tanto no que refere às características mais gerais da abordagem, quanto às questões operacionais e logísticas. Relata também o processo de construção do modelo de avaliação, dos instrumentos de pesquisa, a definição das dimensões de análise e o levantamento de campo, abordando ainda os principais desafios enfrentados e os aprendizados deixados para a equipe de pesquisa.

O terceiro capítulo faz uma apresentação geral das incubadoras, a partir de dados primários coletados na pesquisa quantitativa e qualitativa. Analisa a distribuição territorial das incubadoras, o tipo de instituição na qual surgem, as fontes de recursos, a conformação de equipes, infraestrutura e gestão participativa.

O quarto capítulo trata das atividades de incubação, principalmente da metodologia e da dinâmica interna voltada à relação com os empreendimentos de economia solidária acompanhados ao longo de 2014 a 2016. Apresentamos uma síntese dos conceitos e princípios metodológicos utilizados, o foco de atuação, as inovações desenvolvidas no trabalho, além de uma identificação dos setores de trabalho dos empreendimentos e estimativa de quantos teriam sido incubados pelas ITES no período pesquisado.

O quinto capítulo aborda a relação das incubadoras com as instituições de ensino superior nas quais estão inseridas. Traz a discussão sobre os caminhos para institucionalização das incubadoras no ambiente universitário, as características desse processo, seus obstáculos, limites e benefícios, além do impacto em sua sustentabilidade nos eixos institucional, financeiro, político e acadêmico. Apresenta também a formação dos estudantes, um dos propósitos centrais das incubadoras, representado em seu compromisso com a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão: a partir da relação com grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e disciplinas ministradas.

O sexto capítulo analisa as incubadoras pesquisadas no âmbito da Economia Solidária e de suas parcerias externas, dimensionando qualitativamente a visão crítica e formação política voltada aos próprios membros das incubadoras ou aos empreendimentos. Também é vista a participação nas duas redes de incubadoras de economia solidária no Brasil: a rede ITCPs e a Unitrabalho.

Por fim, o sétimo e último capítulo se detém sob a nova forma de operacionalização das chamadas do Proninc, a partir do edital 89/2013, quando as propostas aprovadas foram executadas como projetos de pesquisa do CNPq. São pontos principais a comunicação institucional entre as incubadoras e a Senaes, bem como entre aquelas e o CNPq, além do dimensionamento da contribuição do Proninc para as incubadoras de economia solidária.

Capítulo 1

O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas (Proninc)

Neste capítulo, traçaremos a trajetória histórica do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc). Para tanto, serão resgatados alguns dos antecedentes documentados que deram início aos primeiros processos de incubação de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. Em seguida, parte-se para uma descrição de cada uma das principais edições do programa, levando em conta as suas características, a conjuntura relacionada, os volumes de financiamento e suas operacionalizações.

1.1 O que caracteriza as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária

Para apresentar de forma adequada as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidaria, se faz mister apresentar a proposta política e os arranjos de organizações que compreendem o que se convencionou chamar de "Economia Solidária" no Brasil a partir da década de 1990. A Economia Solidária (ES) é concebida como uma forma alternativa de produção e distribuição no mercado capitalista, criada por setores marginalizados da sociedade. A solidariedade é central nesse conceito, pois os trabalhadores precisam exercê-la entre si na busca coletiva por sobrevivência e produtividade de seus projetos. O modelo econômico da ES segue, assim, uma lógica que exige a superação do modo de produção vigente.

Na concepção de Singer (2002), a Economia Solidária deveria transcender a mera tentativa de amenizar a exclusão social: sua ambição seria produzir solidariedade para além do assistencialismo, e produzir valor de forma diferente das grandes empresas capitalistas. No interior dos empreendimentos, a forma autogestionária de se organizar assume que as atividades são formuladas a partir da disponibilidade de cada membro e da demanda da associação. Difere-se da heterogestão, principalmente, por não haver administração hierárquica, e por todos terem parte na tomada de decisão.

Segundo Singer, na administração heterogestionária "as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo" (SINGER, 2002: 17). Já em uma autogestão, as decisões são tomadas por todos os membros através de consenso ou voto. Essa proposta, por prever um nível de participação e envolvimento elevado de cada ator no processo, enfrenta um obstáculo em função de a população estar acostumada culturalmente a baixos níveis de participação e solidariedade no mundo do trabalho capitalista.

É de suma relevância, nesse contexto, destacar o papel da Economia Solidária enquanto movimento social no processo de construção do Proninc, realizando pressão sobre o Estado ao demandar políticas públicas para o setor. Conforme é desenvolvido no trabalho de Costa (2017), o surgimento da Economia Solidária no Brasil se deu a partir da articulação de diversos movimentos, mais ou menos institucionalizados, que almejavam a construção de um novo paradigma que trouxesse ênfase ao aspecto social na produção e distribuição de mercadorias e serviços. São elencados por ele: i) a teologia da libertação; ii) a Cáritas brasileira; iii) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); iv) a Comissão Pastoral da Terra (CPT); v) a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do

Brasil (CONCRAB – ligada ao MST); vi) o Fórum Social Mundial; dentre outros atores de relevância, incluindo-se as redes de incubadoras universitárias.

Os empreendimentos de economia solidária teriam em comum, segundo Singer (2002) [1], os seguintes aspectos: i) autogestão no processo produtivo (em contraposição à "heterogestão"); e ii) a busca de orientar suas ações pela cooperação em lugar da competição (prevalente nos mercados tradicionais). Eles podem assumir a forma de coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Em uma assertiva mais teórica, Laville e Gaiger (2009) [2] chamaram atenção para o fato de a economia solidária manifestar a existência de "sistemas de vida que não seccionam as relações econômicas das relações sociais e não se moldam segundo princípios utilitaristas" (p.163).

O último Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), feito em 2009-2013 pela SENAES, registrou, em número absoluto, 19.708 EES, dentre grupos informais, associações, cooperativas ou sociedades mercantis. Do total de empreendimentos, identifica-se grande força desse campo no Nordeste, onde se encontram 41% dos empreendimentos, seguido do Sul (17%), do Norte e do Sudeste (ambos com 16%) e do Centro-Oeste (10%). Cerca de 55% dos EES atuam na área rural, 35% na área urbana e 10% em ambos espaços. O número total de trabalhadores envolvidos nessas organizações é de 1.423.631[3] . Dados mais completos sobre os levantamentos anteriores ao último mapeamento da SENAES podem ser vistos no relatório NESOL-USP (2012).

Com as limitações dos recursos e de políticas públicas para o campo da Economia Solidária na conjuntura brasileira, pode-se constatar que a maioria dos EES ainda sobrevive em situações precárias, enfrentando dificuldades de gestão, acesso a crédito, comercialização e acesso a conhecimentos tecnológicos. Conseguir apoiar os empreendimentos na busca por enfrentar essas dificuldades e por conquistas melhores condições de vida e trabalho é o principal objetivo das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES).

Com relação ao Proninc, embora o Estado brasileiro tenha começado a financiar incubadoras universitárias para trabalhar com empreendimentos populares de economia solidária em 1998, a história dessas incubadoras remonta a alguns anos antes. As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) são iniciativas acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão e que têm como prática a promoção da interação entre o meio universitário com grupos de trabalhadores que buscam construir um empreendimento econômico cooperativo. As ITES surgiram com o objetivo de oferecer formas permanentes de geração de trabalho e renda para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Além disso, as incubadoras apoiam a formação e a consolidação dos empreendimentos, por meio de trocas de conhecimentos práticos e teóricos, e buscam também transformar internamente a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares (DELLA VECHIA et al., 2011).

Quanto à denominação das ITES, aquela que se encontra com maior frequência é "Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares", que coincide com o nome da Rede de ITCPs. Entretanto, encontramos uma grande diversidade de formas de nomear este tipo de empreendimento, o que pode ser conferido nos apêndices deste relatório, principalmente envolvendo os conceitos de: economia

[1] SINGER, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.127p.

[2] LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio (2009). *Economia solidária*. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.) *Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições almeidina. 344p.

[3] Ver em: Atlas Digital da Economia Solidária: http://atlas.sies.org.br

solidária, empreendimentos econômicos solidários, empreendimentos populares, tecnologia social, organizações coletivas, desenvolvimento, trabalho.

A criação da primeira ITES no Brasil partiu da concepção de "transferência de tecnologia", inspirada, em alguma medida, nas Incubadoras Tecnológicas tradicionais, que são voltadas para a incubação de empresas. Elas surgem nos EUA, por volta dos anos 1960, e chegam ao Brasil vinte anos depois. Em linhas gerais:

> (...) a proposta das ITCPs diferencia-se, até os dias de hoje, do formato das incubadoras, originalmente norte-americanas, já que estas tinham e têm como objetivo desenvolver maior dinamismo econômico e tecnológico na perspectiva de transferência privada de conhecimento produzido nas IES [Instituições de Ensino Superior]. Ao contrário, a proposta das ITCPs busca viabilizar iniciativas populares por meio da formação continuada, assessoria e assistência técnica, o desenvolvimento de tecnologia social na perspectiva de inverter a lógica das incubadoras de empresas, ou seja, produzir conhecimento científico a partir do conhecimento tácito dos trabalhadores e assim direcionar a produção de conhecimento científico aos setores produtivos populares (VICTÓRIA, 2011, p. 44).

Foi em meio ao movimento da "Ação para a Cidadania", liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", que se originou, em 1993, o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP). Dois anos depois, em 1995, se juntariam a esses esforços a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), provocando o surgimento da Cooperativa Popular de Manguinhos, caso paradigmático de incubação em empreendimentos populares no país (FRAGA, 2012; IADH, 2011; VICTÓRIA, 2011).

Tendo se constituído de uma experiência piloto, a COPPE/UFRJ terminou por organizar a metodologia e continuar as pesquisas no tema, tornando-se o espaço institucional para a criação da primeira Incubadora Tecnológica de Economia Solidária do Brasil. Sendo assim, um dos primeiros pontos de diferenciação deste novo tipo de incubação seria sua própria construção horizontal de metodologia.

É preciso levar em conta que as metodologias de incubação de cooperativas populares foram construídas a partir dessas experiências pioneiras de incubação e que tais experiências tiveram como base conceitual os princípios e práticas da extensão universitária e da educação popular, vivenciadas pelos seus gestores e realizadores. A construção foi avançando na medida em que agregou os princípios e conhecimentos do corpo docente e pessoal técnico de novas incubadoras. O enriquecimento e aperfeiçoamento da metodologia são concomitantes ao processo de incubação.

Outro aspecto importante a ser considerado é que a incubação de EES é algo recente e não pode ser projetado tomando-se por referência os instrumentos de planejamento e gestão concebidos para as empresas tradicionais. A incubação das ITES abrange tanto aspectos econômicos, quanto de inclusão social, de cooperação e de solidariedade. Em outras palavras, os EES têm um duplo caráter: como cooperativa e como associação de trabalhadores. Articulam os aspectos econômicos do negócio com as lutas políticas, objetivando um modelo de gestão democrático e participativo, voltado para o bem estar dos trabalhadores.

A atuação em um campo tão diferente da prática tradicional das empresas privadas e das incubadoras tecnológicas de empresas exige que as ITES tenham que se converter em um laboratório de inovação. Aproveitando-se, por um lado, da vivência com os trabalhadores e com seus conhecimen-

tos, e, por outro, do conhecimento acadêmico sistematizado e disponível nas Instituições de Ensino Superior, promove-se um espaço muito propício à criação de novas práticas, ferramentas, instrumentos tos de gestão, produção de comercialização. Estas geradas a partir dessa troca de saberes e experiências, resultando em novas tecnologias feitas por e para os trabalhadores. As ITES tornam-se, dessa forma, um profícuo espaço de Inovação Social e de construção de Tecnologias Sociais, como desenvolveremos na próxima seção.

1.2 Tecnologia Social, Adequação Sociotécnica e Inovação Social

O Proninc, durante os últimos anos, tem pautado uma atuação das incubadoras que promova e articule uma integração entre as atividades de pesquisa, de desenvolvimento e aplicação de Tecnologia Social com as políticas públicas de fomento à economia solidária. A demanda por Tecnologia Social (TS) não é recente e vem sendo apontada por alguns autores, e também nas avaliações anteriores do programa, como primordial para o desenvolvimento da Economia Solidária e para a viabilidade dos empreendimentos.

Uma das definições mais conhecidas de Tecnologia Social foi elaborada pela Rede de Tecnologia Social (RTS), que a concebe como: "produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social" (DAGNINO, 2010a, p. 11). Essa definição propõe um conceito mais amplo abarcando uma diversidade de atores e propostas.

O Instituto de Tecnologia Social (ITS) também possui destaque no campo da Tecnologia Social, definindo-a como um

> conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004, p. 130)

As duas definições trazem em comum a consideração da participação dos grupos beneficiários na própria construção da tecnologia e tem a finalidade orientada para a transformação social. Porém, essas duas definições ainda não são suficientes para aportar o desenvolvimento de tecnologias adequadas às necessidades da Economia Solidária, pois não propõem parâmetros de caráter sociotécnico alternativos aos atualmente hegemônicos e que sejam capazes de orientar as ações de fomento, planejamento, capacitação e desenvolvimento de TS pelas incubadoras para os empreendimentos. Por fim, os dois conceitos não abordam adequadamente o ambiente produtivo e, consequentemente, não problematizam as relações econômico-sociais causadoras da exclusão social atual (DAGNINO, 2010c).

Dagnino (2010c) chama atenção ao protagonismo que a TS pode assumir na construção de uma "Outra Economia", a partir de diversos papéis: seja como viabilizadora da sustentabilidade econômica, social, política e cultural dos EES; como um elemento articulador de formas de produção e organização de outra sociedade, com formas alternativas às elaboradas pelo capital; e, por fim, a TS seria o núcleo do substrato cognitivo que deverá substituir a tecnociência, que hoje é a base da superestrutura político-ideológica do capitalismo.

Para o autor, a Tecnologia Social é:

> o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais

> ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo" (Dagnino, 2010b, p. 210)

Ainda de acordo com Dagnino (2004), conceber Tecnologia Social se torna necessário porque a Tecnologia Convencional ou Tecnologia Capitalista (TC), que é projetada e utilizada nas empresas privadas, não é adequada para promover a Inclusão Social. A TC traz na sua concepção valores e interesses empresariais, como (i) a incessante redução do custo de mão de obra incorporada ao produto; (ii) a busca constante por escalas ótimas de produção, colocando pequenos e médios empreendimentos em condição de desvantagem; além de que (iii) concebe tecnologias ambientalmente insustentáveis, pois não consideram a deterioração do meio ambiente como custo. Para manter essa forma de organização, a TC demanda técnicas e ferramentas de controle sobre a produção, que são coercitivos e levam à segmentação e à alienação dos trabalhadores.

Por esses aspectos, a TS deve:

> ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não-discriminatória; liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários. (DAGNINO, 2004. P 194)

No entanto, a concepção da TS esbarra no obstáculo das instituições públicas envolvidas com a geração de conhecimento científico e tecnológico (universidades, centros de pesquisa etc.), pois elas estão condicionadas e focadas na qualidade da pesquisa de ponta realizada nos países centrais. Ao emular, assim, um padrão de fazer ciência que pouco tem a ver com a realidade do Brasil, busca legitimar-se não com a nossa sociedade, mas com seus pares no exterior. Além disso, a comunidade de pesquisa precisaria substituir a ideia ingênua e ineficaz da "oferta" ou "transferência" de conhecimento (tecnologia) produzido pela universidade (ainda que socialmente sensibilizada para atores sociais que o "demandam") por uma construção coletiva de conhecimento, com a incorporação dos valores, interesses e saberes dos excluídos e entendimento da realidade local (DAGNINO, 2010c).

Com base nessas reflexões, o conceito de Adequação Sociotécnica (AST) visa apresentar uma operacionalização da Tecnologia Social e concebe o processo de adequação do conhecimento científico e tecnológico aos interesses da transformação social. Para isso, é preciso promover a exploração de certo grau de autonomia técnica e política para que sejam construídas rotas alternativas de desenvolvimento tecnológico. São processos reais de desconstrução e (re)projetamento tecnológico com participação de grupos sociais distintos daqueles que usualmente monopolizam a construção sociotécnica. Dagnino (2004) prevê que a Adequação Sociotécnica pode ocorrer de sete formas principais (Quadro 1):

Quadro 1 – Formas de Adequação Sociotécnica

Uso	Uso de Tecnologia convencional com a condição que se altere a apropriação do lucro gerado.
Apropriação	Ampliação do conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos, gerenciais e de concepção dos produtos e processos.
Revitalização das máquinas e equipamentos	Aumento da vida útil das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e revitalização do maquinário.
Ajuste do processo de trabalho	Implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção, o questionamento da divisão técnica do trabalho e a adoção progressiva do controle operário (autogestão).
Alternativas tecnológicas	Emprego de tecnologias alternativas às convencionais.
Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente	Incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção), ou o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção.
Incorporação de conhecimento científico-tecnologico novo	Resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção.

Fonte: elaborado pela equipe, a partir de Dagnino (2004)

Para que esses processos de adequação sociotécnica possam ser viabilizados é preciso que haja uma mudança de paradigmas e modelos cognitivos acerca da relação da ciência, tecnologia e sociedade, pois os modelos hoje vigentes não são adequados para o desafio de promover uma tecnologia para a inclusão social.

É preciso resgatar a funcionalidade da universidade pública em propor soluções que sejam ajustadas ao contexto político, social e econômico do país, e que sejam ainda proposições desenvolvidas em diálogo com os atores que vão utilizá-las. E o resgate dessa funcionalidade tem passado nos últimos anos pela extensão universitária e pela ação das Incubadoras de Tecnologia de Empreendimentos Solidários, que constituem um campo propício para a produção de tecnologias para a transformação social.

Na perspectiva de desenvolver um outro paradigma para o campo da Ciência Tecnologia e Sociedade, França Filho (2017) apresenta a incubação tecnológica em economia solidária como uma modalidade de extensão inovadora na universidade brasileira. A prática da incubação assume um papel duplo: ao mesmo tempo em que volta suas atividades para a sociedade, no sentido do apoio aos processos de auto-organização de grupos socialmente excluídos, ela também se volta para dentro da universidade, constituindo um manancial de produção de pesquisa e induzindo processos de aprendizagem que mobilizam diversas áreas do conhecimento e campos de atuação profissional.

O aspecto inovador também se encontra presente nos processos e resultados da incubação, pois a incubação na economia solidária se desvincula da ideia e do paradigma de transferência de tecnologia (conforme proposto pela origem do conceito de incubação tecnológica) e se vincula às soluções tecnológicas geradas a partir da realidade das iniciativas, dos empreendimentos e de seus respectivos contextos. Essa prática tende a se aproximar da lógica da Tecnologia Social, em que as soluções tecnológicas são "co-construídas" a partir dos saberes acadêmicos e dos saberes populares. Como consequência, cada tecnologia ou ação empreendida na incubação de um grupo, rede ou território gera novos conhecimentos adequados àquela realidade abordada, levando a desenvolver novos processos, produtos

e métodos de trabalho, adequados ao contexto socioeconômico e destinados a criar as soluções que o próprio processo social de organização local requer.

Diante dessas características, França Filho (2017) destaca que as práticas de incubação possuem alto potencial de geração de inovação social. O termo é definido por Andion (2017) como:

> uma nova resposta ou solução de efeito duradouro (em termos de convenções, regulações, relações, processos, práticas e/ou produtos e serviços) que procura a resposta para uma aspiração. Ao atendimento de uma necessidade, a criação de uma solução ou ao aproveitamento de uma oportunidade de ação. Tendo como objetivo a modificação das relações sociais, a transformação de um quadro de ação ou a proposta de novas orientações culturais. A inovação social emerge então da iniciativa de indivíduos ou grupos que focalizam o interesse público. (p.100)

Em complementação, França Filho (2017) propõe que as experiências de inovação social sejam balizadas de acordo com os seguintes parâmetros: finalidade; modo de acesso; modo de uso ou apropriação pelos utilizadores; e modo de geração (proveniência/proponência) ou origem da inovação.

Dessa forma, a inovação social deve ser concebida para atender uma finalidade não econômica, ou ainda, uma finalidade em que os critérios econômicos de mercado se sujeitam ou se subordinam a outros critérios definidos a partir de uma base de valores, como cooperação e solidariedade. De modo semelhante, o seu acesso deve-se dar via serviço público ou serviço comum ofertado por ente público governamental ou por ente privado de interesse público. É possível também que o acesso se dê via mecanismos de mercado, quando este é regulado por critérios oriundos da própria sociedade. Além disso, a inovação social ocorre quando é apropriada efetivamente pelos utilizadores, incorporando o uso dela ao cotidiano do grupo ou território. Assim, ela é concebida tanto por agentes externos como por agentes internos numa "co-construção" de soluções fundada no princípio da democratização da relação de parceria.

Os conceitos de Tecnologia Social, Adequação Sociotécnica e Inovação Social carregam diversos pontos de convergência e induzem a uma reconstrução do paradigma da relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Esses conceitos provocam uma ruptura no papel da ciência, deslocando seu foco do mercado para a sociedade. Ao mesmo tempo, essa transformação exige uma renovação nas bases de pensamento, em que as bases que regulam as relações hegemônicas sejam substituídas por modelos cognitivos que viabilizem uma efetiva inclusão social por meio da ciência e tecnologia. Trata-se de um desafio de transformação sem precedente colocado no rol de objetivos da incubação tecnológica de economia solidária.

1.3 Histórico do Proninc

Em 1998 o Proninc é criado formalmente, viabilizando a transferência de recursos para seis universidades: Federal do Ceará (UFC), Federal de Juiz de Fora (UFJF), de São Paulo (USP), Estadual da Bahia (UNEB) e Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), além da ITCP/UFRJ. O objetivo era de que se montassem novas incubadoras nessas instituições de ensino (VARANDA, 2007; FRAGA, 2012). Essa criação se deu a partir da articulação institucional entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o COEP, além das IES mencionadas. É importante notar também que, segundo a pesquisa de Fraga (2012), novas incubadoras surgiam em outras universidades, mesmo sem o apoio da política pública. Após essa edição inicial, o programa entrou em um hiato.

O Proninc só seria retomado em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A retomada do programa pode ser considerada como o resultado de uma conjuntura em que novas incubadoras surgiam, muitas vezes sem apoio financeiro ou com recursos escassos, e também da crescente articulação de duas redes de incubadoras, a Unitrabalho, instituída como rede de incubadoras em 2001, e a Rede de ITCPs, criada em 1999. Ambas as redes contribuíram para a criação de novas incubadoras e gestão daquelas já existentes, organizando-as nacionalmente.

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo federal, em 2003, trouxe consigo a abertura do Estado brasileiro a setores organizados da sociedade civil. Evidentemente, esse processo não se deu sem contradições, inerentes ao exercício do poder em um país de grandes dimensões e de realidade demasiado complexa como o Brasil. A confirmação, antes mesmo da posse, de que haveria uma Secretaria Nacional para tratar do tema da ES trouxe diversos atores de peso deste segmento a manifestarem-se a favor da indicação do economista Paul Singer para o cargo de secretário.

Com a posse e a criação da Secretaria, o movimento de ES se articulou em torno do Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES), que representou, grosso modo, o organismo de interlocução da sociedade civil frente aos novos gestores de políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Buscamos aqui ressaltar que a existência dessa secretaria é fruto de um longo processo de luta política e de movimentação de diversos atores em torno da execução dos princípios da ES. Ao longo da sua trajetória, a sociedade civil permaneceu em permanente construção e reconstrução de políticas e ações junto ao Estado em uma relação da qual o Proninc seria um dos mais importantes resultados.

Retornando ao cenário de 2003, o então secretário nacional de economia solidária teria sido estimulado pela FINEP a buscar outros ministérios a fim de aliar o trabalho das incubadoras aos objetivos dessas instituições (FRAGA, 2012). A partir desse exercício de articulação institucional entre os atores citados (FINEP, FBB, COEP, e as duas redes de incubadoras), os Ministérios mobilizados por Paul Singer (Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cultura, Pesca e Aquicultura, Justiça e Turismo) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) formou-se o Comitê Gestor do Proninc. Segundo IADH (2011):

> O Comitê Gestor foi gradativamente incorporando outros órgãos de governo que identificaram nas incubadoras uma possibilidade para implementar as políticas públicas necessárias no enfrentamento à desigualdade e à pobreza e na promoção de processos de desenvolvimento mais justos e solidários (p.08).

Ainda com relação ao comitê, Victória (2012) aponta que ele

> (...) reun[ia]-se ordinariamente a cada quadrimestre, com as finalidades e atribuições de: (i) planejamento e definições de prioridades e metas do programa; (ii) promoção da integração e intercooperação das instituições apoiadoras do Programa com as redes de incubadoras e organizações da Economia Solidária; (iii) formulação de diretrizes para a seleção de projetos de financiamento e apoio às incubadoras; (iv) acompanhamento e monitoramento dos projetos de apoio às incubadoras, e (v) avaliação das ações do programa e seus resultados (p.48).

O Comitê Gestor configura-se, portanto, a partir de sua reestruturação, em 2003, como um elemento central do Proninc. Além disso, é importante notar que entidades de apoio e empreendi-

mentos, embora não participem desse comitê, tiveram, de algum modo, participação na gestão do programa, já que colaboraram em seminários de avaliação.

Em 2003, quando, portanto, se inicia a estruturação de políticas públicas para a economia solidária, já existiam 33 incubadoras organizadas pela rede Unitrabalho e pela Rede de ITCPs(FRAGA, 2011; FREITAS, 2012; VARANDA, 2007; IADH, 2011). O Proninc ofereceu apoio a todas, "tanto para dar continuidade à incubação como para ajudar a criar novas incubadoras" (FRAGA, 2011, p.99). Entre 2003 e 2006, foram apoiadas 43 incubadoras, incluindo-se as antigas e as novas, através de duas encomendas, uma em 2003 e outra em 2005, quando se buscou priorizar regiões ainda não atendidas.

Em 2007, a partir das experiências anteriores, as chamadas públicas começaram a distinguir o apoio a incubadoras antigas e novas. Nesse ano, foram instituídas duas encomendas: uma para incubadoras já existentes, categoria A, e outra para incubadoras a serem criadas com os recursos do programa, categoria B. No total, concorreram 80 instituições, tendo sido apoiadas 27 antigas (A) e 36 novas (B).

A parceria entre SENAES e FINEP/MCT em torno do Proninc se consolidou em 2007 por meio de um convênio de três anos que previa a execução pela FINEP da gestão e acompanhamento dos recursos[4]. Pode-se notar que, em 2007, houve um evidente aumento das ações voltadas para projetos de incubação com a ampliação do Comitê Gestor do Proninc, incluindo diversos órgãos em sua composição. No ano de 2010, foi aprovado um decreto (Decreto nº 7.357 de 17/11/2010), oficializando o Proninc, seu Comitê Gestor e estabelecendo suas diretrizes.

Vale destacar, desse decreto, os objetivos estabelecidos do Proninc:

I. geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;

II. construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação;

III. articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;

IV. desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial;

V. formação de discentes universitários em economia solidária;

VI. criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior.

1.4 A Chamada 89/2013

A partir de 2013, o programa iniciou um novo formato de implementação a partir da parceria entre a SENAES/MTE, o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI). A Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 teve por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnoló-

[4] A FINEP também conseguiu atuar em conjunto com Ministérios em convênios semelhantes, "por ex.: o MDS, que fechou convênio em 2005 para a incubação de empreendimentos em setores agroalimentares; o MTur, que fechou convênio em 2007 para a incubação de empreendimentos na cadeia produtiva do turismo; ou o próprio MCT, que repassou recursos à instituição financiadora para a realização de dois editais neste sentido, ambos em 2009, um destinado a órgãos públicos estaduais, onde uma das modalidades era a incubação, e um edital destinado a duas modalidades de projetos de redes de incubadoras, sendo uma delas para a incubação de EES." (CUNHA, 2012)

gico e extensão que objetivam a incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES). Esse objetivo mais geral desdobrava-se em cinco outros que assim encontravam-se descritos no texto da chamada:

i. construir referencial conceitual e metodológico acerca dos processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários (EES) pós-incubação;
ii. estimular o aprimoramento das metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento territorial e regional;
iii. desenvolver processos de incubação de EES e/ou redes de cooperação;
iv. capacitar, no âmbito da economia solidária, docentes, técnicos, discentes e participantes dos projetos incubados;
v. promover a articulação entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia social e as políticas públicas de fomento à economia solidária[5]

A principal novidade trazida pela chamada foi a execução de recursos através do CNPq, em que os responsáveis pelos projetos deveriam prestar contas através da plataforma Carlos Chagas. Foram previstos um total de R$ 19,9 milhões, dos quais R$ 16 milhões eram oriundos diretamente do Orçamento Geral da União (Ação Orçamentária 20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas redes de cooperação) e R$ 3,89 milhões do Programa 2021 de Apoio a Projetos de Tecnologia Social.

Em modelo semelhante, foi realizada uma última chamada no ano de 2015, em parceria com o CNPq/MCTI, que financiou 22 projetos, por um período mais curto, de incubadoras mais antigas que não haviam sido beneficiadas pelo edital de 2013. O objetivo desse último apoio financeiro era garantir a continuidade do trabalho dessas incubadoras até o lançamento do edital seguinte, previsto para 2016, próximo ao término do período de execução dos projetos financiados na chamada de 2013. O Quadro 2 sintetiza os apoios realizados no âmbito do Proninc desde 2003.

Quadro 2 – Execução de recursos pelo Proninc 2003-2015[6]

ANO	ENTIDADE EXECUTIVA	FONTE	VALOR	INCUBADORAS BENEFICIADAS
2003-2004	FINEP	MDS	R$ 5,13mi	24
2005-2006	FINEP	FINEP	R$ 1,34mi	10
2007-2008	FINEP, MDS, FBB – Modalidades A e B	FINEP, MEC, MDS, FBB	R$10,56mi	55
2007-2008	FINEP	Mtur, FINEP	R$ 5,05mi	11
2008	MPA (SEAP)	MPA (SEAP)	R$ 2,89mi	7
2009	MEC – PROEXT	MEC	R$ 3mi	34
2009	FINEP – Modalidade C	MCT-PNI/Fundos Setoriais	R$ 2,74mi	19
2010	MEC – PROEXT	MEC	R$ 4,2mi	60
2010	SENAES	SENAES	R$ 4mi	32

[5] Disponível em: http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=resultados&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4281 Visitado em: 09/08/2017

[6] Nota: Os dados referentes aos itens 1 a 9 foram tirados de IADH (2011) e Fraga (2012). Os dados dos itens 10, 13 e 15 foram obtidos de informações dadas por técnicos da Senaes. As informações dos itens 11, 12, 14, 16 e 17 foram retiradas dos resultados das chamadas do Proext, no site o MEC.

ANO	ENTIDADE EXECUTIVA	FONTE	VALOR	INCUBADORAS BENEFICIADAS
2010	SENAES/FINEP	FINEP/SENAES/REDES	R$ 7,5mi	22
2011	MEC – PROEXT	MEC	R$ 5,3mi	58
2013	MEC – PROEXT	MEC	R$ 6,1mi	56
2013	SENAES/CNPq	MCTI/CNPq	R$15,6mi	84
2014	MEC – PROEXT	MEC	R$ 4,3mi	35
2015	SENAES/MCTI/CNPq	MCTI/CNPq	R$ 2mi	22
2015	MEC – PROEXT	MEC	R$ 5,8mi	33
2016	MEC – PROEXT	MEC	R$ 3,1mi	18
		TOTAL	**R$ 3,1MI**	**580**

Fonte: Adaptado de FRAGA, 2012

O quadro mostra as diferentes fontes e recursos do programa, bem como deixa claro os esforços da SENAES em articular parcerias para viabilizar o funcionamento das incubadoras. Por outro lado, podemos perceber uma variação institucional e de fontes de recursos que pode ser vista como um desafio para a continuidade do Proninc, que ainda depende de um trabalho constante de articulação e mobilização por parte dos agentes públicos da Senaes.

1.5 O Proninc no contexto atual e as políticas de avaliação do programa

As ações da SENAES relacionadas ao apoio de incubadoras de economia solidária consumiram 14% dos recursos da secretaria em 2003, só tendo sido superadas, em termos financeiros, pelo projeto "Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária" (FREITAS, 2012). O Proninc configura-se, assim, como uma das mais relevantes políticas do campo da economia solidária da contemporaneidade. Ele atua de forma estratégica ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares. Nesse sentido, une o governo federal – através das secretárias, ministérios e instituições de fomento –, a academia e os setores populares, contribuindo para a formação e o fortalecimento de quadros.

O Proninc se operacionaliza através de editais de chamadas de projetos selecionados levando-se em conta seus conteúdos, áreas de atuação e formas de implementação. A partir dessa seleção, é possível estabelecer critérios de alocação de recursos e a definição de instrumentos para monitorar e acompanhar o andamento desses projetos. Sendo assim, existe uma preocupação efetiva com o monitoramento do Programa.

A partir de 2005, a SENAES direcionou esforço para consolidar uma política de monitoramento e avaliação do Proninc. O primeiro trabalho de avaliação foi feito pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Os resultados desse esforço avaliativo, que perduraram pelos anos de 2005 e 2006, encontram-se materializados no documento intitulado "Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares", organizado por Ana Paula Varanda e Pedro Cunca Bocayuva Cunha e publicado em 2007. Na ocasião, foram visitadas 33 incubadoras e 315 empreendimentos.

A segunda avaliação foi realizada entre janeiro de 2010 e março de 2011 pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH). O recorte dessa avaliação foram 65 incubadoras apoiadas pelos editais do Proninc. Ao todo, foram visitadas 54 incubadoras e 171 empreendimentos ao redor de todo o país.

Além dos trabalhos frequentes de avaliação, foi constituído um Comitê Executivo ampliado para construir um processo permanente de monitoramento do Programa. Gabriela Cunha (2012) destaca que, segundo as orientações do Comitê Gestor, há a “necessidade de realização de avaliação externa, de caráter quantitativo e qualitativo, que contemple os seguintes eixos de análise: caracterização e desempenho das incubadoras; perfil e desempenho dos empreendimentos e gestão do Programa.

Foi nesse contexto que a Senaes entrou em contato, no segundo semestre de 2015, com o Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a fim de convidá-lo para a coordenação da terceira avaliação do Proninc, a ser conduzida nos anos de 2016 e 2017.

O processo de pesquisa coordenado pelo Soltec, como avaliador externo, foi construído, desde o princípio, em intenso diálogo com a própria SENAES e com as Redes de ITCPs e Unitrabalho, como será detalhado no próximo capítulo. O caráter participativo da avaliação garantiu uma qualificada participação das pessoas (estudantes, técnicos, professores) que estão trabalhando no cotidiano das incubadoras e que tem a experiência da incubação.

O foco da pesquisa realizada foram as incubadoras apoiadas pelo Edital 89/2013 do Proninc. O Edital possuía duas linhas de apoio: Linha A, para incubadoras antigas; Linha B, para incubadoras nunca apoiadas em editais anteriores. Ao todo, foram apoiadas 84 incubadoras, sendo 43 da Linha A e 41 da Linha B. Como o principal objetivo da pesquisa foi acompanhar o andamento das novas incubadoras, decidiu-se por pesquisar todas as incubadoras da linha B. Quanto às incubadoras antigas, em função da restrição de recursos, decidiu-se por ter na amostra cerca da metade, 23, para servir como referência de análise.

No próximo capítulo, apresentamos as bases que estruturam a avaliação e descrevemos as etapas desse processo.

Capítulo 2

A metodologia de avaliação do Proninc

Neste capítulo, trataremos dos aspectos metodológicos que estruturaram o processo desta avaliação, que prevê uma análise quantitativa, qualitativa e participativa. Na perspectiva quantitativa, houve a preocupação de fazer um levantamento amplo das incubadoras de forma a ter estatísticas confiáveis que permitissem uma análise sobre os impactos, conquistas e dificuldades de trabalho com os empreendimentos solidários. O objetivo primordial não foi identificar individualmente quais casos foram positivos e quais foram negativos, inclusive pela dificuldade de se definir indicadores padrões para essa análise, mas principalmente ter uma visão geral do contexto das incubadoras, quanto aos diferentes aspectos que se pretende avaliar.

Essa perspectiva influenciou a decisão de termos uma amostra significativa do universo estudado. Do total de 84 incubadoras financiadas pelo edital 089/2013, foram visitadas as 64 listadas a seguir:

INCUBADORAS AVALIADAS

REGIÃO CENTRO-OESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária - INTECSOL/UnB	Distrito Federal
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IFB/Gama	Distrito Federal
Incubadora Social da UFG	Goiás
Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários - INESSOL/UFG/Catalão	Goiás
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira - UFMS/Corumbá	Mato Grosso do Sul
Incubadora Pantanal do Médio Alto Taquari (Incuba Pantanal) - IFMS/Coxim	Mato Grosso do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFMS/Campo Grande	Mato Grosso do Sul
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis - INCUBEESS/UNEMAT/Cáceres	Mato Grosso
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFMT	Mato Grosso
Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis - IOCASS/UNEMAT/TANGARÁ DA SERRA	Mato Grosso

REGIÃO SUL	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UEPG	Paraná
Trilhas Incubadora Social Marista - PUC/PR	Paraná
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES/CAU/UEM	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFFS/Cantuquiriguaçu	Santa Catarina
Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias - INDIOS/UNIOESTE	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Do Parque Tecnológico Itaipu - FPTI	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIPLAC	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - FURB	Santa Catarina
Incubadora Tecno-Social - IFRS/Porto Alegre	Rio Grande do Sul

Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da UNIJUÍ - ITECSOL	Rio Grande do Sul
Incubadora Social - UFSM	Rio Grande do Sul
Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social - PUC/RS	Rio Grande do Sul
Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários - UFFS/Cerro Largo	Santa Catarina
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC/UCPel	Rio Grande do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNISUL	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNIVALI	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Economia Popular e Solidária - ITEPS/IFSC/Araranguá	Santa Catarina

REGIÃO SUDESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIFAL/Varginha	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ICA/UFMG/Montes Claros	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFV	Minas Gerais
Núcleo de Estudos Sobe o trabalho Humano - NESTH/UFMG	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIMONTES	Minas Gerais
Núcleo Alternativas de Produção - NAP/UFMG	Minas Gerais
Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários - INCOP/UFOP	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - COPPE/UFRJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS/CEFET/RJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFF/Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Polo Universitário da UFF/Volta Redonda - InTECSOL	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFRJ/Realengo	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNICAMP/Limeira	São Paulo
Incubadora de Cooperativas Populares - Incop/Unesp/Assis	São Paulo
Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária - NuMI-EcoSol/UFSCAR	São Paulo
Co-Labora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários - USP/Ribeirão Preto	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UFVJM-CM	Minas Gerais

REGIÃO NORDESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UFAL	Alagoas
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária - INTEESOL/ UNILAB	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS/UFCA	Ceará
Incubadora para Empreendimentos Populares Solidários - FPA	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES/UFBA	Bahia
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UAG/UFRPE	Pernambuco
Incubadora de Tecnologias Sociais - UFPE	Pernambuco
Incubadora CRIATIVA S3 (Social, Solidária e Sustentável) - UNEB	Bahia

Centro de Formação e apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária para mulheres de comunidades tradicionais urbanas e rurais - UNIVASF	Pernambuco
Incubadora da UNCISAL	Alagoas
Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES/UFPB	Paraíba
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Autogestão - UFC	Ceará
Incubadora Popular e Solidária do Vale do Mamanguape Paraibano - INCUPOESPB/UFPB	Paraíba
Projetos de Engenharia e Gestão Aplicados ao Desenvolvimento Ambiental e Social - PEGADAS/UFRN	Rio Grande do Norte
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - ITES/PADETEC	Ceará

REGIÃO NORTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Linguagens Digitais de Empreendimentos de Economia Solidária - UFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC/IFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – ITES/UFRA	Pará
Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicional do Acre – INCUBAC/IFAC	Acre

Conseguiu-se abranger completamente o universo das incubadoras novas, isto é, as 41 que concorreram na linha B do edital. Das incubadoras da linha A, foram visitadas mais da metade das experiências, 23 de um total de 43, o que nos oferece uma representatividade relevante.

Por outro lado, foi reforçada uma abordagem qualitativa no processo de pesquisa que garantisse o respeito às diferenças de contexto e de metodologias que caracterizam o trabalho das incubadoras da economia solidária. A dinâmica de trabalho dessas incubadoras possui uma grande variação de acordo com a região, com o local de atuação (urbano e rural), a área de conhecimento predominante entre os integrantes, o nível de organização e o setor do grupo beneficiário, por exemplo. Além disso, o tipo de metodologia utilizada na incubação também depende da forma de atuação do núcleo da IES, da experiência do coordenador, do tamanho da equipe, da infraestrutura disponível, da localização geográfica do empreendimento, entre outros fatores. Por essa razão, uma parte das ferramentas de pesquisa permitiu uma análise mais qualitativa dessas questões, propiciando reflexões mais qualificadas sobre esse contexto.

Por fim, buscou-se fazer uma avaliação com intensa participação das incubadoras na construção do processo. A participação das duas redes de incubadoras, ITCP e Unitrabalho, desde a elaboração da proposta do projeto e nas etapas da avaliação, permitiu a construção de uma metodologia que propiciasse a contribuição das pessoas que estão realizando esses projetos no seu cotidiano de trabalho. Dessa forma, conforme será visto na descrição das etapas, foram pensados momentos em que os integrantes das incubadoras pudessem contribuir sobre as bases do processo de avaliação. Por outro lado, houve uma preocupação em buscar, no momento de aplicação da avaliação, um distanciamento por parte do(a) pesquisador(a) que estivesse realizando o trabalho de campo nas incubadoras.

2.1 A construção do processo participativo de avaliação

Como apresentado no capítulo anterior, o Proninc foi construído a partir da articulação entre uma série de atores da sociedade civil e do Estado a fim de fortalecer a perspectiva de atuação das IES

no apoio aos empreendimentos do campo da economia solidária. As diversas naturezas dos objetivos do Proninc, que se desdobram em objetivos a serem atingidos pelas incubadoras apoiadas pelo programa, denotam a complexidade que deve possuir um processo de avaliação dessa política.

Se pensarmos na perspectiva do empreendimento, veremos que não é o simples êxito econômico o indicativo de um bom resultado. A participação dos trabalhadores no processo de decisão, a satisfação e ampliação da autoestima no trabalho, a confiança entre os membros da equipe são outros aspectos fundamentais para além do resultado financeiro. Sem contar que há um número significativo de empreendimentos da economia solidária que não tem fins econômicos e cujo êxito está mais relacionado ao bem-estar não material dos trabalhadores.

Entretanto, uma avaliação do Proninc precisa, para além dessa perspectiva, compreender: os avanços da inserção da temática da economia solidária nas IES; como tem se desenvolvido a geração de conhecimento e a integração entre ensino, pesquisa e extensão nos cotidianos das incubadoras; de que forma está sendo realizada a formação técnica e crítica dos estudantes dessas instituições; e de que maneira as incubadoras têm conseguido fortalecer o movimento social e as políticas públicas de economia solidária em sua localidade.

Foi com base nessa complexidade, que se procurou desenvolver um ferramental de pesquisa que desse conta, dentro das limitações de tempo, escopo e recursos, da diversidade de referências de análise que se colocam na realidade dos projetos envolvendo incubadoras da economia solidária.

A estratégia metodológica proposta para esta pesquisa combina, como já mencionado, uma abordagem participativa com métodos quantitativos e qualitativos de levantamento e análise de dados. Portanto, o envolvimento dos atores foi fundamental na definição das dimensões a serem avaliadas e na construção, elaboração e aplicação dos instrumentos de pesquisa, como questionários, roteiros de entrevista, observação e análise documental. A troca permitiu a incorporação das diferentes vozes e experiências dos membros das incubadoras, estimulando, ao mesmo tempo, um processo de autorreflexão que pode ser útil na execução dos projetos.

O desenvolvimento do projeto em diálogo com as duas principais redes de articulação das incubadoras de cooperativas das universidades públicas brasileiras, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e a Unitrabalho, foi fundamental tanto para qualificar o processo quanto para legitimar o trabalho de avaliação frente às próprias incubadoras. A definição da equipe do projeto, a proposta de metodologia de avaliação e o trabalho de campo foram desenvolvidos junto com as pessoas envolvidas nessas redes e nas incubadoras. O projeto de pesquisa foi desenvolvido em seis fases, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Fases de desenvolvimento do projeto de pesquisa

FASES	PERÍODO
Formação da equipe de pesquisa	Março e Abril/2016
Construção do modelo de avaliação	Maio a Julho/2016
Visita às incubadoras e aplicação de questionários às incubadoras e empreendimentos	Julho a Dezembro/2016
Análise e sistematização dos dados quantitativos	Dezembro/2016 a Março/2017
Seminário Nacional	Abril/2017
Análise e sistematização dos dados qualitativos	Abril a Junho/2017
Consolidação do Relatório Final	Junho e Julho/2017

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Em um primeiro momento, com duração de cerca de dois meses, fizemos um processo de formação da equipe da Coordenação Nacional (Soltec/UFRJ), a partir da leitura de textos sobre incubação de empreendimentos solidários e sobre avaliação. Também realizamos a leitura dos relatórios das duas avaliações do Proninc realizadas anteriormente, em 2007, pela FASE, e, em 2011, pelo IADH.

2.1.1 Construção do modelo de avaliação

Esse resgate bibliográfico serviu como subsídio para o início da segunda fase: a construção do modelo de avaliação. Essa segunda fase, por sua vez, pode ser dividida em dois momentos. Inicialmente, a partir da revisão bibliográfica realizada, a Coordenação Nacional esboçou uma primeira estrutura para o processo de avaliação. Em seguida, essa proposta foi levada para debate em três seminários para os quais foram convidados representantes das 84 incubadoras beneficiadas pelo edital 089/2013.

O primeiro seminário foi realizado nos dias 20 e 21 de maio de 2016, no Rio de Janeiro, tendo a participação de 40 pessoas, com representação de 20 incubadoras das regiões Centro-Oeste e Sudeste. O segundo seminário foi realizado nos dias 9 e 10 de junho de 2016, em Florianópolis, com a participação de 31 pessoas, reunindo 22 incubadoras da região Sul. E o terceiro seminário regional foi realizado nos dias 27 e 28 de junho de 2016, em Salvador, com participação de 45 pessoas, incluindo representantes de 17 incubadoras das regiões Norte e Nordeste. A lista completa das incubadoras que participaram de cada seminário pode ser consultada no Apêndice 2.

Nos seminários foram apresentadas as diretrizes da avaliação e seus principais eixos, o que foi levado a debate. Consideramos que houve uma participação expressiva dos integrantes das incubadoras na construção dos parâmetros da avaliação. Uma dinâmica interessante foi que, entre um seminário e outro, a equipe da Coordenação Nacional já atualizava a estrutura da avaliação de acordo com as críticas e sugestões realizadas no seminário anterior. Esse processo interativo permitiu que fôssemos desenhando uma proposta cada vez mais completa e, desse modo, a cada seminário foi possível perceber uma maior aceitação pelos participantes.

Uma vez com a primeira versão das ferramentas de avaliação, fizemos alguns pré-testes que nos possibilitaram rever algumas questões e avaliar as ferramentas.

O ferramental para a realização da avaliação do Proninc era composto pelos seguintes instrumentos: prévios à visita, de aplicação direta durante as visitas de campo e de análise do trabalho de campo. Esses instrumentos se dividiram da seguinte maneira:

1 – Instrumentos prévios à visita:

a. Questionário Base, em planilha, que era enviado às incubadoras e deveria ser respondido autonomamente pelos/as seus/suas coordenadores/as;

2 – Instrumentos de aplicação direta durante as visitas:

a. Questionário Presencial, o principal instrumento da avaliação, que continha as questões a serem feitas à equipe de coordenação da incubadora;

b. Roteiro para entrevista com estudantes, em que se buscava obter a visão desse grupo quanto ao trabalho da incubadora;

c. Roteiro para entrevista com gestores, utilizado para entrevista com um gestor da IES, em geral o/a Pró-Reitor/a de Extensão, de forma a perceber sua impressão sobre os impactos da incubadora;

d. Roteiro para entrevista com empreendimento, para orientar a entrevista a dois empreendimentos que tenham sido incubados no âmbito do edital 089/2013 do Proninc.

3 - Instrumentos de análise do trabalho de campo:

*a. Roteiro Analític*o, em que os pesquisadores, a partir de questões-chave, faziam *a posteriori* uma análise geral do trabalho da incubadora visitada.

Os dois questionários direcionados para as incubadoras tinham um caráter mais quantitativo, enquanto que os roteiros para as entrevistas com estudantes, gestores e empreendimentos possuíam uma abordagem qualitativa. Entretanto, o roteiro analítico, feito pelos pesquisadores após a realização das visitas, garantiu um espaço para uma análise qualitativa do trabalho da incubadora como um todo, a partir dos diferentes diálogos e percepções obtidos no campo.

Algumas perguntas dos questionários demandavam uma delimitação de tempo para padronização das respostas. Sempre que isso foi necessário, optamos por definir como recorte os anos de 2014 a 2016, por ter sido o período em que a maioria das incubadoras executou os seus projetos.

2.1.2 O trabalho de campo

Como o foco da pesquisa era analisar o andamento da implantação das novas incubadoras, decidimos trabalhar com o universo das 41 incubadoras aprovadas na Linha B. Para termos uma referência de análise, e considerando a limitação de recursos, foi definida uma amostra significativa da Linha A, tendo sido visitadas 23 incubadoras, o que representa 53% desta linha. A escolha dessas incubadoras seguiu alguns critérios, como: a distribuição regional, que deveria respeitar a distribuição do total de incubadoras; facilidade de acesso em função da limitação de recursos; além de casos identificados por integrantes das duas redes de incubadoras como referências importantes para o campo da incubação de empreendimentos solidários.

A Tabela 1 apresenta o total de incubadoras apoiadas e o número de incubadoras visitadas por região (na Linha B, o número de visitadas é igual ao total):

Tabela 3 – Distribuição das incubadoras por região

REGIÃO	CONTEMPLADAS PELO EDITAL			INCUBADORAS VISITADAS			
	A	B	TOTAL	A	% DO TOTAL DA LINHA A	B	% DO TOTAL DA LINHA B
CO	5	7	12	3	7%	7	17%
NE	12	10	22	6	14%	10	24%
NO	3	2	5	2	5%	2	5%
SE	12	11	23	6	14%	11	27%
SU	11	11	22	6	14%	11	27%
TOTAL	**43**	**41**	**84**	**23**	**53,5%**	**41**	**100%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Além da análise das 64 incubadoras, que incluía a entrevista com os coordenadores, com estudantes que houvessem passado pelo núcleo e com um gestor, em cada trabalho de campo também eram visitados dois grupos ou empreendimentos econômicos solidários que tivessem sido apoiados pela incubadora a partir dos recursos do Proninc, totalizando, 128 empreendimentos a serem visitados.

A seleção dos empreendimentos era feita a partir do diálogo entre o pesquisador e o/a coordenador/a da incubadora. Entretanto, com base nos dados que tínhamos dos projetos enviados pelas incubadoras para o edital, buscamos garantir a representatividade de alguns setores que mantivessem algum paralelo com o universo dos empreendimentos.

O trabalho de campo era desenvolvido, de forma geral, por dois pesquisadores, um deles responsável pelo diálogo com os entrevistados e outro com a parte do registro. Por conta das várias entrevistas a serem realizadas, o trabalho de campo era desenvolvido, preferencialmente, em três dias por incubadora. Seguindo essa dinâmica, foi possível realizar a maior parte do trabalho de campo entre agosto e outubro de 2016. Por questões de incompatibilidade de agenda entre pesquisadores e coordenadores, poucas visitas foram feitas após esse prazo, tendo a última sido realizada em dezembro.

Nesse ponto é importante destacar que foram selecionados seis coordenadores regionais, que tinham o objetivo principal de apoiar o trabalho de campo, realizando as visitas às incubadoras e dois de seus empreendimentos apoiados. Esses seis coordenadores foram indicados pelas duas redes de incubadoras (três indicações de cada rede) e compuseram a equipe de pesquisa da avaliação do Proninc.

A alocação dos coordenadores foi feita de acordo com a distribuição regional das incubadoras a serem visitadas. Sendo assim, considerando que a Coordenação Nacional já estava na Região Sudeste, no Rio de Janeiro, os coordenadores regionais foram distribuídos da seguinte forma: dois para a Região Nordeste, Washington Souza (Unitrabalho-UFRN) e Leonardo Leal (ITCP-UFAL); dois para a Região Sul, Gilmar Gomes (ITCP-UFRGS) e Maria Nezilda Culti (Unitrabalho-UEM); um para a Região Centro-oeste, Sandro Sguarezi (Unitrabalho-Unemat); e mais uma para a Região Sudeste, Inessa Salomão (ITCP-Cefet-RJ). Como havia poucos casos a serem visitados na Região Norte, a equipe Sudeste ficou responsável por eles.

Cabe mencionar que essa equipe de coordenadores regionais contribuiu fundamentalmente durante todas as fases do projeto, além da etapa do trabalho de campo, fortalecendo o caráter participativo de construção dessa avaliação. Os seis coordenadores participaram dos Seminários Regionais, em maio e junho, e da reunião de consolidação do instrumento de avaliação com a Coordenação Nacional, em julho. Foram feitas duas reuniões da equipe de pesquisa, que incluía os coordenadores regionais: Entre 5 e 7 de outubro de 2016, quando foi feito um monitoramento do trabalho de campo e uma primeira reflexão analítica sobre o trabalho das incubadoras, e entre 8 e 10 de fevereiro de 2017, quando foi realizada uma revisão coletiva dos primeiros resultados da pesquisa, ambas no Rio de Janeiro. Em junho de 2017, os coordenadores receberam a versão preliminar do relatório da pesquisa para revisão e validação.

De forma geral, a avaliação da equipe é de que o trabalho de campo foi desenvolvido de forma satisfatória e dentro de um período de tempo adequado. Não foram registradas grandes dificuldades metodológicas e a equipe envolvida destacou que foi um processo bastante enriquecedor. Entretanto, alguns limites foram encontrados, principalmente, nas visitas aos empreendimentos. Foram visitados 118 dos 128 previstos inicialmente, conforme distribuição por categoria social dos integrantes e área nas Tabelas 2 e 3. A lista completa dos empreendimentos visitados consta no Apêndice 4.

Tabela 4 - Distribuição por categoria social dos integrantes

	CO	SU	NE	SE	N	TOTAL	
Artesãos	2	6	9	5	1	23	19,5%
Agricultores familiares	3	8	7	6	5	29	24,6%
Catadores de material reciclável	4	7	2	11	-	24	20,3%
Beneficiamento de alimentos	4	2	2	3	-	11	9,3%
Assentados da Reforma Agrária	5	2	-	1	-	8	6,8%
Artistas	-	1	2	1	-	4	3,4%
Desempregados/desocupados	-	-	-	1	-	1	0,8%
Técnicos, profissionais de nível superior	-	1	-	-	-	1	0,8%
Organização política/representativa	-	-	1	-	-	1	0,8%
Outros	-	7	2	3	2	14	11,9%
Outros autônomos	-	-	2	-	-	2	1,7%
TOTAL	**18**	**34**	**27**	**31**	**8**	**118**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017

Tabela 5 – Distribuição por área

	CO	SU	NE	SE	N	TOTAL	
Urbano	7	24	17	26	4	78	66,1%
Rural	9	8	6	3	4	30	25,4%
Urbano/Rural	2	2	4	2	-	10	8,5%
TOTAL	**18**	**34**	**27**	**31**	**8**	**118**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017

Essa diferença entre o número previsto e o real ocorreu por algumas razões, tais como a distância entre o empreendimento e a incubadora em determinadas localidades, além da identificação, em poucos casos, de uma relação pouco orgânica entre incubadora e empreendimento, o que resultava em uma dificuldade para o agendamento de entrevistas com os trabalhadores. Em outras ocasiões, a entrevista chegou a ser realizada, mas com apenas uma pessoa do empreendimento, em geral um presidente ou coordenador. Houve casos também em que a incubadora indicou apenas um empreendimento para ser visitado pela equipe da pesquisa.

Em alguns casos foi registrada também uma dificuldade de mobilização dos estudantes que já não tinham vínculo com a incubadora, pois os projetos já haviam se encerrado, assim como as bolsas dos alunos.

2.1.3 Análise dos dados e Relatório de pesquisa

Desde o princípio do planejamento da avaliação, no diálogo institucional com a Senaes e com as duas redes de incubadoras, ficou claro que o esforço de pesquisa realizado no âmbito da Avaliação Proninc, em 2016, não poderia se limitar a este relatório de pesquisa. A equipe avaliou que seria importante também aproveitar a dedicação de tempo e recursos para fazer uma sistematização dos dados da pesquisa de forma que eles pudessem ser utilizados posteriormente ao período da avaliação. Nesse sentido, os dados podem ser utilizados: pela Senaes, ou qualquer outro órgão público, para desenvolver e aprimorar políticas públicas de apoio às ITES; pelas redes Unitrabalho e de ITCPs, para conhecer melhor seus integrantes e promover ações de melhoria e consolidação do trabalho realizado; e por estudantes e pesquisadores que queiram realizar trabalhos acadêmicos sobre esse campo.

Tendo essa preocupação, foram montadas quatro bases de dados para a sistematização das informações levantadas:

I. ***Base do Questionário Presencial***, em que cada linha é uma incubadora (total de 64 entradas).

II. ***Base do Questionário Base***, em que cada linha é uma incubadora (total de 64 entradas). Entretanto, nesse questionário havia duas tabelas, de integrantes da incubadora e de empreendimentos apoiados, que não poderiam ser reduzidas a poucas células, por isso optou-se pela realização de mais duas bases;

III. ***Base dos integrantes***, que uniu as tabelas dos integrantes que atuaram em cada incubadora no período de 2014 a 2016. Cada linha é uma pessoa (total de 1853 entradas), formando uma base que permite analisar perfis, tendências e diversidades entre participantes das incubadoras de todo o país;

IV. ***Base dos empreendimentos***, que uniu as tabelas dos empreendimentos apoiados por cada incubadora no período de 2014 a 2016. Cada linha é um empreendimento (total de 776 entradas), permitindo identificar características gerais dos empreendimentos incubados em todo país.

Ao longo dos meses de dezembro e janeiro, foi realizada uma primeira sistematização das tabelas e gráficos a partir dos questionários Base e Presencial. Essa reunião contou com a participação dos coordenadores regionais, como mencionado anteriormente, o que permitiu a realização de uma troca de impressões qualitativas entre todos os pesquisadores do projeto e uma revisão das tabelas e gráficos obtidos em uma primeira sistematização das bases e reflexões, a partir dos dados quantitativos, sobre tendências e caminhos das incubadoras de economia solidária.

A partir dos dados analisados, foi elaborada uma primeira versão do relatório de pesquisa que foi compartilhada com as 84 incubadoras contempladas pelo edital 89/2013. A análise coletiva dessa versão preliminar foi objetivo central do Seminário Nacional da Avaliação Proninc 2016, realizado nos dias 3 a 5 de abril de 2017, em Brasília. O seminário representou o ápice do processo de avalição, permitindo um debate qualitativo sobre a realidade das incubadoras a partir dos resultados preliminares da pesquisa. Participaram 82 pessoas, estando representadas 66 incubadoras contempladas pelo edital 089/2013, além da equipe de pesquisa e representantes institucionais da Senaes, CNPq e Finep. Os integrantes dos núcleos puderam também trazer reflexões, com base nos dados enviados previamente sobre desafios, dificuldades, avanços e caminhos para o Proninc e as incubadoras de economia solidária.

A participação de um número significativo de incubadoras de todo o país permitiu que se fizesse um debate sobre os desafios e os caminhos do Proninc a partir de uma análise de conjuntura política. A participação das redes Unitrabalho e de ITCPs foi importante para fazer um histórico da trajetória da política pública e permitir uma reflexão coletiva sobre o contexto atual e sobre encaminhamentos necessários para seguir consolidando e fortalecendo o campo das incubadoras de economia solidária. A partir desse debate, foi definido um plano de ação a ser construído em articulação entre essas duas redes, articulando as incubadoras não vinculadas às redes e outros atores relevantes para a Economia Solidária. O plano estruturou-se em dois eixos, *Fortalecer o Proninc como campo político* e *Viabilizar alternativas de apoio e financiamento ao Proninc*, cujas ações propostas são:

- Fortalecer o Proninc como campo político:

> Reativar Comitê Gestor do Proninc;
> Retomar Encontro Nacional de Incubadoras, com objetivo acadêmico e político;
> Promover encontros regionais
> Construir um meio de comunicação de todas as incubadoras
> Consolidar um Movimento Nacional das Incubadoras
> Construir projetos de formação política e formação em tecnologia e inovação social
> Encaminhar um resumo executivo da Avaliação para o Conselho Nacional de Economia Solidária

- Viabilizar alternativas de apoio e financiamento ao Proninc:

> Incubadoras participarem do Fórum ForProext;
> Fortalecer diálogo com Sesu/MEC;
> Mobilizar uma frente parlamentar que fortaleça o Proninc;
> Atuar com órgãos Estaduais e Municipais;
> Pressionar por editais da Senaes;
> Manter o diálogo e repasse de recursos via CNPq

Após o Seminário Nacional, a equipe realizou uma sistematização do debate, buscando destacar os principais pontos e aspectos a serem incluídos na análise e na elaboração do relatório final. As grandes contribuições do encontro foram a possibilidade de caracterizar com mais veracidade a realidade das incubadoras, pois com a apresentação dos resultados preliminares da pesquisa conseguimos validar alguns dados e também explicar a disparidade de alguns outros, como ainda destacar algumas questões vivenciadas pelo universo das incubadoras que ainda não possuem desfecho.

De abril a junho de 2017, a equipe de pesquisa avançou na sistematização dos dados qualitativos, principalmente a partir das ferramentas qualitativas de análise das entrevistas com estudantes, gestores e empreendimentos. Além disso, desenvolvemos uma análise transversal do trabalho das incubadoras a partir dos Relatórios Analíticos elaborados pela equipe de pesquisa e pelos coordenadores regionais. Foram realizados ainda dois seminários internos para discutir e definir a estruturação, elaboração e revisão do relatório final. O resultado deste trabalho de pesquisa pode ser conferido nos capítulos subsequentes.

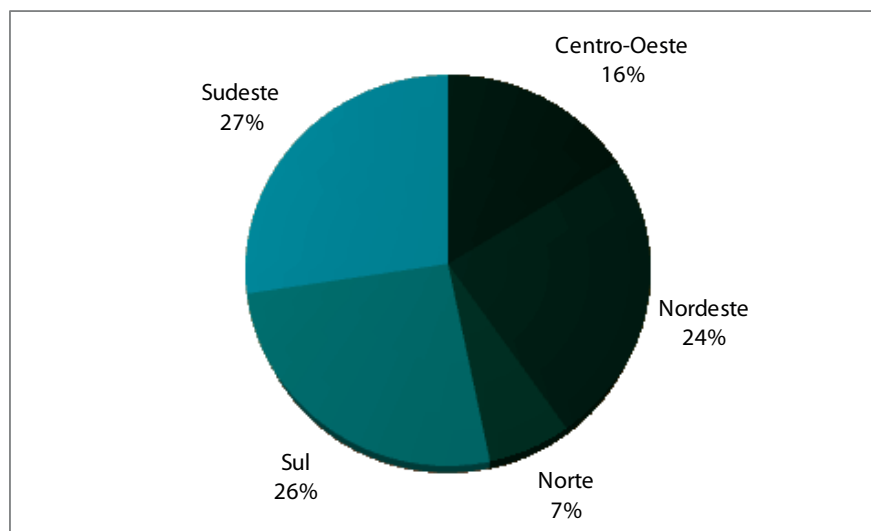
Capítulo 3

As incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária

Neste capitulo, faremos uma análise sobre a caracterização das incubadoras tecnológicas de economia solidária apoiadas pelo Proninc no Edital 89/2013, cujos projetos foram executados, majoritariamente, no período de 2014 a 2016. Este capítulo se estrutura em três partes: apresentação geral das incubadoras de economia solidária, composição da equipe e estrutura de gestão. O capítulo abordará, assim, características gerais das incubadoras, em termos da distribuição no território nacional, suas origens, fontes de recursos e infraestrutura, bem como o funcionamento interno, a gestão e a participação dos integrantes na tomada de decisões e na rotina de trabalho.

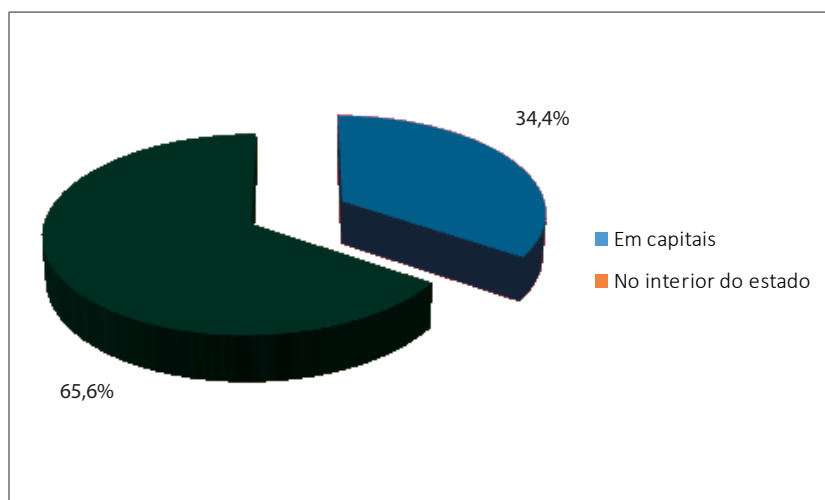
3.1- Localização, recursos e equipes

A distribuição territorial das incubadoras assume a seguinte configuração (Gráfico 1):

Gráfico 1 – Distribuição das incubadoras por região

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

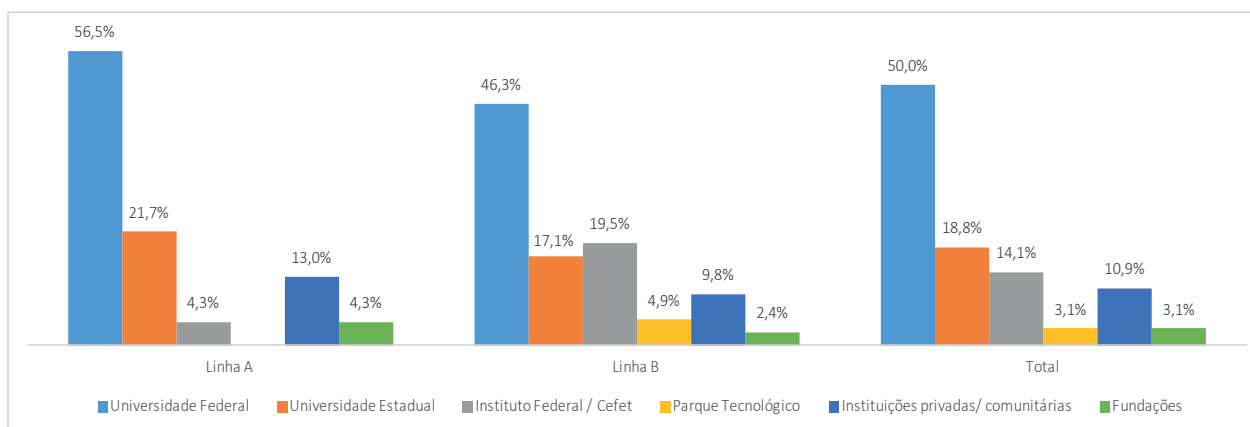
Se comparada a avaliações anteriores, a distribuição de incubadoras no território nacional não teve mudanças significativas. As regiões onde há mais incubadoras ainda são as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com proporções praticamente iguais (em torno de 25% do total). A maior alteração foi identificada na região Centro-Oeste, que registra um crescimento desde 2011, passando de 11% a 16%.

Ainda com relação à distribuição geográfica, existe uma considerável descentralização das incubadoras, muitas estando em cidades do interior dos estados, longe das capitais ou mesmo em municípios da região Metropolitana (65,6%) (Gráfico 2).

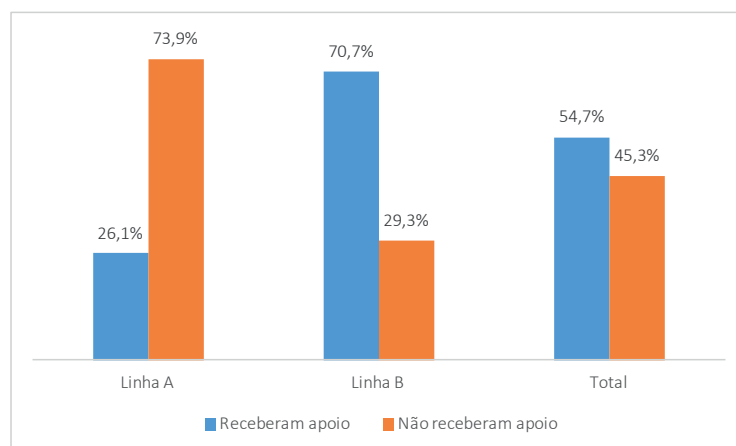
Gráfico 2 – Distribuição das incubadoras por localização em capitais ou interior do estado (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

No que se refere às características da IES das incubadoras estudadas, exatamente metade está instalada em Universidades Federais, seguido de Universidades Estaduais (19%), Institutos Federais (14%) e Instituições privadas/comunitárias (11%). (Gráfico 3).

As incubadoras da linha B estão inseridas em ambientes institucionais mais variados que as da linha A, que se concentram em Universidades Federais e Estaduais (78%). Quase 20% das incubadoras novas estão inseridas em Institutos Federais ou CEFETs, o que leva a um processo diferente de institucionalização e de reconhecimento por parte da IES, além de uma composição diferencial de estudantes, com menos participação na pós-graduação. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Tipo de instituição das incubadoras por linha (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Mais da metade do total de incubadoras pesquisadas teve sua origem associada a algum edital Proninc. As pertencentes à linha B de forma mais acentuada (71%) que as da linha A (26%), sendo o edital da chamada pública nº 89 de 2013 o principal recurso responsável por alavancar estas instituições, que, por vezes, começam como núcleos de pesquisa, grupos de estudo ou assumem outras configurações inicialmente. É importante considerar que, no entanto, muitas das novas incubadoras, já tinham sido formadas antes do ano de 2013, o que indica um processo de construção anterior à chegada do recurso. (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Incubadoras que receberam apoio do Proninc na criação por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

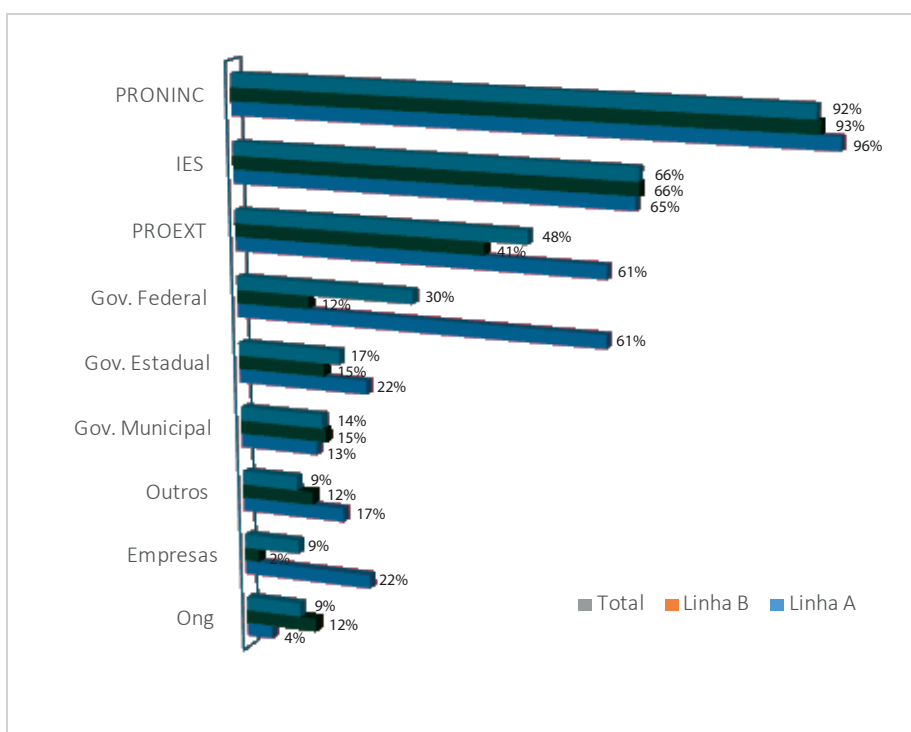
De 35 incubadoras que receberam apoio do Proninc na criação, 26 usaram recursos da Chamada 89/2013 para dar início às atividades (todas da linha B), três receberam recursos da Chamada 2004/2005 - Proninc encomenda (Senaes, MDS, Finep, FBB), três da Chamada 2005/2007 Proninc encomenda (Senaes, MDS, Finep, FBB) e uma da Chamada 2007/2008 (Senaes, Finep, MDS, MEC, FBB). Esse dado nos leva a crer que a chamada de 2013 teve grande efetividade no objetivo de promover a criação de novas incubadoras. Ao mesmo tempo, vê-se que entre as incubadoras de linha A pesquisadas a grande maioria (74%) não foi criada a partir do apoio do programa. Dentre as que não receberam apoio do Proninc na sua criação (29 no total), na maior parte dos casos, o apoio decisivo veio da própria IES. (Tabela 4).

Tabela 6 – Apoios recebidos na criação das incubadoras

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Criação com recursos Proninc	35	54,7
2004/ 2005 - Proninc encomenda (Senaes, MDS, Finep, FBB)	3	4,7
2005/2007 Proninc encomenda (Senaes, MDS, Finep, FBB)	3	4,7
2007/2008 Chamada Pública (Senaes, Finep, MDS, MEC, FBB)	1	1,6
2013 Chamada Pública MCTI/SECIS/MTE/Senaes/CNPQ 89	26	40,6
Não respondeu	2	3,1
Criação sem recursos Proninc	29	45,3
FBB	1	1,6
ICCO/Unitrabalho	2	3,1
A própria IES	12	18,8
FINEP	5	7,8
Nenhum apoio financeiro	3	4,7
Outro	3	4,7
Não respondeu	3	4,7
TOTAL	**64**	**100,0**

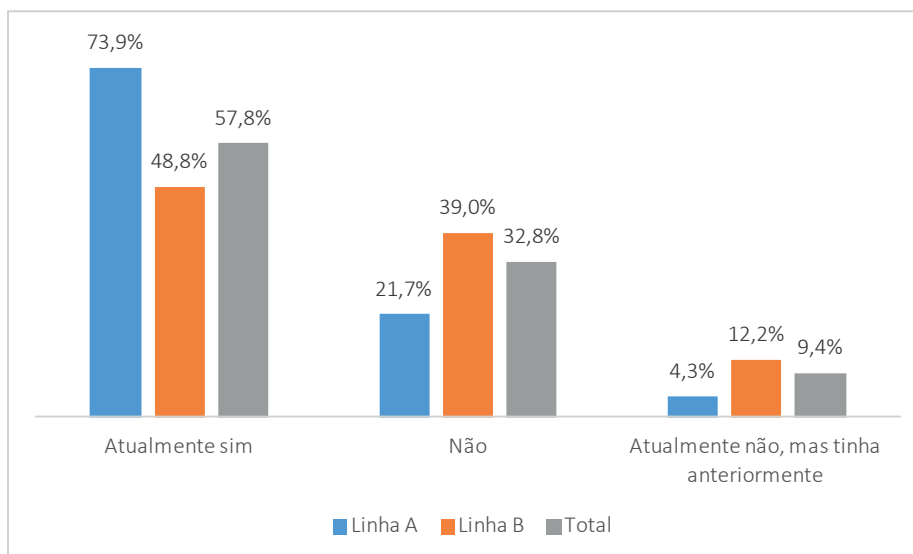
Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Os gráficos abaixo apresentam a origem de recursos financeiros que as incubadoras possuíam entre 2014 e 2016. Ao compararmos os recursos que foram acessados, observamos diferenças significativas entre ambas as linhas. As incubadoras mais novas utilizaram recursos oriundos do Proninc quase na mesma medida que as mais antigas, o que também ocorreu com relação aos recursos da IES e de Governos Municipais. No entanto, as da linha B, não acessam tanto outras fontes de recursos, como as do PROEXT, do Governo Federal e de empresas, quanto as da linha A. (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Recursos acessados entre 2014 e 2016 pelas incubadoras por linha (% sim)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

O Gráfico 6 indica um bom desempenho das incubadoras pesquisadas no que diz respeito à diversidade de fontes de recurso, já que mais da metade (58%) declara possuir outras fontes de apoio além da contrapartida da IES e do Proninc, entre 2014 e 2016. Esse número é mais favorável para as de linha A, em que o total de incubadoras com outras fontes de recursos chega a 74%. Entretanto, o dado apresentado deixa em aberto aspectos qualitativos desse financiamento, não indicando o valor e nem se ele é estável ou duradouro.

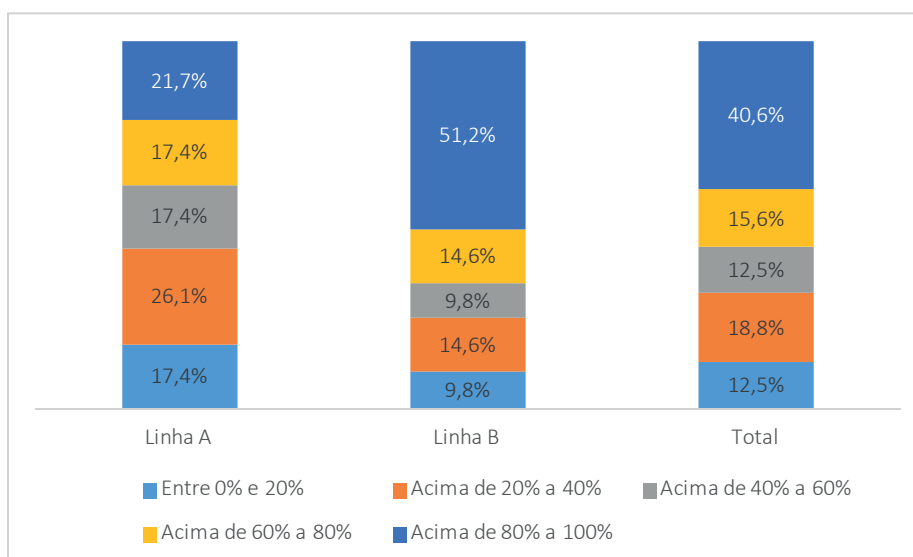
Nesse sentido, foram claros, ao longo das visitas e entrevistas, os impactos da intermitência de financiamento decorrente da dinâmica de apoio via editais, seja na alta rotatividade de estudantes bolsistas ou técnicos externos, seja no planejamento em si da atuação das incubadoras, que acarretaram e, ainda hoje, acarretam inúmeros casos de interrupção das atividades de incubação dos EES. Além disso, durante os seminários e visitas de campo, essa questão foi por diversas vezes levantada pelos coordenadores e coordenadoras presentes.

Gráfico 6 – Recursos além da contrapartida IES e Proninc por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Com relação a esse quesito, destacam-se casos de incubadoras que: possuem parcerias de cooperação internacional, como, por exemplo, a Universidade de Alicante (Espanha) e com a Universidade de Maine (França), com repasse de recursos financeiros; e de incubadoras que, possuindo outras fontes de recursos, utiliza o orçamento do Proninc, majoritariamente, para a remuneração de bolsistas e técnicos.

No entanto, quando indagadas sobre a proporção de recursos Proninc em relação ao total de recursos da incubadora, observa-se uma alta dependência das incubadoras, principalmente nas da linha B, que declaram que de 80% a 100% dos recursos são oriundos desta fonte. As incubadoras da linha A apresentam situações mais diversas, como pode ser visto no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Porcentagem de recursos Proninc em relação a recursos da incubadora por linha

21,7%
17,4%
17,4%
26,1%
17,4%
51,2%
14,6%
9,8%
14,6%
9,8%
40,6%
15,6%
12,5%
18,8%
12,5%
Linha A
Linha B
Total
Entre 0% e 20%
Acima de 20% a 40%
Acima de 40% a 60%
Acima de 60% a 80%
Acima de 80% a 100%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Diante dos resultados obtidos, nota-se que o Proninc é a principal fonte de recursos das incubadoras de economia solidária, chegando a representar 80% a 100% das divisas das incubadoras em mais de 40% dos casos analisados.

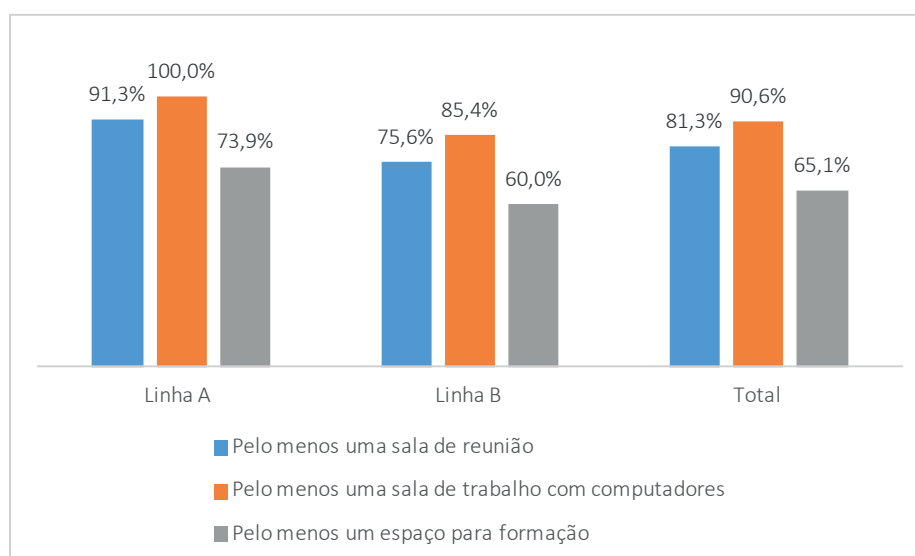
Contudo, conforme foi possível constatar a partir das idas a campo, os recursos do Proninc, apesar de necessários, muitas vezes não são suficientes para garantir processos de incubação totalmente satis-

fatórios a todos os EES apoiados. O que acarreta demandas de incubação não atendidas, assim como processos conduzidos com menor intensidade e proximidade.

A IES também possui grande responsabilidade na composição das receitas das incubadoras, tanto através de recurso direto quanto através de recursos de extensão. No entanto, para além disso, observa-se que a relevância da IES não se mede apenas através dos repasses financeiros, pois ela pode, por exemplo, oferecer uma infraestrutura de bens e serviços que ajudam consideravelmente no desempenho das incubadoras. O acesso a redes de internet, telefonia fixa, salas, equipamentos e carro da IES para visita aos EES são apenas alguns exemplos de contribuições.

A estrutura física da incubadora é influenciada de forma expressiva pelo tipo de IES a qual se encontra vinculada. Os dados apontam um número alto de incubadoras que tem seu espaço cedido definitivamente pela IES (chega a quase 40%), o que contribui na consolidação da incubadora do ponto de vista da sua identidade e da associação a um espaço físico dentro da instituição, que constitui uma referência para alunos e professores. Não obstante, nota-se que algumas incubadoras precisam dividir suas salas com outros grupos de pesquisa ou demais atividades da IES que, eventualmente, necessitam do espaço. Trata-se de algo de difícil mensuração e que na maior parte dos casos só foi possível constatar através das visitas.

Existem diferenças nas incubadoras da linha A e nas da linha B no que tange à sede, sala de reunião, espaço para formação e sala de trabalho com computadores, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Estrutura física por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

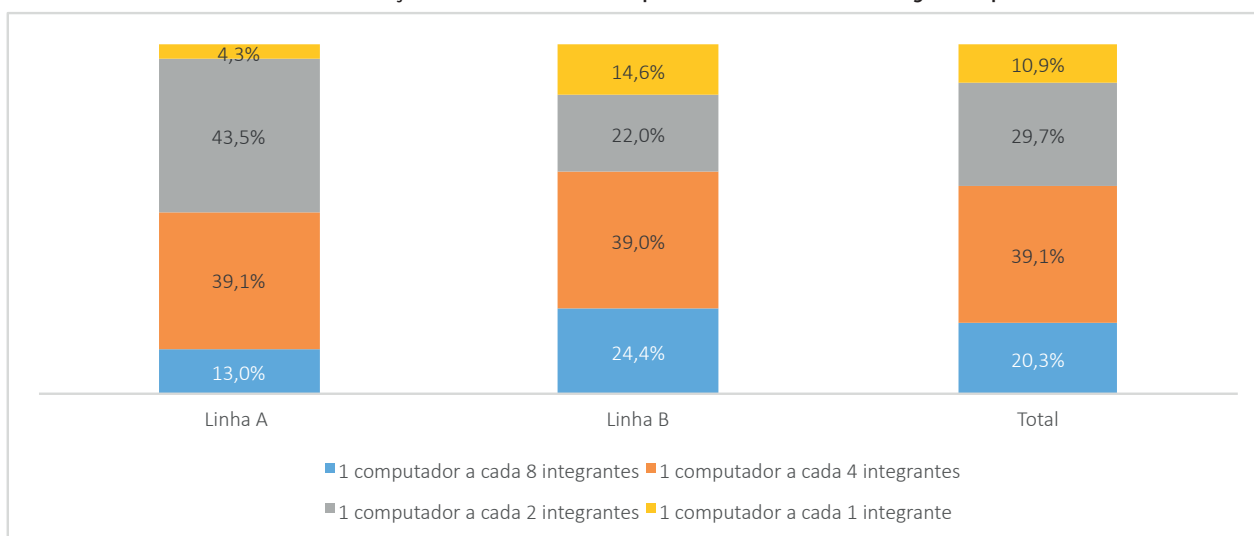
Quando consultadas sobre a infraestrutura da incubadora, 67% das instituições afirmam ser *adequada*, sem diferenças significativas na avaliação por linha. No entanto, observa-se uma tendência mais positiva de avaliação dentre as da linha B, apesar de que contam com uma infraestrutura menos consolidada.

As diferenças nos equipamentos que possuem as incubadoras da linha A e da linha B são significativas (Tabela 5). A média de computadores das mais antigas é o dobro que a das mais novas. O mesmo acontece com impressoras, projetores e veículos. Quando calculamos o número de computadores em relação ao total de integrantes, esta constatação fica ainda mais evidente: quase a metade das incubadoras da linha A (47%) possuem um computador para cada 2 integrantes ou um computador por integrante.

Tabela 7 – Média de cada equipamento por linha

	COMPUTADORES	IMPRESSORA	PROJETORES	VEÍCULOS
Linha A	10,8	3,2	3,0	1,0
Linha B	5,2	1,3	1,3	0,2
TOTAL	**7,2**	**2,0**	**1,9**	**0,5**

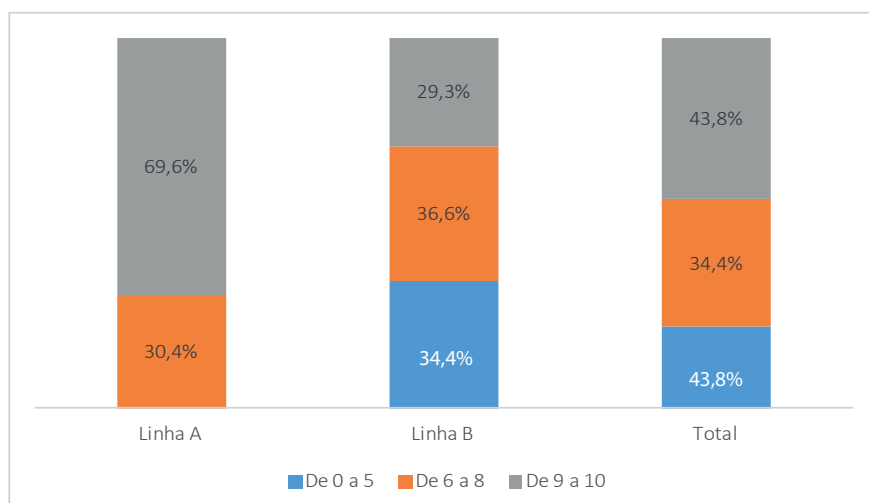
Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Gráfico 9 – Relação entre número de computadores e número de integrantes por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A combinação de dados sobre infraestrutura e equipamentos da incubadora permitiu construir um índice simples como forma de visualizar a situação das incubadoras resumidamente[1].

O Gráfico 10 mostra que as incubadoras da linha A possuem uma infraestrutura mais consolidada que as da linha B. Dentre as da linha A não existem casos com um valor menor de 5 no índice, sendo que quase 70% possuem um valor de 9 a 10. Dentre as da linha B a situação é heterogênea: 34% possui de 0 a 5 (com 3 casos que possuem 0), quase 37% possui entre 6 e 8 e 29% mais de 9. É importante ressaltar que, apesar de algumas situações mais precárias, a evidência mostra, de forma geral, uma boa infraestrutura entre as novas incubadoras, considerando que sua criação é recente e que em poucos anos elas conquistaram uma estrutura adequada de funcionamento.

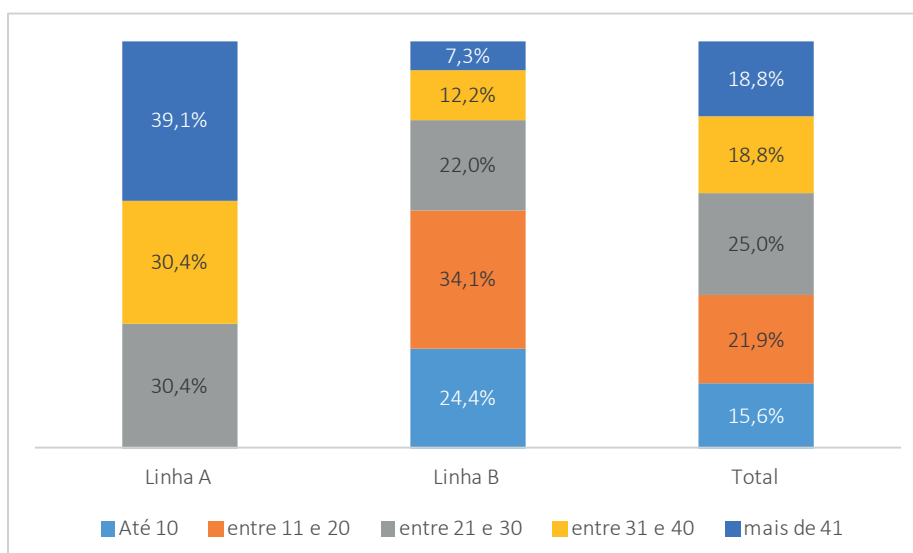
[1] O índice foi construído atribuindo um ponto ao cumprimento de cada uma das seguintes dimensões: se possuí sede na IES cedida definitivamente, sala de reunião, sala de trabalho, espaço de formação, biblioteca, veículo, pelo menos três computadores, impressora, internet e telefone. Assim, obtivemos valores de 0 a 10, sendo 0 o valor das incubadoras sem nenhum tipo de infraestrutura e equipamentos e 10 o valor das incubadoras que contam com todos os itens avaliados.

Gráfico 10 – Índice de infraestrutura por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

O Proninc foi fundamental na aquisição de computadores e outros equipamentos, como projetor e impressora. Somando as opções *Proninc* e *Proninc e outros*, 45% dos computadores foram adquiridos com recursos do programa, bem como 36% das impressoras e 33% dos projetores. Outros projetos e editais também foram importantes neste sentido, confirmando a relevância do investimento nas incubadoras. O Proninc também foi responsável pela aquisição de veículos em cinco incubadoras e em 20% dos casos ajudou a estruturar a biblioteca dos empreendimentos. Assim, pode-se perceber que a combinação entre recursos Proninc e contrapartida da IES mostra-se essencial na estruturação das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária.

Adentrando na análise referente aos integrantes das incubadoras, a primeira informação relevante é sobre o tamanho das equipes. Pode-se afirmar que este item apresentou grande variação na amostra. Foi possível constatar que as incubadoras numerosas são principalmente as da linha A, em que 41% tiveram ao longo dos anos de 2014 a 2016 mais de 40 integrantes, e 27%, entre 21 e 30. As equipes menores estão concentradas nas incubadoras de linha B, em que mais da metade (55%) teve menos de 20 pessoas envolvidas no mesmo período. Isso pode ser explicado pelo fato das incubadoras de linha B apresentarem sua criação e consolidação em função da chamada pública nº 89 de 2013, ou seja, terem um tempo menor de existência e, por esta razão, menos tempo e recursos para formar equipes mais robustas, como as de linha A.

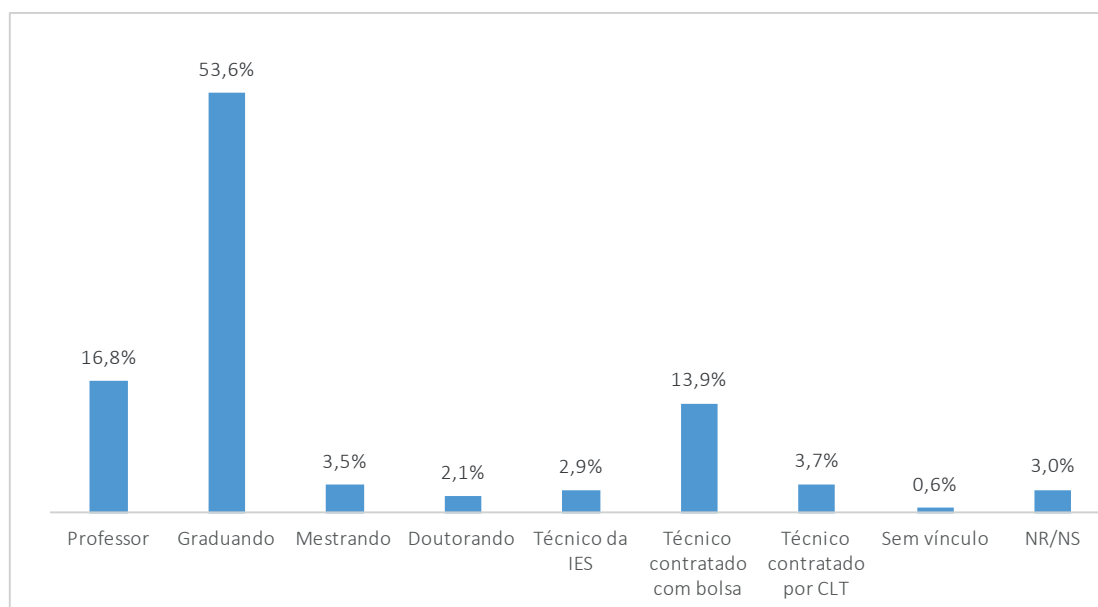
Ainda vale ressaltar que aproximadamente 16% dos integrantes que passaram pelas incubadoras no período de referência são voluntários, o que equivale a 303 pessoas das 1853 registradas pelas incubadoras. Os voluntários são normalmente ex-bolsistas, mas também professores e ex-técnicos.

Gráfico 11 – Percentual de incubadoras com relação ao total de integrantes entre 2014 e 2016 por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

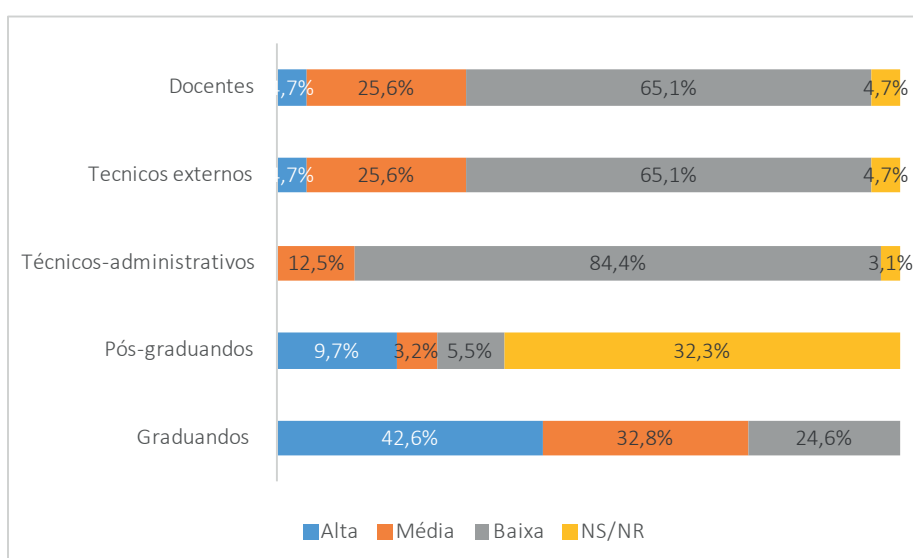
A análise das equipes por gênero não mostra diferenças relevantes entre as duas linhas. No entanto, os dados coletados confirmam uma predominância feminina, tanto no cenário geral das incubadoras, no qual a proporção de mulheres é de 57%, quanto na participação nas coordenações, em que as mulheres correspondem a 55% dos ocupantes do cargo.

Quanto ao tipo de vínculo com a instituição, entre 2014 e 2016 mais da metade dos integrantes das incubadoras (54%) eram estudantes de graduação. Este dado confirma a importância das incubadoras do ponto de vista da formação de quadros para atuar no campo da economia solidária. Além dos estudantes, participa das incubadoras um número significativo de professores (17% do total de integrantes).

Outro dado relevante é o número expressivo de técnicos contratados com bolsa: 258, que representam 14% do total de integrantes. Uma das possíveis explicações para este fenômeno é que a partir da chamada 89/2013 do Proninc foi possível contratar pessoas para essa função, garantindo que permanecessem na incubadora ao longo de toda a execução do projeto. Um ponto importante a este respeito é a grande incidência de egressos da graduação ou estudantes da pós-graduação contratados como técnicos que, anteriormente, uma vez que se desvinculavam da IES, não podiam continuar na incubadora, perdendo-se assim a experiência e o conhecimento acumulados dessas pessoas. Esta particularidade do edital, que permitiu a contratação de uma quantidade significativa de técnicos, foi um dos pontos mais bem avaliados pelos coordenadores das incubadoras, devido ao impacto altamente positivo nos projetos.

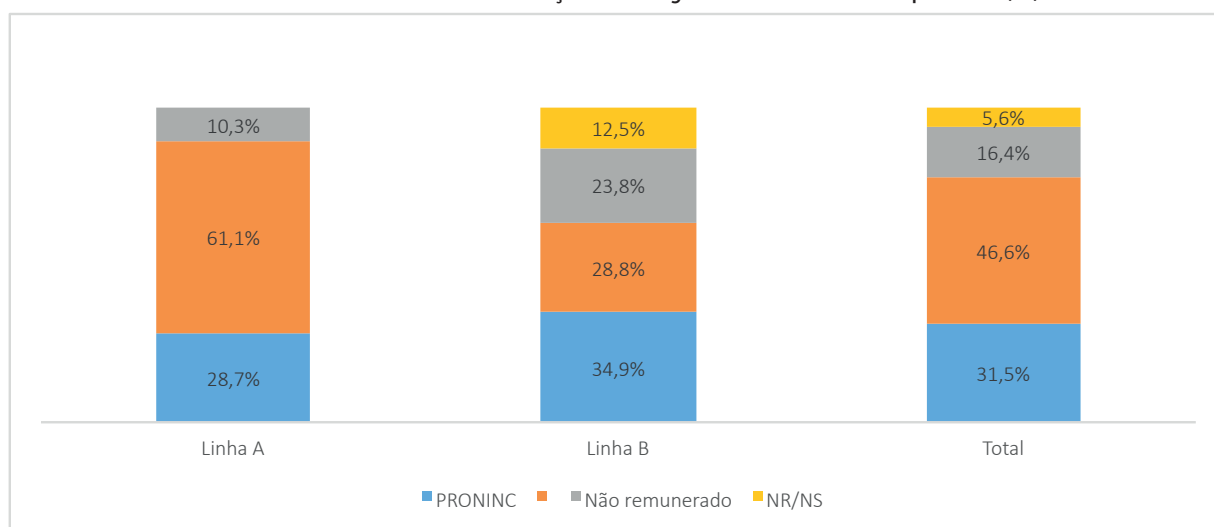
Gráfico 12 – Integrantes das incubadoras entre 2014 e 2016 por tipo de vínculo com a IES

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

O dado sobre o tempo de permanência no grupo de trabalho demonstra que 85% das pessoas que compõem as equipes permaneceram até três anos na incubadora. Essa informação tem relação com o fato de as incubadoras da Linha B, maior parte da nossa amostra, terem sido criadas nesse período. Entretanto, também pode fortalecer o argumento, ouvido de forma recorrente nos seminários com as incubadoras e nas visitas de campo, sobre os impactos da intermitência no financiamento da incubadora, seja pelo encerramento de projetos que são fonte de recursos diretos (como o Proninc), seja pela redução de orçamento das universidades públicas, ocasionando a redução da oferta de bolsas de extensão. A relação entre financiamento e rotatividade das equipes foi levantada nos seminários regionais por inúmeros coordenadores de incubadoras e parece ser um ponto sensível do programa.

Gráfico 13 – Grau de rotatividade dos diferentes tipos de integrantes das incubadoras (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

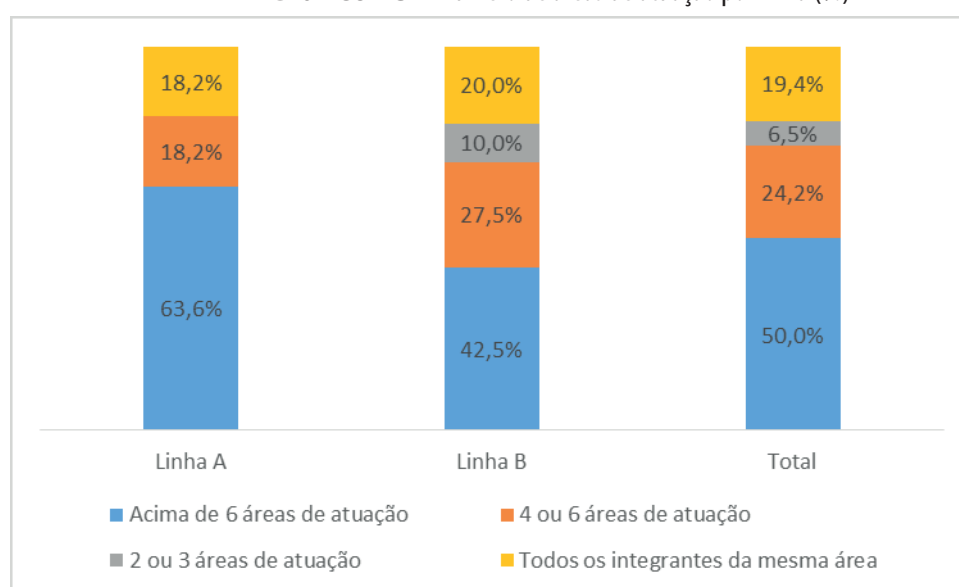
Os graduandos são os integrantes com maior rotatividade. Segundo a opinião dos coordenadores consultados, em 43% das incubadoras a rotatividade dos graduandos é alta e em 33%, média. Considerando que mais da metade da equipe das incubadoras é composta por estudantes de graduação, é possível ter uma dimensão de como o problema da instabilidade do grupo de trabalho afeta esse tipo de organização.

No que tange à origem e à aplicação dos recursos, constatou-se que a verba do Proninc é responsável por aproximadamente 31% das remunerações da equipe. Para as incubadoras da linha A, outras fontes possuem uma importância significativa na remuneração (61%) e somente 10% dos integrantes não são remunerados. Na linha B, outras fontes representam 29% dos recursos destinados ao pagamento de integrantes e a porcentagem de não remunerados ascende a 24% do total de cada equipe.

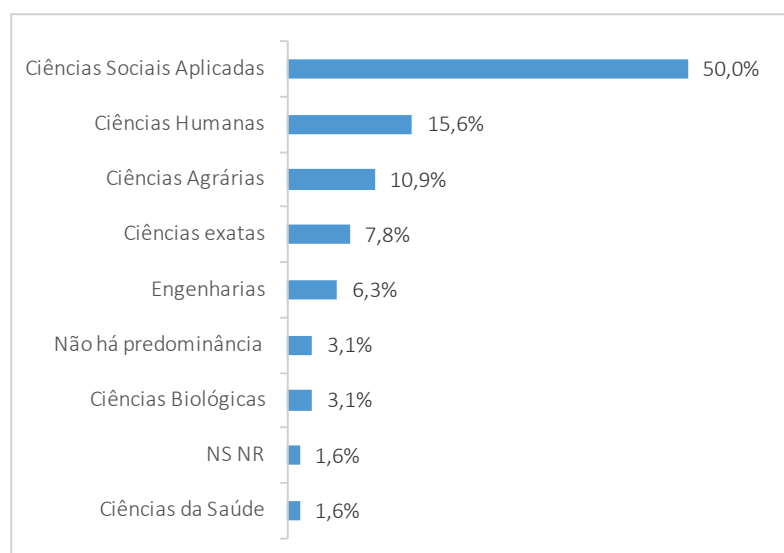
Gráfico 14 – Fonte de remuneração dos integrantes das incubadoras por linha (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Partindo para a questão da participação de integrantes de diferentes áreas de conhecimento nas equipes das incubadoras, é possível observar que, em geral, existe uma diversidade maior nas incubadoras de linha A.

Como forma de ter uma aproximação do grau de multidisciplinariedade, analisamos a presença de diferentes áreas de atuação nas equipes. Assim, fizemos uma contagem de quantas áreas de atuação diferentes estão presentes na equipe, como, por exemplo, administração, contabilidade, marketing, engenharia de alimentos, engenharia de produção, agronomia, etc.

Gráfico 15 – Número de áreas de atuação por linha (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Quando classificadas por área de conhecimento predominante dos integrantes, a metade das incubadoras possui como referência a grande área "Ciências Sociais aplicadas", 16% Ciências Humanas e o restante é bastante distribuído entre outras áreas, conforme Gráfico 16.

Gráfico 16 – Área de conhecimento predominante dos integrantes das incubadoras

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Por outro lado, existem incubadoras, sobretudo da linha B, que não possuem um número de áreas de conhecimento tão variado por conta principalmente de três motivos: i) equipes reduzidas; ii) por se encontrarem em *campi* com menor variedade de cursos; ou ainda iii) por contarem com um grau, por hora, incipiente de reconhecimento na IES e não conseguirem atrair alunos de áreas muito distintas das quais seus coordenadores atuam. Entretanto, é importante destacar como os espaços das incubadoras, sejam as mais novas, sejam as antigas, mostram-se como lugares com grande potencial de articulação entre diferentes áreas disciplinares, principalmente em função das diversas demandas concretas apresentadas pelos empreendimentos ou grupos apoiados.

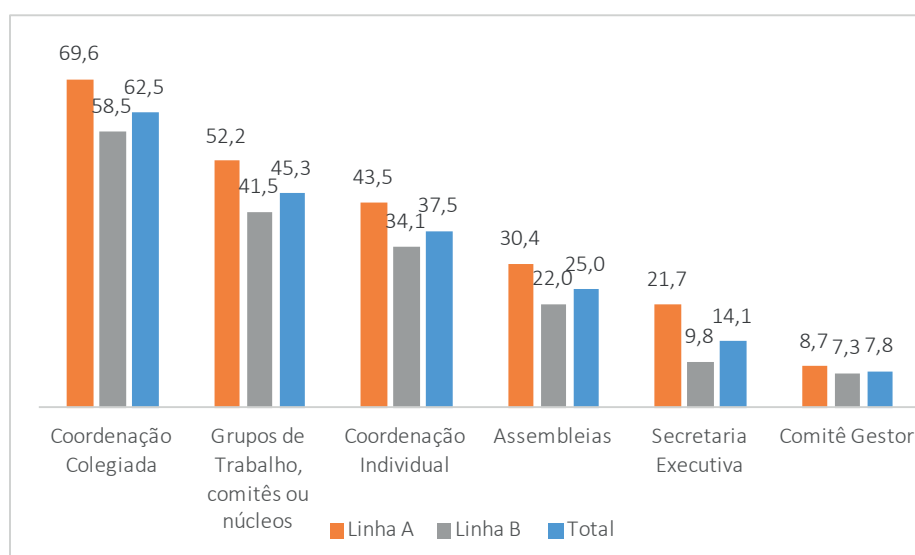
3.2 Participação dos integrantes na gestão das incubadoras

Um elemento importante na análise do desempenho das incubadoras é conhecer a dinâmica interna de funcionamento no que se refere à participação dos integrantes na tomada de decisões. Para isso, o questionário presencial aplicado às incubadoras incluiu questões sobre composição de sua equipe de direção, periodicidade de reuniões e qualidade da participação no processo decisório.

Conforme os dados da pesquisa quantitativa, observamos uma significativa propensão à adoção da gestão coletiva na direção da incubadora, com uma diversidade de membros participando de instâncias de coordenação ou direção. Os princípios de autogestão, participação e interação horizontal presentes na Economia Solidária constituem eixos norteadores, na maioria das incubadoras, muito embora não tenham sido observados na totalidade dos casos.

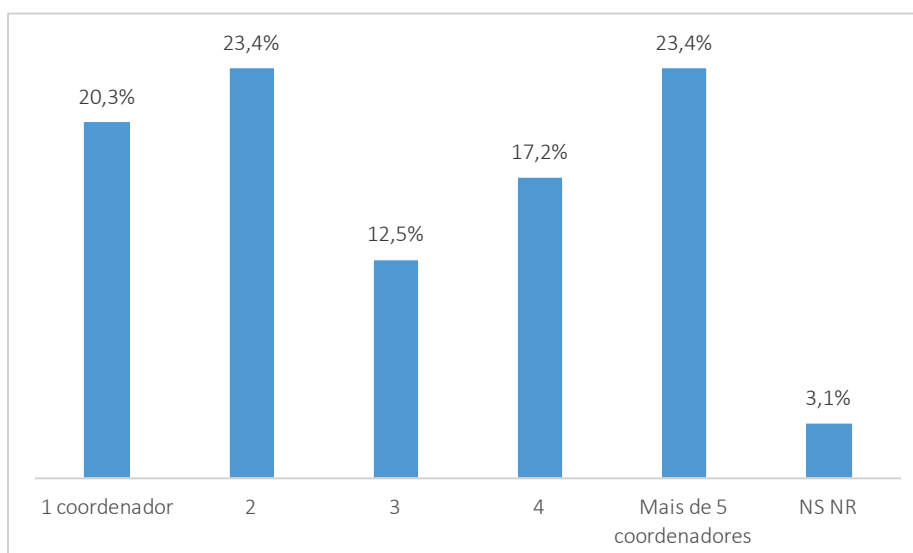
As instâncias de direção mais comuns são as coletivas: em primeiro lugar, a coordenação colegiada, utilizada em 63% das incubadoras; e, em segundo lugar, os grupos de trabalho, comitês ou núcleos, em 45% das incubadoras. A coordenação individual é mencionada em 38% dos casos, muitas vezes articulada com espaços de deliberação coletiva. Ao aplicar o recorte por linhas, observa-se que as incubadoras da linha B acompanham a mesma tendência das de linha A.

Gráfico 17 – Instâncias de direção e/ ou coordenação das incubadoras por linha (% sim)

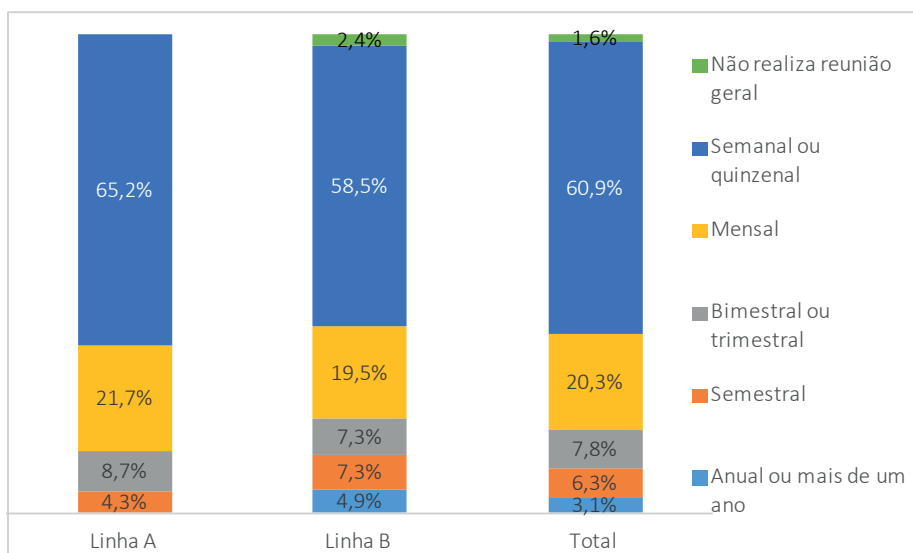
	Linha A	Linha B	Total
Coordenação Colegiada	69,6	58,5	62,5
Grupos de Trabalho, comitês ou núcleos	52,2	41,5	45,3
Coordenação Individual	43,5	34,1	37,5
Assembleias	30,4	22,0	25,0
Secretaria Executiva	21,7	9,8	14,1
Comitê Gestor	8,7	7,3	7,8

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A existência de espaços de decisão coletivos, entretanto, não faz com que as incubadoras abram mão da figura do coordenador, cuja existência costuma estar associada à formalização em uma estrutura burocratizada, que exige um representante legal responsável pela incubadora, seja dentro da instituição de ensino superior, seja para órgãos de financiamento de pesquisa. Esse é um ponto relativamente sensível dessas organizações. Embora a proposição político-filosófica da economia solidária, como já citado, priorize a autogestão, a estrutura da política pública centraliza a comunicação com um coordenador, que, na maioria das vezes, é um professor universitário. No ambiente acadêmico há uma diferença hierárquica definida a partir da função de cada integrante: estudante, técnico, professor, e, apesar desse contexto, as incubadoras tendem a construir um espaço mais horizontal, enfrentando tais contradições.

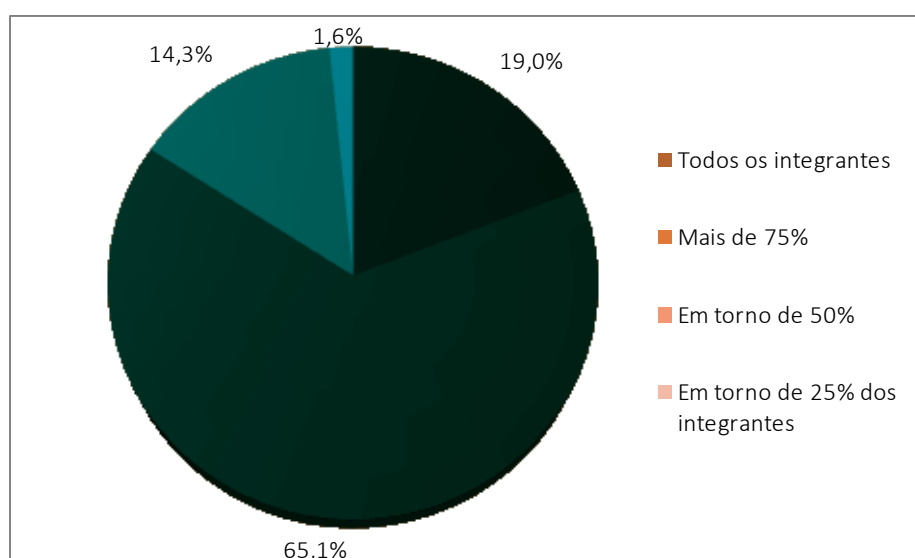
A quantidade de incubadoras que na prática funcionam somente com um coordenador é minoritária: a maioria das incubadoras (77%) conta com mais de um coordenador, conforme Gráfico 18.

Gráfico 18 – Percentual de incubadoras por quantidade de coordenadores (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

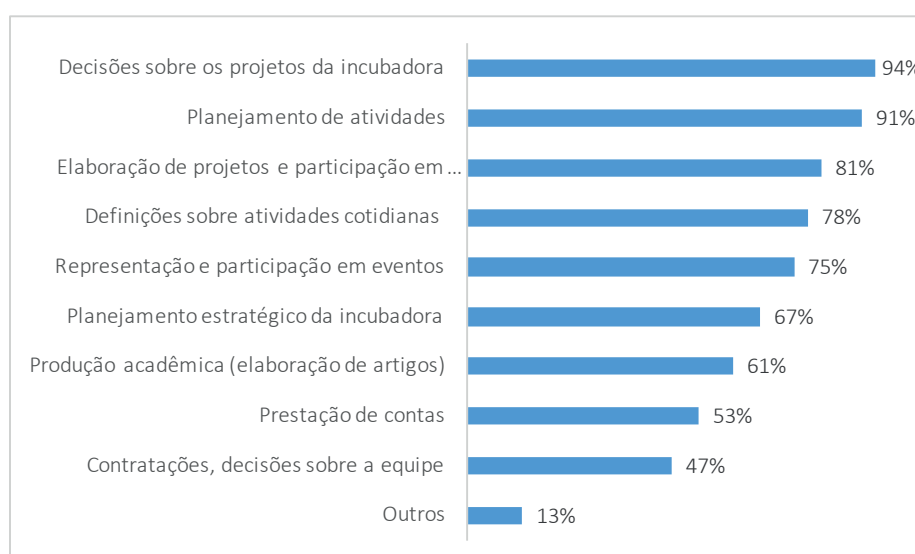
O exame da periodicidade de reuniões com todos os integrantes demonstra que 65% das incubadoras adotam a prática de reuniões semanais ou quinzenais. Se acrescentado a este o percentual o da periodicidade mensal, 81% das incubadoras de economia solidária possuem a prática de reuniões gerais no espaço máximo de até um mês. Nesse quesito não foram observadas grandes diferenças entre as linhas.

Gráfico 19 – Periodicidade das reuniões com participação de todos os integrantes das incubadoras (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Com relação à participação dos membros nas reuniões gerais, é possível destacar a alta participação, já que em 84% das incubadoras mais de 75%, ou todos os membros, participam das reuniões gerais. Se levarmos em consideração o gráfico 19, é possível afirmar que os números apontam para uma gestão participativa das organizações aqui estudadas, ainda que seja necessário considerar que a mera presença não se traduz em participação necessariamente.

Gráfico 20 – Percentual de participação nas reuniões com todos os integrantes da incubadora (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

No que tange ao conteúdo das reuniões gerais, identifica-se que as decisões tratam, essencialmente, de assuntos diretamente relacionados à atuação das incubadoras de economia solidária: são discutidas decisões sobre os projetos, planejamento de atividades e elaboração de propostas para editais. Isso mostra que são priorizadas decisões estratégicas, em detrimento de outras de caráter operacional. Questões vinculadas à estrutura da incubadora e financiamento, como contratações, equipe e prestação de contas são tratadas em reuniões gerais por cerca da metade das incubadoras.

Gráfico 21 – O que é decidido em reuniões gerais (% sim)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Os dados anteriores confirmam que a rotina das incubadoras inclui uma série de espaços e instâncias de discussão que buscam levar para a maior parte dos integrantes a informação sobre o que está acontecendo.

Identifica-se, na maioria das incubadoras, a busca por uma gestão participativa interna, em uma perspectiva de autogestão, principalmente no que concerne à participação dos estudantes. Entretanto, é presente em algumas delas uma cultura de coordenação individual, com o coordenador concentrando

as principais decisões. Isso ocorre: tanto na Linha B, por conta das incubadoras serem recentes e ainda contarem com poucos docentes e técnicos da IES e nunca terem passado por renovação do coordenador; quanto na linha A, em que algumas incubadoras possuem o mesmo coordenador há muitos anos, seja pela dificuldade em conseguir atrair outros docentes ou técnicos, seja pela repetição de uma cultura, muito presente na universidade, de personalismo dentro desses grupos. Entretanto, as incubadoras da linha A, em geral, parecem conseguir uma gestão mais coletiva, talvez por terem mais gente que atua há mais tempo na incubadora e já possui essa cultura.

Outro elemento que ajuda a compor um quadro sobre a gestão participativa das incubadoras é o processo de escolha dos(as) coordenadores(as). Embora existam dois processos não participativos de escolha do coordenador, que sozinhos representam 31% dos casos e que se dão a partir de indicação do diretor/reitor e indicação do coordenador anterior, a definição por todos ou por parte dos integrantes da incubadora representa 40% dos processos de escolha. Uma parte não teve definição do coordenador (14%), principalmente em incubadoras de formação recente. Em uma porcentagem considerável (9%) a decisão esteve relacionada à trajetória e experiência dos docentes envolvidos.

Gráfico 22 – Forma de definição do coordenador da incubadora

Decisão por todos integrantes da incubadora	27,6%
Indicação do diretor/reitor	17,2%
Não houve definição do coordenador	13,8%
Indicação do coordenador anterior	13,8%
Decisão por parte dos integrantes da incubadora	12,1%
Decisão relacionada à trajetória e experiência dos docentes envolvidos	8,6%
Outros	6,9%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Quando aplicado o corte por linhas de incubadoras de economia solidária, observamos que nas incubadoras da linha A os processos de escolha menos participativos são mais comuns do que na linha B. Todavia, é preciso esclarecer que, por existirem há no máximo três anos, muitas dessas incubadoras linha B não tiveram a necessidade de troca de coordenador, fato que pode ter influenciado os dados coletados.

As respostas sobre o tempo de atuação dos coordenadores em exercício do cargo também podem nos ajudar a compreender os processos autogestionários nas incubadoras: em 34% dos casos os coordenadores estão há mais de quatro anos no cargo; em 19%, entre dois e quatro anos; e em 20%, menos de dois anos.

Tendo feito uma caracterização básica sobre a forma de funcionamento das ITES, no próximo capítulo enfocaremos na análise no principal eixo de atuação desses grupos: o processo de incubação e diálogo com os empreendimentos e grupos apoiados.

Capítulo 4

O processo de incubação e a relação com os Empreendimentos Solidários

Neste capítulo, iremos tratar mais especificamente do processo de incubação desenvolvido pelas Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. Descreveremos as atividades realizadas pelas incubadoras usando como recorte o período entre 2014 e 2016, abordando a metodologia de incubação, sua concepção e princípios pedagógicos fundantes, bem como o foco que as incubadoras dão às atividades desenvolvidas e às ferramentas utilizadas. Descreveremos também como as incubadoras lidam com as demandas de incubação, com a seleção dos grupos a serem acompanhados e com os tempos de assessoria. Posteriormente, trataremos dos resultados da incubação em termos das inovações organizacionais e tecnológicas promovidas, o impacto nos empreendimentos e a avaliação geral do processo de incubação.

Se, por um lado, a avaliação do Proninc deve abarcar um leque de abordagens que possam analisar os diferentes objetivos internos e externos que uma incubadora possui, por outro, todo o trabalho desses grupos não terá sentido caso não haja uma solidez na assessoria que se fornece aos EES, capaz de levar a resultados significativos na melhoria de vida e trabalho dos integrantes dos empreendimentos.

Como veremos à frente, não é possível padronizar a metodologia de incubação; é preciso respeitar e compreender a diversidade dos contextos em que se inserem as incubadoras e as particularidades dos grupos que são acompanhados. Esse é um dos principais desafios do ponto de vista da pesquisa de avaliação, que deve procurar captar as tendências gerais e as regularidades observadas, mas também as experiências concretas e sua relação com os contextos. O registro e conhecimento das experiências mostraram-se importantes para alimentar um intercâmbio capaz de potencializar os elementos positivos das dinâmicas e experiências de incubação.

Uma primeira consideração a se fazer, que ajuda a entender as diferentes experiências de incubação e os impactos produzidos no apoio aos empreendimentos, é sobre os antecedentes de alguns grupos e integrantes (principalmente do coordenador) no âmbito da incubação e assessoria. Dentre as 41 incubadoras da linha B apoiadas pelo Edital 2013, ou seja, aquelas que nunca tinham sido apoiadas pelo Proninc e/ou que estavam começando a estruturar suas atividades, existem alguns casos que são importantes de se caracterizar. A grande maioria das incubadoras dessa linha iniciou suas atividades de incubação a partir do edital de 2013. No entanto, algumas experiências já possuíam atividades de assessoria aos EES há alguns anos, mas acessaram o edital pela primeira vez; algumas optaram por continuar a se reconhecer como núcleo de extensão, e outras passaram a se reconhecer como incubadora somente a partir da chamada 89/2013, como será visto com mais detalhes no capítulo 7. Além disso, há um número significativo de casos de incubadoras que foram criadas a partir da experiência prévia obtida por seus integrantes em outras IES, o que permite um processo mais acelerado de consolidação política e metodológica. Segundo a pesquisa, o número de coordenadores de incubadoras da linha B que tinham executado recursos Proninc em outras incubadoras chega a 24% (enquanto que na linha A é 9%).

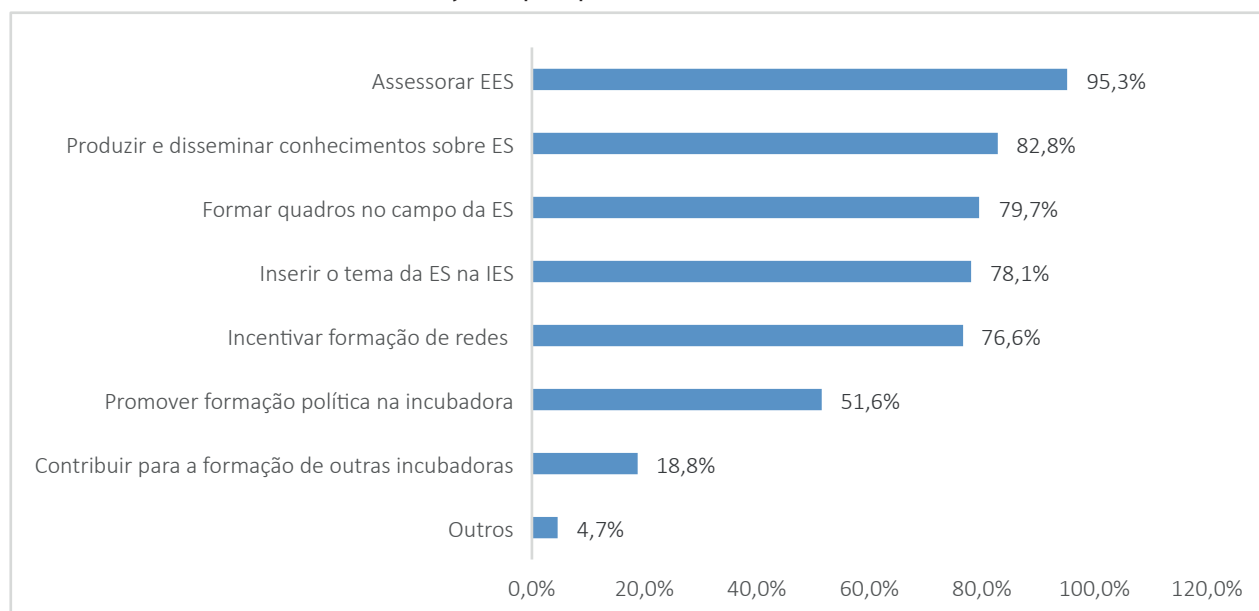
É importante destacar que 66% das incubadoras apoiadas pelo Proninc estão localizadas no interior dos estados, enquanto apenas 34% estão localizadas nas capitais. Isso gera um impacto maior das incubadoras na criação e desenvolvimento de empreendimentos no interior dos estados brasilei-

ros, atendendo assim pequenos e médios municípios, e trazendo benefícios para o desenvolvimento regional.

4. 1 Atividades realizadas pelas incubadoras entre 2014 – 2016

A avaliação do Proninc buscou apurar dentre os vários objetivos das incubadoras aqueles que seriam considerados os mais importantes. Para tanto, perguntamos ao(à) coordenador(a), ou coordenadores(as), em exercício, os cinco principais objetivos de seu trabalho, e pedindo para elencar uma ordem, dentre várias opções pré-definidas.

O objetivo assessorar *Empreendimentos de Economia Solidária* (EES) é mencionado por quase a totalidade das incubadoras (95,3%), seguido de *produzir e disseminar conhecimentos sobre Economia Solidária* (82,8%), *formar quadros no campo da Economia Solidária* (79,7%) e de *incentivar a formação de redes* (76,6%).

Gráfico 23 – Objetivos principais de uma incubadora de economia solidária

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A partir da análise por linha é possível observar que não existem grandes discrepâncias entre as duas linhas, exceto em duas opções: *inserir o tema da ES na IES*, que se destacam nas da linha B, e *contribuir para a formação de outras incubadoras*, mais citado pelas da linha A. Para esse último item, não é difícil encontrar uma explicação, já que algumas incubadoras de linha A acabaram se tornando 'madrinhas' das mais novas por estímulo do próprio Proninc. Com relação ao item *inserir o tema da ES na IES*, a discrepância pode ser resultado da necessidade das incubadoras mais novas de fazer com que a IES tome conhecimento das suas ações e da economia solidária. É possível que as mais antigas já tenham realizado esse processo, ou estejam razoavelmente satisfeitas com a projeção que a economia solidária possui nas suas respectivas IES.

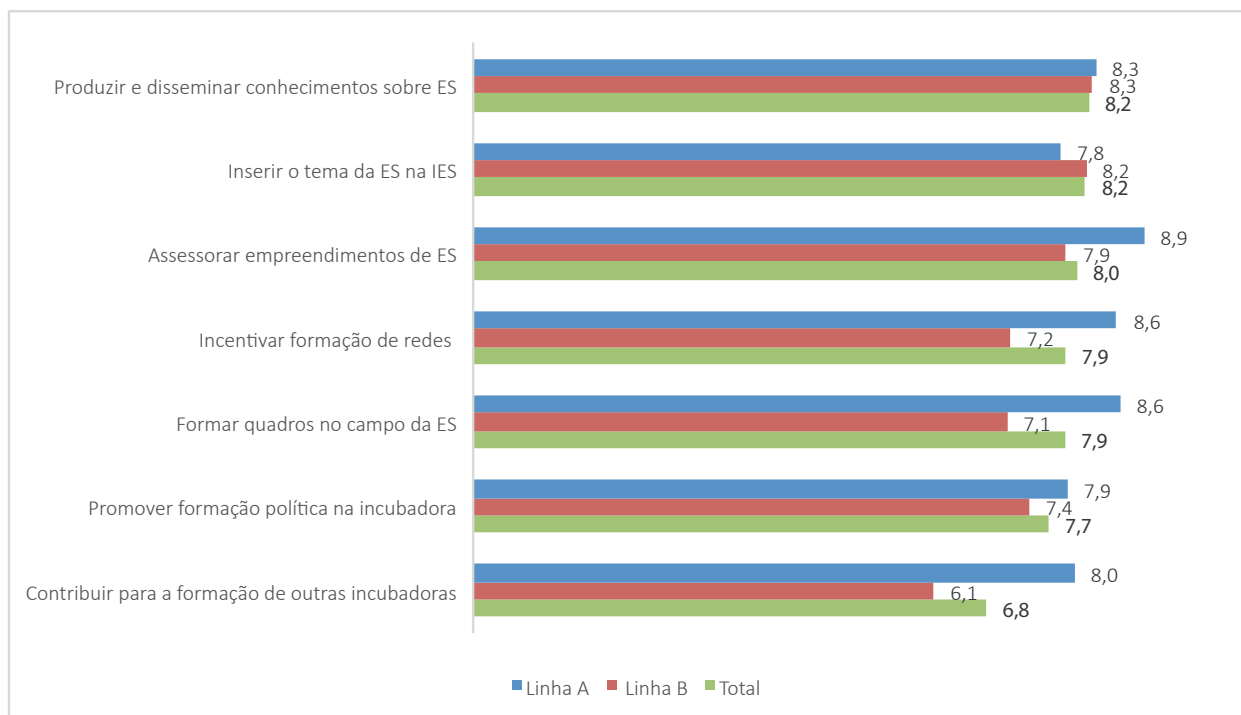
No que se refere à classificação do objetivo considerado o mais importante, a Tabela 6 aponta que "*assessorar empreendimentos de economia solidária*" é, com larga vantagem, o principal objetivo identificado por metade das incubadoras da amostra (32). Os três itens seguintes (*produzir e disseminar conhecimentos sobre ES*, *formar quadros para trabalhar no campo da ES* e *inserir o tema da ES na IES*) aparecem com relevância para parte considerável das incubadoras.

Tabela 8 – Objetivo mais importante de uma incubadora

	FREQUÊNCIA	%
Assessorar EEs	32	50,0%
Formar quadros no campo da ES	10	15,6%
Produzir e disseminar conhecimentos sobre ES	9	14,1%
Inserir o tema da ES na IES	7	10,9%
Promover formação política na incubadora	2	3,1%
Incentivar formação de redes	2	3,1%
Contribuir para a formação de outras incubadoras	1	1,6%
Outros	1	1,6%
TOTAL	**64**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A autoavaliação do desempenho das incubadoras em relação à execução dos objetivos mostra uma alta variação. Em uma escala de 0 a 10, a média mais baixa para o total de incubadoras foi 6,8 no item *contribuir para a formação de outras incubadoras*. Novamente, aqui a avaliação mais baixa das incubadoras linha B contribuiu para diminuir a média. Como tendência geral, as incubadoras mais antigas se avaliaram com notas melhores que as mais recentes, com exceção de apenas dois itens (*inserir o tema da ES na IES* e *produzir e disseminar conhecimentos sobre ES*). Isso fortalece a hipótese de que as organizações de linha A são mais estruturadas para perseguir seus objetivos por conta da sua maior experiência e tempo de consolidação.

Gráfico 24 – Autoavaliação das incubadoras na execução dos objetivos (média por linha)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

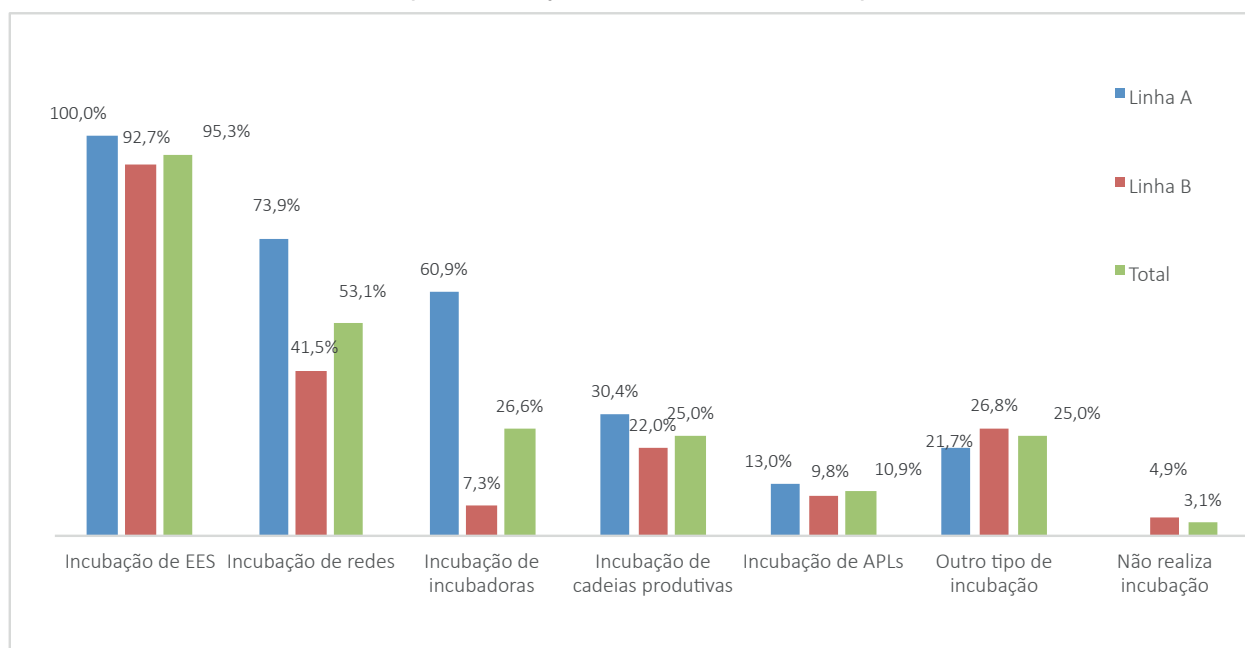
Uma preocupação da avaliação foi a de mapear os tipos de incubação realizados. Neste sentido, tornou-se relevante testar empiricamente uma hipótese surgida e debatida nos seminários regionais sobre a ampliação do escopo de atividades realizadas no campo da incubação. Nos últimos anos, têm

se registrado mudanças na concepção do processo de incubação, que além da incubação clássica de EES incorpora também a incubação de redes, cadeias produtivas, APLs (Arranjos Produtivos Locais) e até outras incubadoras.

Quando indagadas sobre o tipo de incubação realizado entre 2014 e 2016, a incubação de empreendimentos solidários é mencionada por 95% das entidades pesquisadas, sem grandes contrastes entre as da linha A e as da linha B. A incubação de redes aparece em segundo lugar para o total de incubadoras: 53% declaram incubar redes, 74% das da linha A e 40% das da linha B. Já a incubação de incubadoras é uma atividade realizada principalmente pela linha A (60% declaram ter acompanhado incubadoras entre 2014 e 2016 e só 7% das da linha B). Provavelmente, consideram-se nessa resposta os processos de apadrinhamento de incubadoras da linha B estimulados a partir da chamada 89/2013.

Há ainda o registro da percentagem de 25% das incubadoras que realizam outro tipo de incubação, o que incluiu exemplos como a incubação de fóruns, a incubação de territórios e projetos de economia criativa. Houve dois casos de incubadoras recentes que tiveram problemas para conseguir executar suas metas de incubação; uma por problemas operacionais no recebimento dos recursos, que impediu a execução, e outra por não ter conseguido estabelecer um processo de trabalho contínuo com os empreendimentos contatados.

Já as notas atribuídas pelas incubadoras para suas metodologias de incubação, de 0 a 10, registram em média 7,9, tendo as da linha A uma média de 8,4 e as de linha B uma média de 7,6.

Gráfico 25 – Tipos de incubação realizada entre 2014 e 2016 por linha (% "sim")

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Procuramos caracterizar por meio da pesquisa quais eram as principais atividades que compunham o trabalho de incubação. Percebemos que a *Qualificação profissional, técnica e gerencial* é considerada como uma atividade com muito peso por 72% das incubadoras, seguida de *Assessoria no planejamento e plano de negócios* (66%), *elaboração de projetos* (61%) e *Assistência técnica e/ou gerencial* (61%). *Formação Sociopolítica* também foi uma atividade colocada entre as cinco com mais peso em 59% dos casos (em maior medida nas da linha A que nas da linha B).

No entanto, acontece algo curioso com esta dimensão, pois ela consta como a quinta atividade entre as mais citadas na lista de cinco principais. Entretanto, ao se analisar o que foi colocado em pri-

meiro lugar nessa lista por incubadora, a *Formação Sociopolítica* ocupa o segundo lugar, com 13 incubadoras (20%) que a mencionam como mais importante, ficando atrás somente da opção *Qualificação profissional, técnica, gerencial*, com 31,3%. Ou seja, para um número significativo de ITES, esta dimensão é um elemento central do processo de incubação.

Gráfico 26 – Atividades com maior peso no processo de incubação
(% que colocaram a opção dentre as 5 mais importantes)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A pesquisa de avaliação do Proninc, realizada em 2016, permitiu perceber que há uma miríade de atividades que são realizadas pelas equipes das incubadoras e que não se encaixam em uma compreensão tradicional de um processo de incubação, como atividades contínuas de assessoria de gestão aos empreendimentos. A importância de registrar essa diversidade metodológica foi muito enfatizada pelos coordenadores das incubadoras ao longo do processo participativo da Avaliação.

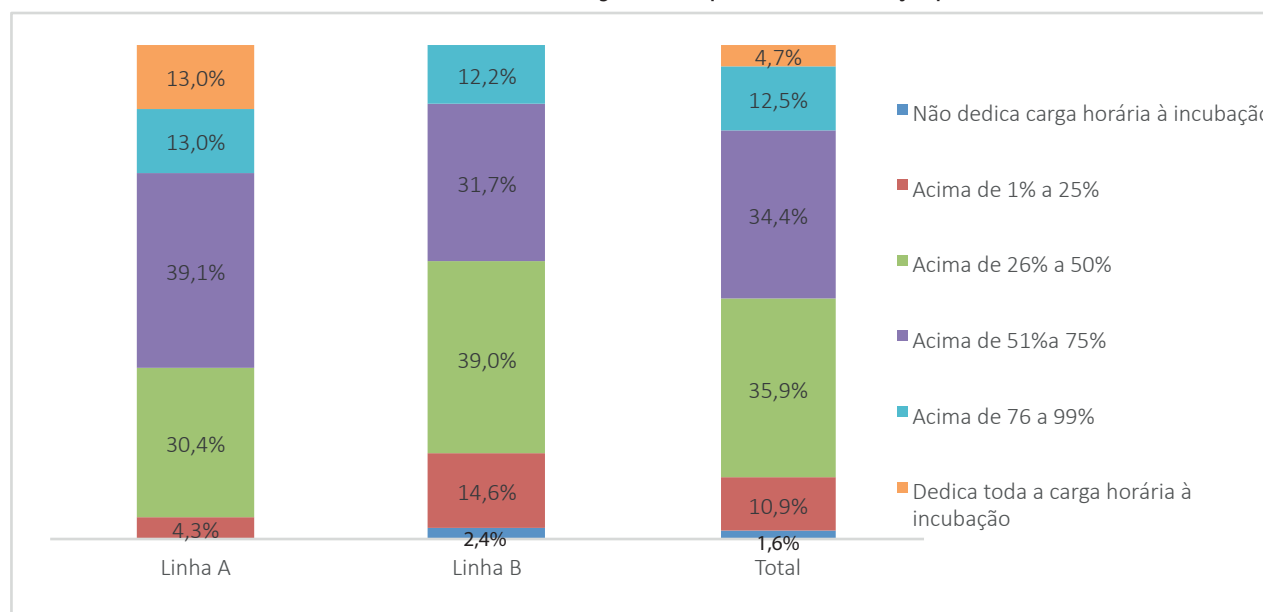
No Gráfico 27, apresentamos as porcentagens de incubadoras que realizaram outras atividades entre 2014 e 2016, com destaque para os cursos de formação (88% das incubadoras), seguidos de organização de feiras e espaços de comercialização (67%) e assessoria pontual (54%). De forma geral, não se registram diferenças significativas na realização de outras atividades nas incubadoras da linha A e da linha B, exceto na organização de feiras, que as da linha A realizam em maior medida que as da linha B, correspondendo a 78% da primeira em oposição a 59% da segunda.

Gráfico 27 - Outras atividades realizadas pelas incubadoras (% sim) no total de incubadoras

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Outro dado que reforça uma perspectiva mais diversa sobre a atuação das incubadoras é quanto ao tempo dedicado à incubação em relação ao total de trabalho do grupo. Como vemos no Gráfico 28, 52% das incubadoras dedicam mais da metade do seu tempo diretamente à incubação. Mas um número significativo, 48%, tem a maior parte do seu tempo dedicado a outras atividades.

Se separarmos Linha A e Linha B, veremos que há uma diferença relevante, pois enquanto cerca de 65% das mais antigas dedicam mais de metade do seu tempo a atividades de incubação, entre as mais novas esse número cai para 44%. Isso é um indício de que as novas incubadoras possuem uma perspectiva mais aberta quanto ao seu trabalho, parecendo possuir uma diversidade maior de atividades que englobam sua atuação.

Gráfico 28 - Percentual de carga horária que dedica à incubação por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Como vimos nos gráficos anteriores, algumas atividades fazem parte do próprio processo de incubação, mas outras extrapolam o espaço da incubação, ou seja, estão para além da formação exclusiva de um empreendimento, preocupando-se, assim, com o desenvolvimento territorial e local, a difusão de conhecimento, a produção de tecnologias e o fortalecimento e/ou a promoção de mobilização social. Dessa forma, em muitas incubadoras a sistematização das metodologias de incubação no esquema *tradicional* de divisão entre pré-incubação, incubação e desincubação apresenta-se como um grande desafio. Cada vez mais, a compreensão do trabalho da incubadora precisa ter uma abordagem flexível para permitir uma análise mais concreta das experiências das incubadoras.

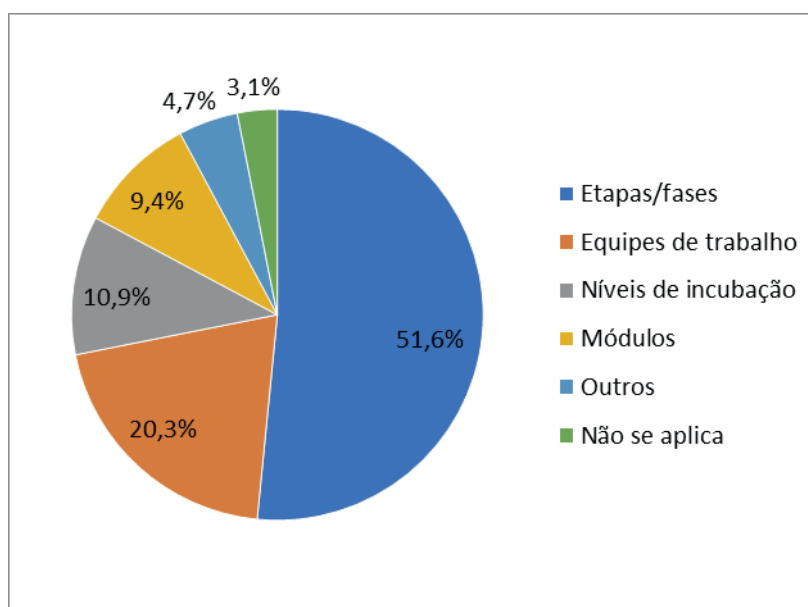
4.2 Metodologias de incubação: princípios, concepção e estruturação

As metodologias de incubação trazem como princípio a busca por ferramentas que levem à consolidação e conquista de condições necessárias para a autonomia organizacional e a viabilidade econômica dos empreendimentos. Dessa forma, foi possível identificar na pesquisa a construção participativa dos métodos e ferramentas como um aspecto importante no processo de incubação. Algumas incubadoras apresentaram significativos avanços nesse aspecto envolvendo estudantes e integrantes dos empreendimentos na construção do processo de incubação, buscando uma horizontalidade na relação com o respeito e valorização dos conhecimentos de cada grupo.

Na pesquisa, buscamos identificar quais os princípios utilizados pelas incubadoras no processo de incubação, e foi possível perceber algumas tendências. Dentre as 64 incubadoras estudadas, temos um primeiro grupo de princípios predominantes composto por: *Educação Popular*, apontado por 36 incubadoras (56,25%), tendo como principal referência Paulo Freire; a questão da *Participação e dos Métodos Participativos*, com 34 respostas (53,13%), com grande destaque para a *Pesquisa-Ação*; e o conceito da *Autogestão*, citado em 27 incubadoras (42,19%).

Em um segundo nível, as incubadoras fazem referência a outros princípios na sua metodologia de incubação, como: a busca pela autonomia/emancipação dos trabalhadores (22%); o respeito aos princípios da Economia Solidária (20%); a ideia da cooperação e a referência ao cooperativismo (20%); e a importância da Adequação Sociotécnica e do desenvolvimento de Tecnologias Sociais como inerente ao processo de incubação (14%). Outros elementos menos citados, mas que valem ser destacados, pois caracterizam a atuação peculiar das incubadoras de economia solidária são: a abordagem territorial, que fortalece perspectivas de desenvolvimento local e territorial; o respeito ao saber local dos trabalhadores; o uso da agroecologia, entre os empreendimentos rurais; e a busca pela integração entre ensino, pesquisa e extensão. Um último ponto que merece ser posto em relevo, embora tenha sido citado em apenas três casos, é a busca pela igualdade de gênero e pelo protagonismo feminino, enfrentando também o contexto patriarcal muito presente em diferentes regiões do país.

Considerando-se especificamente o processo de incubação, 63% das incubadoras declararam dividir o processo em pré-incubação, incubação e desincubação, sem grandes diferenças entre as da linha A e as da linha B. Não há uma perspectiva temporal rígida para cada uma dessas etapas. O que se identifica, em geral, é que há ferramentas específicas para seu início ou término: diagnóstico, estudo de viabilidade, planejamento estratégico, plano do empreendimento ou de negócios, entre outros. De qualquer forma, os grupos que dividem o processo de incubação nesse formato procuram respeitar as demandas de cada grupo e de cada contexto, possuindo, em geral, uma flexibilidade quanto a esses tempos e etapas. Há diversas formas de estruturação da metodologia, conforme o Gráfico 29: mais da metade das incubadoras (51,6%) trabalha por etapas ou fases, 20% a partir de equipes de trabalho, 11% por níveis de incubação e 9% por módulos.

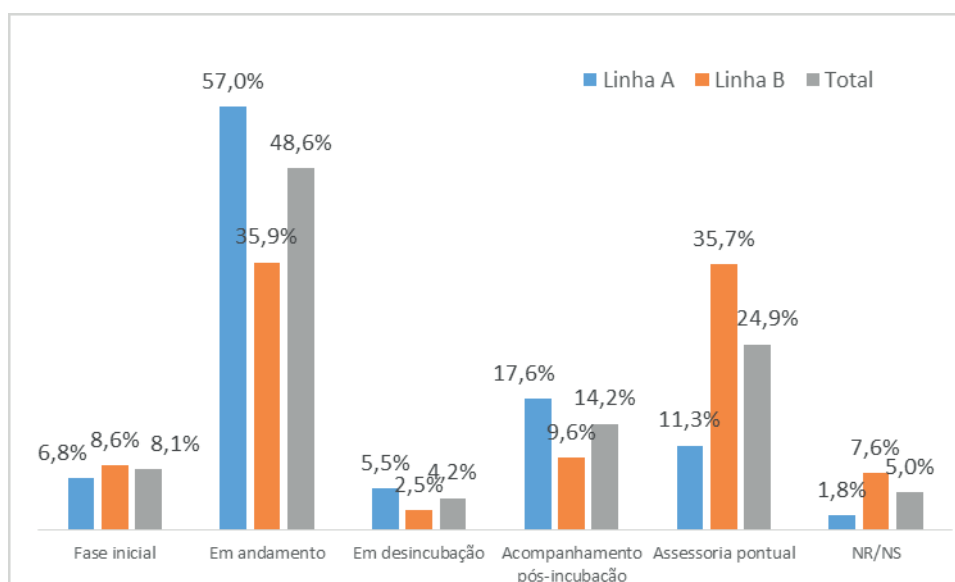
Gráfico 29 – Estruturação da metodologia de incubação

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Para outras incubadoras, o processo de incubação desenvolve-se em etapas menos definidas, sem a determinação de tempos precisos. Nesse caso, o trabalho de assessoria deve levar o número de anos necessários para que o EES possa caminhar sozinho; e sempre será importante manter algum contato e possibilidade de apoio pontual. Não há a preocupação com a, e nem se usa o conceito, desincubação. Embora haja uma tendência de, após alguns anos de assessoria mais intensa, haver um processo de apoio mais pontual e esporádico.

A inspiração e referência para a construção da metodologia de incubação apresentam situações variadas dentre as incubadoras pesquisadas: 36% construiu a metodologia a partir de outras referências, 31 % a partir da prática e 27% inspirou-se em outra incubadora mas com a adaptações à realidade da própria incubadora. Isso mostra a importância das trocas e intercâmbios entre experiências de incubação.

Há ainda incubadoras que têm se aproximado mais de uma assessoria pontual para atender as demandas dos empreendimentos, conforme exposto no Gráfico 30. Quando consultadas sobre a etapa atual de incubação, a resposta das incubadoras foi que cerca de 25% dos 776 empreendimentos incubados entre 2014 e 2016 encontram-se numa fase de *Assessoria pontual*. Na linha B, esse percentual é de 36%, mais alto que o 11% das da linha A. Isso pode indicar uma mudança na concepção de incubação das novas incubadoras, que em muitos casos optam por um acompanhamento em resposta a demandas específicas de empreendimentos que já são parceiros.

Do total de empreendimentos, em torno de 61% estavam em processo de incubação, divididos em *Fase inicial* (8,1%), incubação *Em andamento* (48,6%) e em *desincubação* (4,2%). Pouco mais de 14% do total de empreendimentos apoiados nesse período já haviam sido desincubados.

Gráfico 30 – Etapa atual da incubação por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

4.3 Foco da incubação, atividades e ferramentas utilizadas

Dentre os métodos adotados pelas incubadoras foi possível mapear que eles se dividem em três grandes focos: estruturação da gestão; desenvolvimento do processo produtivo e comercialização.

Para o suporte à estruturação da gestão dos grupos e empreendimentos, as incubadoras desenvolvem cursos e materiais pedagógicos sobre administração e finanças, auxiliam nos trâmites fiscais e jurídicos para a formalização dos empreendimentos, desenvolvem junto com o grupo métodos de organização interna e dão suporte ao desenvolvimento de espaços participativos nos empreendimentos. Além disso, houve casos em que as incubadoras prestaram apoio técnico na elaboração de projetos para prospecção de recursos por meio de editais públicos e privados, além de fortalecer as relações institucionais dos EES com outros atores locais.

As capacitações oferecidas pelas incubadoras também voltam para o processo produtivo de cada empreendimento, orientando as práticas da produção por meio de conhecimentos técnicos específicos da atividade. Os auxílios, normalmente, são direcionados à produção de alimentos, de produtos com beneficiamento dos frutos da agricultura local, de remédios medicinais, à capacitação sobre técnicas de manejo de solo e animais, à melhoria do processo de seleção e separação dos resíduos ou ainda à capacitação por introdução de uma nova ferramenta nesses processos produtivos.

Em muitos casos, os métodos utilizados no processo de incubação têm como foco o desenvolvimento de estratégias de comercialização, como a elaboração e execução de materiais de publicidade, como *folder*, rótulos, panfletos, *banner*, design de produtos, elaboração de logo, entre outros. As estratégias de comercialização também contemplam ações que ajudam os grupos a acessarem mercados, por meio de promoção de feiras nas cidades e nos *campi* universitários e a formação de redes de comercialização.

Outro aspecto que também influencia na metodologia de incubação é o público alvo ou a área de atuação principal da incubadora. Pode-se perceber que há incubadoras que desenvolvem metodologias com foco no desenvolvimento territorial e regional, e a própria divisão da equipe da incubadora pode seguir uma distribuição por localidades. Além disso, há incubadoras que se especializam em determi-

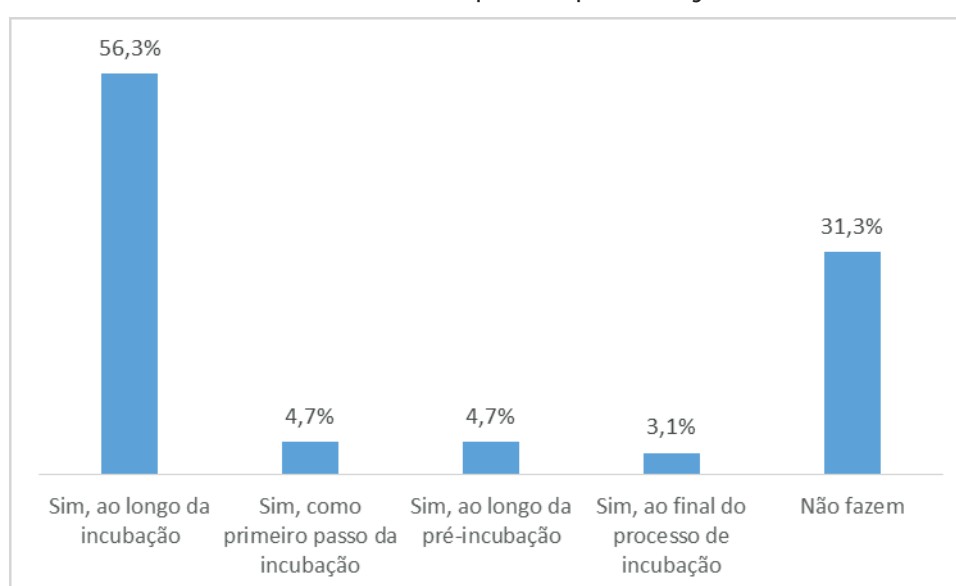
nados grupos produtivos, como é o caso das que focam suas atividades em grupos e empreendimentos de reciclagem de resíduos ou ainda de agricultura familiar.

Por outro lado, algumas incubadoras têm uma tendência a aproximar-se de métodos ou tecnologias de assessoria que dialogam com o campo da incubação de empreendimentos capitalistas. Isso acontece, principalmente, em casos em que a incubadora tem uma atuação nos dois campos, assessorando empreendimentos solidários e privados, ou em casos em que a adoção de tecnologias/metodologia vindas do setor privado pode ajudar na prospecção de recursos para a incubadora. Este aspecto parece estar presente no caso de algumas incubadoras que buscam adequar-se à metodologia CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos), desenvolvida pelo SEBRAE, uma proposta de modelo de incubação impulsionada pela ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), e que permite participar de editais de apoio financeiro (maiores detalhes no capítulo 6).

Há no campo das incubadoras de economia solidária um debate em aberto sobre as oportunidades e os riscos que esse diálogo com o campo da incubação de empresas privadas pode oferecer. Enquanto alguns acreditam que é preciso ocupar esses espaços como forma de ampliar sua capacidade de atuação e de construção de políticas públicas para o campo da economia solidária, outros ressaltam o risco de se perder as características particulares da incubação desse campo, pois é preciso submeter-se a um método rígido elaborado para o funcionamento de empresas tradicionais.

A pesquisa identificou que nas primeiras etapas e fases da incubação geralmente ocorrem práticas com o objetivo de aproximar-se do grupo a ser incubado e de conhecer o contexto em que ele está inserido, sendo muito frequente a utilização de diagnósticos: 83% das incubadoras realizam diagnósticos dos EES, sendo a porcentagem maior entre as da linha A (96%) em comparação com as da linha B (76%).

Uma das ferramentas mais utilizadas é a elaboração do plano de negócios, com 68% das incubadoras que declaram usar esse documento. No entanto, o método, o formato e o momento de elaboração variaram entre as incubadoras, conforme o Gráfico 31. Novamente, as incubadoras da linha A utilizam esta ferramenta com maior frequência que as da linha B (78% frente a 63%).

Gráfico 31 - Incubadoras que fazem plano de negócios (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

O estudo de viabilidade é outro instrumento bastante utilizado, sendo parte do processo de assessoria em 42% das incubadoras. Não se configura como um elemento tão central na metodologia de incubação, mas auxilia na compreensão da atividade econômica à que se dedica o grupo e em alguns casos constitui um critério para continuar ou interromper a incubação (caso o grupo e a atividade sejam avaliados como inviáveis). Importante salientar que, de forma geral, as ferramentas do estudo de viabilidade utilizadas pelas ITES diferenciam-se do formato tradicional desenvolvido para empreendimentos privados. A partir dos objetivos propostos para o trabalho das incubadoras, é feita uma análise muito mais complexa, que não se limita a um aspecto econômico-financeiro, e se baseia nas possibilidades de aquele empreendimento propiciar melhorias de vida e de condições de trabalho aos trabalhadores envolvidos naquele processo.

Outro método bastante comum nas práticas de incubação, observado em campo, é a realização de intercâmbios entre os EES do mesmo setor produtivo e/ou de regiões diferentes. Nesses casos, as incubadoras atuaram como articuladoras desses encontros, promovendo o deslocamento dos integrantes dos empreendimentos até a sede do outro empreendimento para que pudessem conhecer e trocar experiências com o outro grupo. Essas práticas mostraram-se importantes no processo de incubação, pois permitiram a difusão de conhecimento e experiência entre os grupos.

Outro fator analisado foi o tema da avaliação e monitoramento realizado nas incubadoras sobre seu trabalho de incubação, com um resultado ainda tímido. Segundo os(as) coordenadores(as) das incubadoras pesquisadas, em apenas 36% delas há um instrumento/procedimento consolidado de avaliação do processo de incubação, sendo mais presente na linha A que na B. Entretanto, identificamos que a grande maioria promove, de forma esporádica, espaços de avaliação e debate sobre seu trabalho. As formas mais utilizadas de avaliação são: reuniões internas de avaliação (91%), reunião com empreendimentos (89%) e, em menor frequência, indicadores de verificação (28%). Percebe-se que as práticas avaliativas ainda se concentram em métodos de discussão coletiva, sem parecer haver, de forma geral, um sistema quantitativo de avaliação das incubadoras.

A metodologia de incubação foi sistematizada em todas as incubadoras pesquisadas da linha A e em 66% das da linha B. A forma mais comum de sistematização é mediante artigo acadêmico (42%), em arquivo eletrônico da incubadora (25%) e a partir de disponibilização online e/ou em material impresso (11%). Fazer um levantamento da capacidade de sistematização da metodologia e da experiência torna-se importante considerando que um dos objetivos da chamada 89/2013 é "*construir referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários – EES pós-incubação*".

Por fim, é importante destacar que os métodos desenvolvidos pelas incubadoras comumente passavam por um esforço de adequação à realidade e às necessidades dos grupos de produção. Esse esforço foi identificado tanto na fala dos membros das incubadoras como também na dos trabalhadores dos empreendimentos. Os resultados dessa dinâmica geraram inovações que serão abordadas mais à frente.

4.4 Demandas de incubação, seleção dos grupos e tempo de incubação

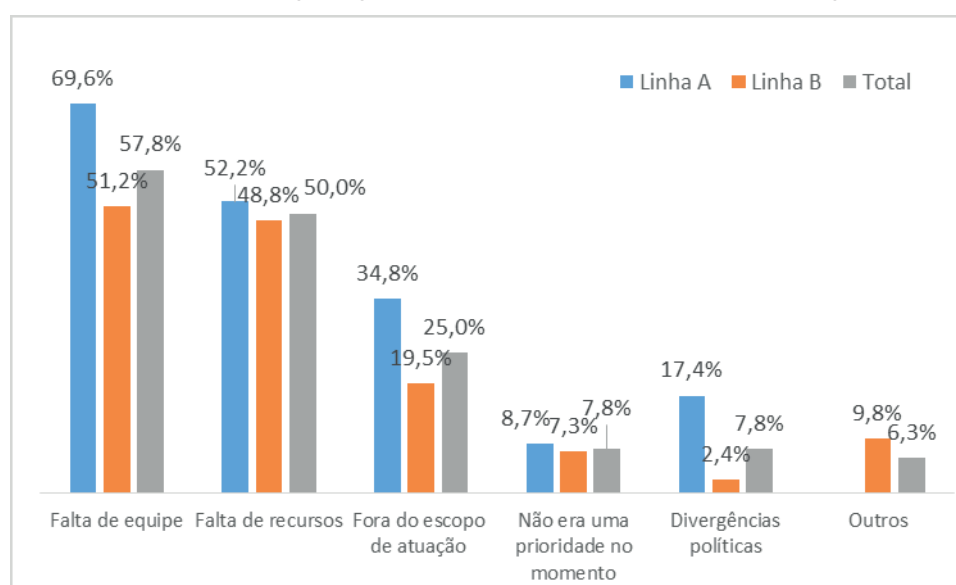
Nesta seção analisaremos como se dá a aproximação entre as incubadoras e os grupos acompanhados, o atendimento às demandas de incubação e o tempo de incubação dos empreendimentos.

A seleção dos empreendimentos incubados ocorreu, principalmente, de duas maneiras: a partir das demandas dos grupos (44% de casos registrados), e por análise dos grupos com visita à incubadora (20% de casos registrados). Também registra-se a seleção por chamada pública ou edital (12%) e o

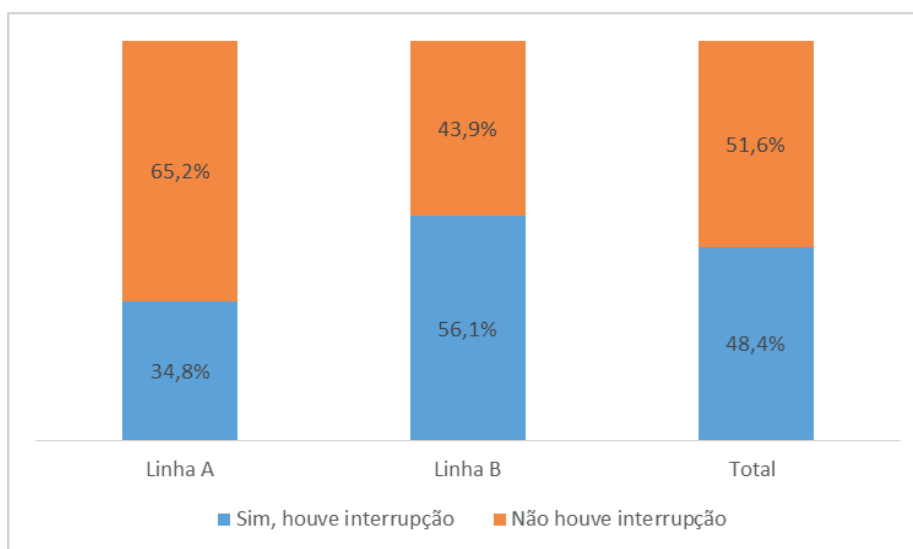
processo de seleção orientado (12%). A opção c*hamada pública ou edital* é mais frequente nas incubadoras da linha B.

O trabalho de incubação depende de recursos para ter continuidade, principalmente para a garantia da equipe e para viabilização do transporte para chegada aos empreendimentos. Os recursos do Proninc e de outras fontes permitem atingir alguns resultados, mas não são suficientes para dar conta da demanda por assessoria que os EES possuem ao redor do país.

Segundo a pesquisa, o percentual de incubadoras que se depararam com demandas de incubação por parte de empreendimentos e não puderam atendê-las chegou a 72%. Dentre os motivos para o não atendimento, destacam-se a *falta de equipe* (58%) e a *falta de recursos* (50%), conforme o gráfico Gráfico 32. Ou seja, na maior parte dos casos, percebe-se que o acesso a mais recursos, capazes de viabilizar uma equipe maior e uma melhor infra-estrutura, permitiria uma ampliação do alcance do trabalho das incubadoras.

Gráfico 32– Razões pelas quais as demandas não foram atendidas (% sim) por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Outro dado relevante é o número de incubadoras que tiveram processos de incubação interrompidos. Quase a metade (48%) descontinuou processos de incubação. A interrupção dos processos de incubação foi muito mais acentuada nas incubadoras da linha B do que nas da linha A (56%% contra 35 % da linha A)

Gráfico 33 – Incubadoras onde houve interrupção de processos de incubação por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Os motivos para a interrupção da incubação são principalmente: a desmobilização do grupo incubado (74% das incubadoras que interromperam processos de incubação), divergências metodológicas entre incubadora e empreendimento (29%) e por decisão do grupo incubado (26%).

Consultadas sobre o tempo ideal de incubação dos EES, 64% das incubadoras responderam que não existe um tempo ideal. Dentre o percentual restante, registra-se que 19% das incubadoras acreditam que são necessários entre 30 e 48 meses, 14% de 18 a 24 meses, e 3% entre 60 e 96 meses. Quando questionadas se há um tempo mínimo para o processo de incubação, 55% das incubadoras responderam afirmativamente, concentrando as respostas entre 12 e 24 meses.

Por outro lado, quando analisado o tempo médio de incubação dos empreendimentos até sua conclusão, 6% dos empreendimentos foram incubados no período de até 2 anos, 42% entre 2 e 4 anos e 14% mais de 4 anos. Quase 30% das incubadoras ainda não concluíram um processo de incubação, principalmente nas ITES da linha B, motivo pelo qual não responderam à pergunta.

Para os coordenadores de incubadoras, os fatores que influenciam esse tempo médio de incubação são: o *nível de organização do grupo incubado* (64%); *continuidade do financiamento* (52%); *Conjuntura da política pública* (49%); *Estabilidade da equipe da incubadora* (47%) e, em menor medida, o *Segmento do empreendimento* (25%).

Assim, o tempo médio de duração de incubação de um empreendimento é difícil de precisar, pois varia de acordo com elementos relacionados a características específicas dos grupos incubados (segmento, contexto), com a estratégia metodológica desenvolvida pela incubadora e com fatores externos, como a possibilidade de a incubadora ter uma continuidade nas suas atividades (recursos, políticas públicas e equipe da incubadora).

4.5 Inovações tecnológicas ou organizacionais

O espaço da incubação de EES é muito profícuo no sentido de promover inovações adequadas às realidades enfrentadas em cada contexto. A partir de uma metodologia que estimula a participação ativa dos integrantes da incubadora (estudantes, técnicos e professores) e dos trabalhadores dos empreendimentos, e que busca valorizar a cultura e o conhecimento locais, prepara-se um contexto inovador sem igual na universidade.

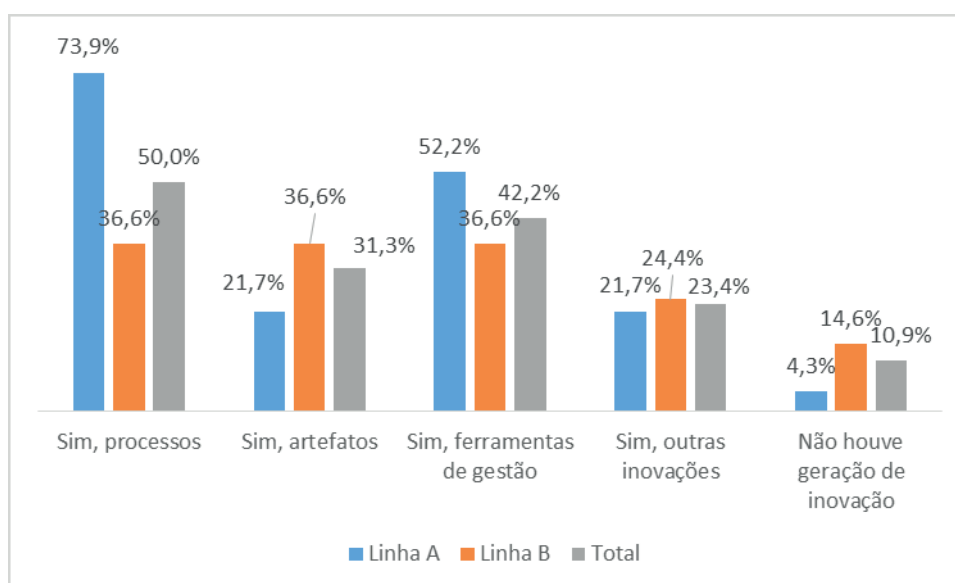
A pesquisa corroborou a hipótese de que o fortalecimento das ITES pode representar um estímulo à inovação, principalmente na perspectiva da Tecnologia Social, gerando novas ferramentas, tecnologias, metodologias, a partir do diálogo com os empreendimentos, e que podem ser difundidas e reaplicadas nos diferentes contextos de organizações coletivas e autogestionárias. A integração que as incubadoras promovem entre ensino, pesquisa e extensão (que será esmiuçada no capítulo 5) fortalece a geração de conhecimento com a perspectiva da inovação social.

Foi possível identificar uma série de inovações tecnológicas, metodológicas e organizacionais que foram construídas a partir do diálogo entre ITES e empreendimentos e dessa capacidade de aproveitar o conhecimento dos trabalhadores. Somente sete incubadoras declaram não ter realizado nenhum tipo de inovação: uma da linha A e seis da linha B.

Metade das incubadoras realizou inovações de processos (50%). Nas incubadoras da linha A em maior medida que nas da linha B (74% frente a 37% das mais novas). A inovação em ferramentas de gestão foi impulsionada por 42% das incubadoras (52% das da linha A e 37% das da linha B). Por fim, a inovação de artefatos foi empreendida por uma porcentagem menor de incubadoras (31%), no entanto, de forma um pouco mais acentuada dentre as da linha B, 37%.

Com as visitas a campo, podemos reunir evidências que ajudaram a caracterizar melhor as inovações geradas com a prática da incubação e seus resultados para além das três modalidades propostas na pesquisa (processos, artefatos e ferramentas de gestão). As que são classificadas como *outras inovações* apontam para experiências que articularam grupos e organizações para a geração de novos serviços para a comunidade local, ou ainda, o aprimoramento de atividades já exercidas pelos grupos. Essas experiências se caracterizam, essencialmente, por serem pensadas pela própria população e voltadas para o território local, tendo como exemplos a criação de uma rádio comunitária, um circuito de turismo pensado por agricultores locais ou pela comunidade tradicional, e a criação de bancos comunitários.

Outras inovações que puderam ser percebidas foram aquelas de caráter metodológico, em que a incubadora desenvolve novas abordagens e métodos para a assessoria aos grupos e comunidades. Como exemplo, podemos citar a utilização de maquetes participativas para produção de máquinas, de jogos cooperativos, da linguagem artística (teatro, música e fotografias) e métodos de simulação.

Gráfico 34 – Inovações tecnológicas e organizacionais geradas na incubação (% sim) por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

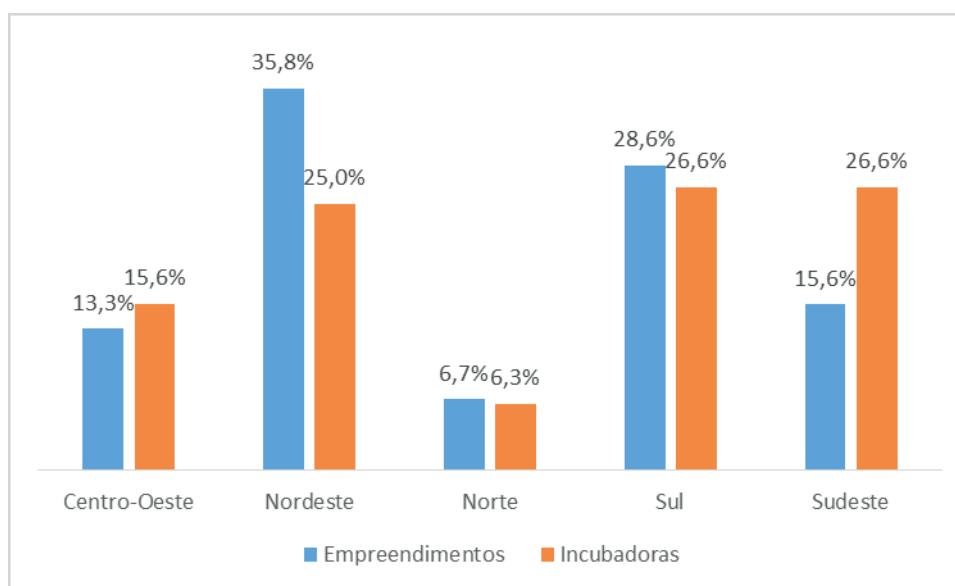
O processo de geração de inovações no âmbito das incubadoras, como afirmamos, alimenta-se muito por sua capacidade de articular ensino, pesquisa e extensão. Embora esses grupos sejam identificados centralmente por terem uma atuação sólida na extensão, a Avaliação identificou que 63% das incubadoras contaram com o apoio e a mobilização de laboratórios e grupos de pesquisa para o desenvolvimento dessas inovações.

4.6 Impactos nos empreendimentos

Como debatido anteriormente, atualmente há um leque grande de tipos de incubação, bem como uma grande diversidade de grupos beneficiados pelo trabalho das incubadoras. A incubação de EES ainda é o grande mote desses grupos apoiados pelo Proninc. Entre 2014 e 2016, as incubadoras pesquisadas acompanharam um total de 776 Empreendimentos de Economia Solidária, dos quais 73% (563 empreendimentos) foram total ou parcialmente incubados com recursos oriundos do Proninc (14% totalmente e 59% parcialmente).

Explorando esses dados para uma análise do campo da Economia Solidária, é significativo perceber que as incubadoras universitárias representam um setor sólido de fortalecimento desse campo. O número de 776 empreendimentos, que são referentes a apenas 64 das incubadoras, de um total de cerca de 110 espalhadas no país, representa algo em torno de 4% dos empreendimentos mapeados no Sistema de Informação da Economia Solidário (SIES/SENAES), que registrou um total de 19708[1] no Brasil.

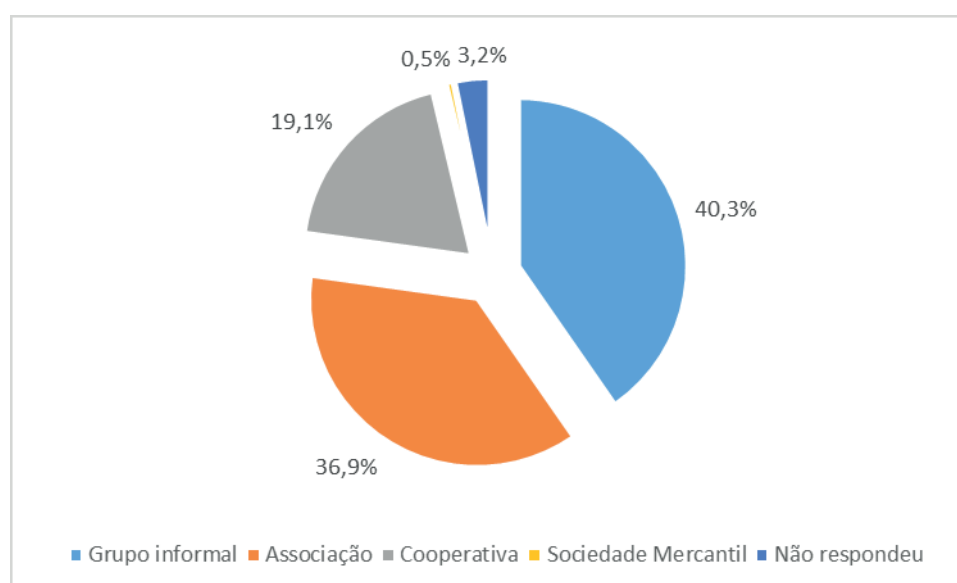
A distribuição dos empreendimentos no território nacional apresenta algumas diferenças em relação à distribuição de incubadoras. Na Região Nordeste, a porcentagem de empreendimentos elencados pelas 64 incubadoras aqui pesquisadas é de 36% enquanto que a de incubadoras é de 25%. No Sudeste acontece o contrário, é menor a porcentagem de empreendimentos (16%) que a de incubadoras (27%). No resto das regiões, o peso é parecido.

Gráfico 35 – Distribuição de EES incubados entre 2014 e 2016 e distribuição de incubadoras por região

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

[1] Fonte: http://sies.ecosol.org.br/atlas, acessado em 29/06/17, às 16h40

Ao iniciarem o processo de incubação, os grupos apresentam situações heterogêneas no que se refere a formas de organização. Enquanto 34% das incubadoras afirmam ter iniciado a assessoria com todos ou a maioria dos EES organizados, 27% trabalharam majoritariamente com trabalhadores em processo de organização, 23% com grupos desorganizados e 7% com empreendimentos em situações variadas.

É importante acrescentar que, dos empreendimentos apoiados pelas incubadoras entre os anos de 2014 e 2016 com recursos do Pronínc, 40% encontravam-se não formalizados, enquanto outros 57% apresentavam algum tipo de formalização mediante associação, cooperativa ou sociedade mercantil. Fazendo uma comparação com os dados da avaliação de 2011 (IADH), percebe-se que há uma mudança na caracterização de formalização dos empreendimentos. Enquanto em 2011, os empreendimentos eram formalizados com maior frequência como cooperativas (36%), seguido de Associação (32%) e Grupo Informal (29%), em 2016, esse número mudou, e eles passam a configurar-se principalmente como empreendimentos não formalizados (40%), seguido de Associação (37%) e Cooperativa (19%).

Gráfico 36 – % Formalização dos empreendimentos apoiados pelo Proninc (N= 563)*

Fonte: Avaliação Proninc 2017.
* Número total de empreendimentos.

O total de empreendimentos acompanhados pelas incubadoras, entre 2014 e 2016, inclui trabalhadores de diversas categorias sociais, com uma concentração em três delas, que aglutinam 64%: artesãos, agricultura familiar e catadores de materiais recicláveis[2].

Tabela 9 – Empreendimentos por segmento

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
Artesãos	200	25,8
Agricultores familiares	184	23,7
Catadores de material reciclável	114	14,7
Outros autônomos	58	7,5

[2] As categorias foram tiradas do Atlas Digital da Economia Solidária (http:// sies.ecosol.org.br/atlas) desenvolvido com base no último mapeamento realizado pela Senaes, concluído em 2013. A única categoria que adicionamos foi a de Beneficiadores(as) de alimentos em função da relevância identificada.

Beneficiadores(as) de alimentos	36	4,6
Assentados da Reforma Agrária	19	2,4
Artistas	16	2,1
Desempregados/desocupados	14	1,8
Técnicos, profissionais de nível superior	9	1,2
Outros	94	12,1
Não responde	32	4,1
TOTAL	**776**	**100,0**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Segundo as incubadoras pesquisadas, integram os empreendimentos apoiados 22.278 trabalhadores, dos quais quase a metade (48,7%) é da agricultura familiar ou de assentados da reforma agrária, 12% são artesãos e 10,5% catadores de materiais recicláveis.

Tabela 10 – Número de integrantes dos empreendimentos por categoria social predominante

	TOTAL	PORCENTAGEM
Agricultores familiares	10.847	48,08%
Artesãos	2.704	11,98%
Catadores de material reciclável	2.328	10,32%
Assentados Reforma Agrária	854	3,79%
Desempregados/desocupados	704	3,12%
Técnicos, profissionais de nível superior	549	2,43%
Artistas	488	2,16%
Beneficiamento de alimentos	254	1,26%
Org. política	195	0,86%
Outros	2.031	9,00%
Outros autônomos	1.366	6,05%
Não responde	212	0,94%
TOTAL	**22.562**	**100,00%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Um dos objetivos de atuação do Proninc através da chamada 89/2013 é gerar interfaces com outras políticas federais focalizadas no combate às desigualdades sociais. Neste sentido, era importante atingir, mediante o apoio às incubadoras, grupos vulneráveis social e economicamente, procurando inseri-los em atividades de geração de trabalho e renda. Conforme consta no próprio documento de apresentação do PBSM (Plano Brasil Sem Miséria)[3], 47% do público alvo está na área rural, o que potencializa o trabalho das incubadoras de apoio à geração de renda para trabalhadores em condições de pobreza, principalmente por haver um intenso trabalho com agricultores familiares. Além disso, catadores de material reciclável, artesãos, desempregados são grupos que também se encaixam como prioritários pelo Plano (PBSM) do Governo Federal.

Os grupos incubados não objetivam apenas a geração de renda, muitos deles se formam, inicialmente, por afinidade entre os membros, por um princípio de solidariedade com o coletivo ou com a

[3] De acordo com informações disponíveis em: http://www.mi.gov.br/web/guest/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/brasil-sem-miseria-vai-localizar-e-incluir-em-seus-programas-16-2-milhoes-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza/pop_up?_101_INSTANCE_YEkzzDUSRvZi_viewMode=print&_101_INSTANCE_YEkzzDUSRvZi_languageId=pt_BR

comunidade. Um exemplo interessante disso é a incubação de empreendimentos formados por usuários da saúde mental, que tem como foco a inclusão social desses usuários por meio do trabalho.

Há ainda grupos completamente desarticulados, com situação socioeconômica precária e sem coesão. O trabalho desenvolvido por esses empreendimentos gera prazer, reconhecimento e autoestima aos membros. Por outro lado, alguns não têm o empreendimento como a principal fonte de renda ou há ainda empreendimentos que não se consolidaram a ponto de gerar renda suficiente para os membros.

Uma característica muito encontrada entre as dinâmicas de incubação identificadas é o desenvolvimento de atividades econômicas que valorizam a cultura, o conhecimento local e vocação dos territórios no que refere a atividades produtivas. Como parte do processo de construção coletiva das estratégias de incubação, frequentemente, tenta-se priorizar produtos que sejam tradicionais daquela comunidade ou região, gerando inovações na perspectiva da Tecnologia Social, que trazem benefícios ao território a partir dos valores locais. É comum, por exemplo, o apoio a atividades de beneficiamento de frutos originários da região, desenvolvendo receitas, produtos e tecnologias específicas para o tratamento do fruto, como é o caso da cultura do marolo, na cidade de Paraguançu (MG), e do pequi, na região de Montes Claros (MG). Ou ainda apoio a grupos de comunidades tradicionais que trabalham com a valorização da história, da cultura e/ou com turismo comunitário, como é o caso do grupo indígena Potiguara na Paraíba.

Como forma de avaliar o impacto da incubação nos empreendimentos e para os beneficiários, indagamos a percepção das incubadoras e dos próprios empreendimentos sobre as dimensões em que a parceria teve maiores resultados. De acordo com as incubadoras, as modificações podem ser identificadas principalmente no que refere ao grau de participação dos integrantes nas decisões do empreendimento, na cooperação, na autoestima e reconhecimento dos membros e nas relações com o entorno.

Tabela 11 – Impactos da incubação nos empreendimentos e nos integrantes

	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Participação nas decisões do empreendimento	91,3%	75,6%	81,3%
Autoestima, reconhecimento	82,6%	75,6%	78,1%
Cooperação no empreendimento	69,6%	70,7%	70,3%
Relações com o entorno	69,6%	65,9%	67,2%
Condições de trabalho	69,6%	63,4%	65,6%
Acesso a direitos / cidadania	73,9%	53,7%	62,5%
Acesso a políticas públicas	69,6%	53,7%	60,9%
Renda	73,9%	53,7%	60,9%
Ambiente de trabalho	69,6%	58,5%	59,4%
Formação política	65,2%	48,8%	54,7%
Relações de gênero	60,9%	39,0%	46,9%
Acesso à educação formal	30,4%	39,0%	35,9%
Relações familiares	39,1%	34,1%	35,9%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Esses aspectos também foram verificados nas entrevistas aos empreendimentos, a partir da fala dos trabalhadores. É interessante poder avaliar isso a partir de uma perspectiva qualitativa, com base na experiência e na fala dos próprios envolvidos nos EES. Abaixo, seguem algumas falas de trabalhadores que foram selecionadas das entrevistas e que destacam uma série de fatores.

› **Participação no empreendimento:**

O ambiente de trabalho mudou. Quando se reúne, a gente discute coisas de trabalho e agora nos sentimos um grupão. As instalações não mudaram, mas o prédio precisa de reforma. A nossa interação com outros grupos avançou. Hoje a gente já participa de feiras para outros municípios dentro do Maciço (Território), o que não havia antes. A visibilidade aumentou porque as próprias pessoas daqui da cidade não conheciam. Agora já aumentou a visita à Associação. O único apoio no município é da Incubadora; nem a Prefeitura contribui. (Associado de um empreendimento da agricultura familiar da Região Nordeste)

E a coisa mais importante que incubadora fez foi a união que a gente tem agora. (...)Por conta deles, a gente abriu um espaço pra gente se resolver entre nós mesmos, sem precisar de prefeitura, nem de ninguém.(Membro de uma organização de catadores de materiais recicláveis da Região Sudeste)

› **Autoestima e reconhecimento:**

Talvez sem a Incubadora nós existiríamos, mas sem essa autonomia e organização e sem tanto reconhecimento e inserção (Membro de grupo cultural da Região Sul)

Fizemos cursos com os engenheiros de produção sobre qualidade dos produtos. A saúde melhorou cem por cento. A autoestima também; tanto eu como meu marido estávamos com problemas sérios, eu nem dirigia mais. Meu marido teve depressão e teve problemas de coração, eu tive hipotireoidismo cheguei a 35 kg e hoje estou com 70kg. Ir para o assentamento e trabalhar com a incubadora mudou tudo" (Membro de uma cooperativa da agricultura familiar da Região Centro-oeste)

"Depois que o professor entrou aqui com a Universidade mudou muito. Ninguém acreditava na gente. Chamavam nós de vagabundo. Só que ninguém sabia das dificuldades que a gente tinha. Que a gente não tinha água e nenhuma condição de produzir. Hoje a gente é conhecido lá fora onde o professor anda. Somos reconhecidos pela sociedade. Tudo começou pela universidade. A universidade abriu as portas. (agricultor da Região Centro-oeste)

› **Cooperação no empreendimento:**

"O relacionamento é bom e a partir do grupo a gente passou a dividir opinião. Os maridos ajudam, as crianças ajudam. (...) A gente não sabia como trabalhar em grupo. O pessoal da Universidade veio ministrar cursos de associativismo." (Criadora de galinhas na Região Nordeste)

Outra contribuição destacada na autoavaliação do impacto da incubadora é quanto à promoção de acesso a recursos para EES, entre eles destacam-se os seguintes recursos: acesso a mercados (84%), a conhecimentos e tecnologia (83%) e a articulação e parcerias institucionais (81%).

Registrou-se que as incubadoras tiveram grande importância para que os EES pudessem articular-se e ter acesso a algumas políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Pró Rural, Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (PNAPO) e Política Nacional de Resíduos Sólidos. A incubação acaba gerando impactos na organização interna do empreendimento com o apoio à gestão, comercialização e produção, como também na articulação com organizações externas que impactam diretamente o processo produtivo deles:

> *"(...) A articulação junto à incubadora social deu visibilidade à Rede, deu abertura para contatos com as prefeituras, cresceu o número de cooperados nas cooperativas. Outro ponto positivo foi a orientação voltada para o plano de negócios, que capacitou e profissionalizou os cooperados, que estão mais voltados para os negócios, sempre com o pé no chão".* Liderança de uma rede de cooperativas da agricultura familiar na Região Sul.

O principal impacto quanto à geração de renda é o tipo de público beneficiado, pois se verificou que a maior parte é de grupos colocados à margem do mercado, em atividades informais realizadas em condições precárias. O trabalho de incubação busca também fortalecer esses grupos no domínio dos processos produtivos, para que possam ter melhores retornos financeiros e possibilitar um maior acesso a direitos. Com a pesquisa qualitativa foi possível perceber que a incubação teve forte impacto no aumento de renda das mulheres, com desdobramentos do ponto de vista da autonomia e independência financeira. E isso também tem impacto na autoestima e no reconhecimento desses grupos.

Devido à presença de incubadoras e empreendimentos no interior dos estados, a atuação tem impactos perceptíveis no entorno, com resultados na economia local, mediante a geração de novas trocas e formas de comercialização. Há também geração de novos postos de trabalho, a promoção da valorização da história e cultura locais, como maior mobilização para atuação nos problemas da comunidade. Essas são outras características que se destacam na atuação da incubadora, para além da criação e formalização de empreendimentos econômicos, que equaciona e potencializa na sua atuação elementos oriundos da organização da comunidade, sem ignorar a constante troca entre a organização e o meio que a originou.

Quanto à formação política dos empreendimentos, há incubadoras que conseguiram sólidos avanços na formação política dos trabalhadores. Eles relatam que o processo de incubação tem "aberto a mente" e "ampliado os horizontes". No entanto, há casos de incubadoras que quase não exerceram impacto nesse aspecto, direcionando sua atenção a outras atividades técnicas.

A autoavaliação das incubadoras, quanto aos resultados esperados com a metodologia aplicada, é bastante positiva: 94% afirmaram que *os resultados estão dentro do esperado*, sendo que 77% dessas afirmaram que *parcialmente* e 17% *totalmente*. Não se observam grandes discrepâncias entre as incubadoras da linha A e as de linha B, mas há uma leve tendência a uma avaliação mais positiva nestas últimas.

Capítulo 5
A relação das incubadoras com a Instituição de Ensino Superior

A institucionalização de uma Incubadora Tecnológica de Economia Solidária nas Instituições de Ensino Superior (IES) é um processo capaz de afirmar sua autonomia universitária e prover reconhecimento interno e externo. Acontece em diferentes fases e procedimentos (formais e informais), mediante ações e articulações que envolvem diversas instâncias e níveis de organização. Neste capítulo, abordaremos a inserção das incubadoras na IES, os fatores que favorecem ou obstaculizam sua institucionalização, seus diferentes graus de sustentabilidade, a contribuição e integração das atividades de ensino-pesquisa-extensão e o processo de formação das equipes das incubadoras (estudantes, técnicos e professores).

5.1 Objetivos do Proninc em relação às Instituições de Ensino Superior

A expectativa da Senaes em 2003, com a criação do Proninc, era de que o potencial de conhecimentos gerados nas IES, e sua transferência, fosse materializado no apoio e organização de empreendimentos cooperativos que visassem proporcionar trabalho e renda, com foco na inclusão social de segmentos pobres. Assim, ao abrigar as incubadoras nas IES, por meio da integração ente ensino, pesquisa e extensão, se cumpriria o objetivo V do Proninc (BRASIL, 2010) de formação de profissionais para atuação na Economia Solidária, no apoio de organizações comunitárias para solução de seus problemas e na geração de novos conhecimentos teórico-metodológicos.

Ao longo desse percurso, buscou-se consolidar, por meio da atuação das incubadoras, a missão da Universidade de retorno à sociedade, de troca de seus saberes acadêmicos com os saberes tradicionais e de construção de relações menos desiguais nos âmbitos social, econômico e ambiental.

Atualmente, há dentre os objetivos das incubadoras universitárias elencados por Farid Eid (2014, p. 7-8), quatro que estão diretamente ligados com o ambiente acadêmico:

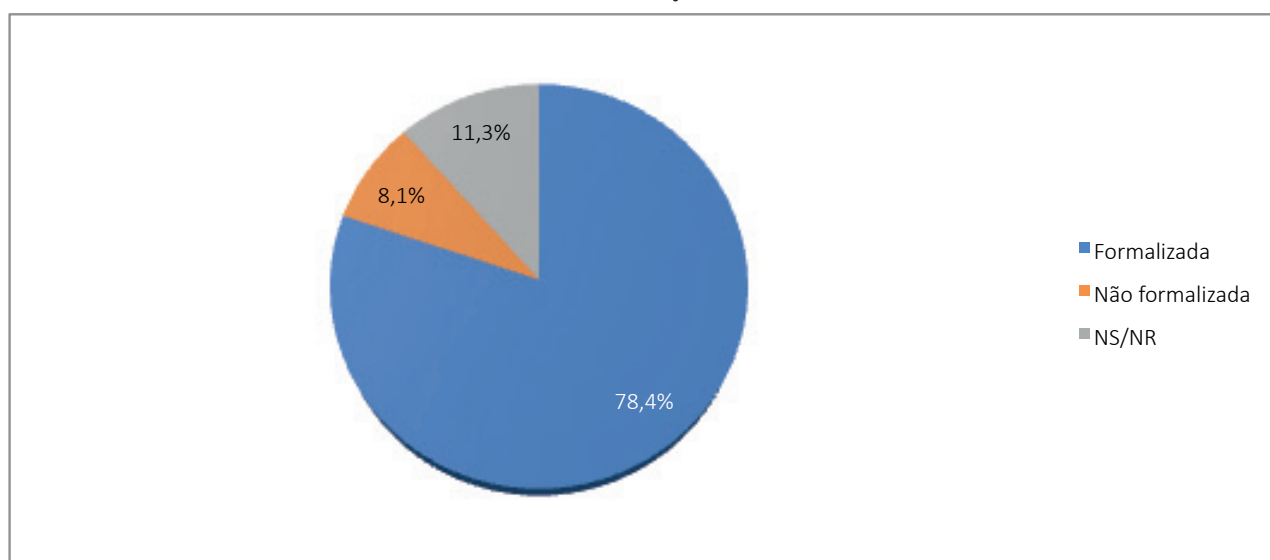
- Produzir, disseminar e transferir conhecimentos sobre Economia Solidária, de forma transdisciplinar, tornando-os acessíveis à sociedade;
- Capacitar multiplicadores para a difusão e desenvolvimento de conhecimentos produzidos na universidade, visando à criação de assessoria aos empreendimentos solidários;
- Introduzir nos programas institucionais da universidade, de forma indissociada, em nível de pesquisa, ensino e extensão, os princípios e objetivos da Economia Solidária;
- Contribuir para a formação de incubadoras universitárias com a difusão dos princípios da Economia Solidária.

Por isso, torna-se importante observar o processo de articulação e de consolidação da institucionalização dessas incubadoras nas IES na busca pela sua sustentabilidade, por maior visibilidade de suas atividades no ambiente acadêmico e pela concretização de seus objetivos. Pela percepção de que o Proninc tem sido fundamental para o enraizamento das incubadoras na estrutura das universidades, esse processo de institucionalização das incubadoras, principalmente das de Linha B, tornou-se um dos objetivos dessa avaliação.

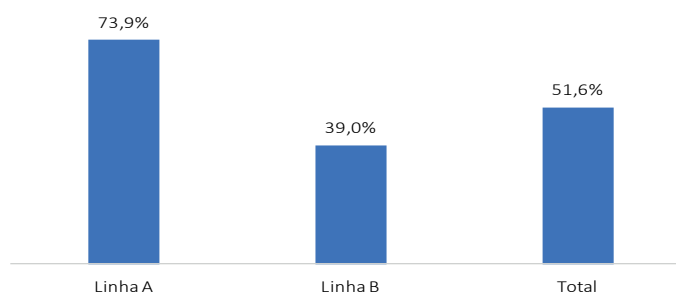
5.2 Formalização e inserção institucional das incubadoras pesquisadas

Desde os debates realizados pela equipe de pesquisa com as incubadoras nos seminários regionais de preparação do modelo de avaliação, a temática da institucionalização no âmbito das IES se colocou como um eixo importante para entender a situação das incubadoras. Por isso, foram inseridas questões no levantamento quantitativo que buscavam identificar os diferentes caminhos percorridos, levando em consideração a diversidade de ambientes institucionais em que se desenvolvem.

A primeira aproximação à temática se deu no questionário prévio, no qual se perguntou em que ano as incubadoras tinham sido formalizadas, sem maiores precisões sobre o que essa formalização significava. Nessa instância, a porcentagem de incubadoras que responderam que não eram formalizadas foi de 8%, tendo um alto índice de casos que não responderam, o que pôde ser mais bem esclarecido no outro questionário.

Gráfico 37 – Formalização da Incubadora (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Uma segunda aproximação foi realizada no questionário presencial, no qual foi questionado se a incubadora era "institucionalizada", sem detalhamento do que essa institucionalização implicava. Os dados mostram que menos incubadoras se consideram "institucionalizadas" do que "formalizadas". Do total, 52% afirmaram, pelo questionário, serem institucionalizadas na Instituição de Ensino Superior, e 48% indicaram a ausência de institucionalização.

Gráfico 38 – Institucionalização da incubadora na IES por linha (% de institucionalizadas)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A partir do que foi presenciado nas visitas em campo, é possível afirmar que é frequente que as incubadoras de linha A tenham reconhecimento nas pró-reitorias das IES e estejam institucionalizadas, ou, no mínimo, em processo de institucionalização. Já nas incubadoras de Linha B, é mais frequente um reconhecimento, mas não sua institucionalização. Isso se confirma na pesquisa quantitativa, que mostra que 39% das incubadoras da linha B são institucionalizadas, enquanto que das da linha A 74% são institucionalizadas. Cabe detalhar que, ainda a partir das visitas a campo, foi observado na Linha B, particularmente na Região Sudeste, uma tendência aquém do padrão geral nesse quesito, com relatos de muitas dificuldades tanto para se ter um reconhecimento e valorização dentro das IES, quanto para se obter uma institucionalização.

Ao analisarmos a institucionalização por tipo de instituição que abriga a incubadora (*ver tabela 10*), observamos que nas Universidades Estaduais o nível de institucionalização é ligeiramente maior que nas Federais. Os Institutos Federais e Cefets apresentam o nível mais baixo de institucionalização, com apenas uma de cada três incubadoras institucionalizadas.

Tabela 12 – Tipo de instituição x Institucionalização (% de institucionalizadas)

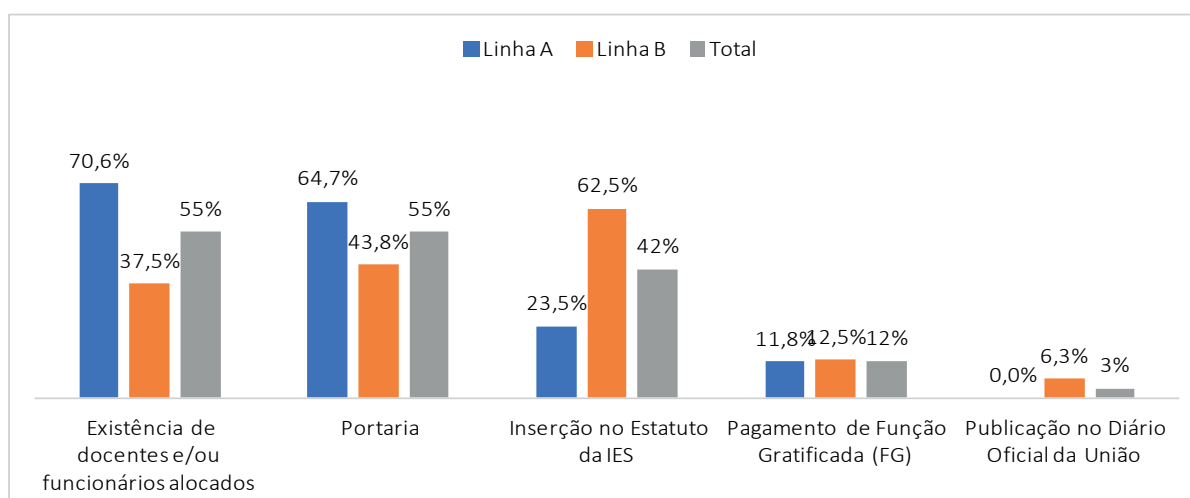
TIPO DE INSTITUIÇÃO	INSTITUCIONALIZAÇÃO NA IES
Universidade Federal	50,0%
Universidade Estadual	58,3%
Instituto Federal / Cefet	33,3%
Parque Tecnológico	50,0%
Instituições privadas/ comunitárias	57,1%
Fundações	100,0%
TOTAL	**51,6%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

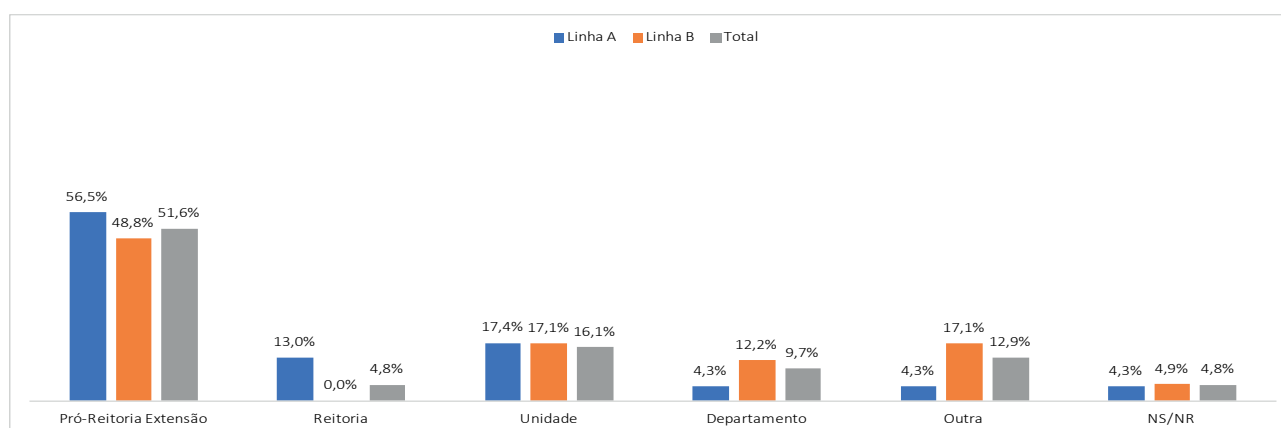
A concentração de incubadoras da chamada 89/2013 em tipos de instituições das mais variadas como fundações, parques tecnológicos e núcleos, pode interferir na avaliação da institucionalização. Pelo fato de se instalarem em estruturas diferentes e dentro de um de vários *campi* dos Institutos Federais, ou por não se denominarem como incubadoras universitárias nos Parques Tecnológicos, alguns casos não se aproximavam dos critérios estabelecidos na avaliação.

Como forma de precisar mais o que entendemos por institucionalização, a pesquisa abordou os distintos componentes que podem indicar uma inserção mais estável e duradoura da incubadora na estrutura da IES, como a publicação de Portarias, a publicação no Diário Oficial da União, a existência de docentes ou funcionários alocados ou a inserção no estatuto da IES. Dentre todos que responderam que a incubadora era institucionalizada (52% das 64 pesquisadas), os fatores mais elencados foram *Portaria* e *Existência de docentes e/ou funcionários alocados*; seguidos de *Inserção no Estatuto da IES*. A pergunta sobre esse tema permitia que as incubadoras mencionassem mais de uma opção.

A institucionalização das incubadoras da linha B se configura mais por *Inserção no estatuto da IES* (62,5%) que as da linha A (23,5%), enquanto estas se configuram por *Existência de docentes e/ou funcionários alocados* (70,6%); e *Portaria* (64,7%).

Gráfico 39 – Fatores que configuram a institucionalização (% que apresenta o fator de institucionalização)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

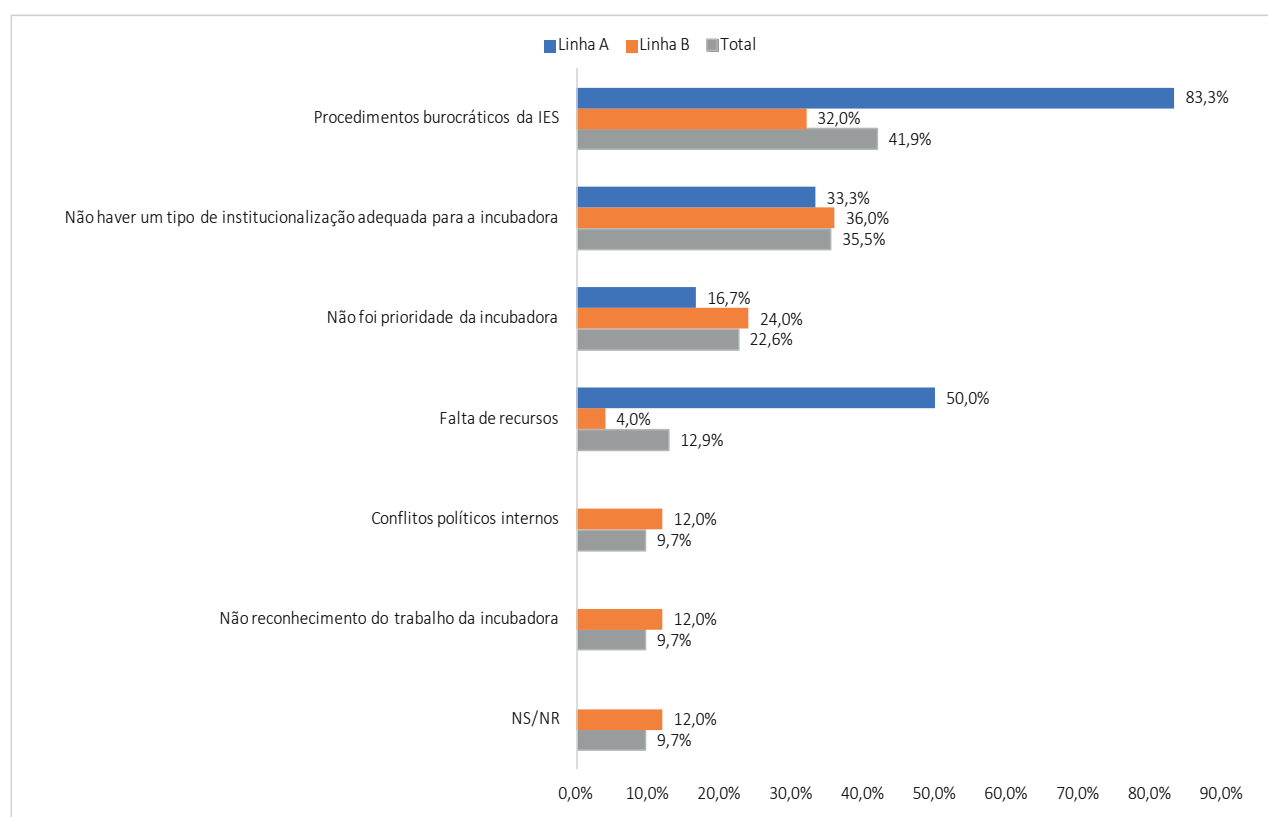
No que tange ao tipo vinculação das incubadoras com as IES, não se verificou uma diferença situacional entre as análises de panorama geral e de recorte por linha A e B. Pouco mais da metade das incubadoras possui vínculo com a pró-reitoria de extensão, ilustrando, quantitativamente, um alinhamento estratégico visto na prática, em função do caráter da atuação e dos objetivos pelos quais trabalham essas instâncias. Apesar disso, em relação às avaliações anteriores, observa-se uma diminuição da porcentagem de incubadoras vinculadas a pró-reitorias de Extensão: em 2005 era de 63% (VARANDA; CUNHA, 2007) e em 2011 era de 73% (IADH, 2011). É possível que as novas incubadoras, de Linha B, venham tendendo a buscar outras formas de institucionalização, já que, em comparação com as da Linha A, sua proporção de vínculo com pró-reitorias de Extensão é ainda menor (49%).

Gráfico 40 – Vinculação institucional das incubadoras por linha (%)%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Com relação aos obstáculos à institucionalização, a amostra analisada contou com 31 respondentes (48,4% do universo), isto é, apenas as incubadoras classificadas na questão anterior como *não institucionalizadas*. As respostas eram múltiplas e, dentre elas, os fatores mais indicados como obstáculos foram: os *procedimentos burocráticos da IES* (41,9%), *não haver um tipo de institucionalização adequada para a incubadora* (35,5%) e *não ser prioridade para a incubadora* (22,6%), sendo os dois últimos mais mencionados dentre as incubadoras de Linha B, enquanto as de Linha A mencionaram mais os procedimentos burocráticos (cinco respostas de um total de seis incubadoras). Dentre as incubadoras de

Linha A, três casos afirmaram que a falta de recursos também foi um fator limitador deste processo, enquanto na Linha B apenas um caso (4%) marcou essa afirmativa. Os dados demonstram que os motivos que dificultam a institucionalização são diferentes entre as incubadoras mais antigas, de grande maioria já institucionalizadas, e as mais novas, que não apontam uma falta de recursos e sim uma inadequação diante das formas já preexistentes dentro das IES, que podem levar a não prioridade.

Gráfico 41 – Fatores que dificultam a institucionalização

(% que apresenta o fator que dificulta a institucionalização)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Apesar das dificuldades pontuadas, a maior parte das incubadoras (74%), inclusive as já institucionalizadas, manifestou interesse em avançar em seu processo de institucionalização. Porém, 14,6% das incubadoras de Linha B não souberam ou não responderam a essa questão, talvez por ainda terem outras metas como prioridade.

Quando perguntadas abertamente sobre as estratégias utilizadas para avançar na institucionalização, a *busca por uma sede*, *por equipamentos* e *equipe* apareceu, na fala de muitas, como um primeiro passo na disputa de um reconhecimento formal por parte da instituição na qual estão inseridas. Também foram mencionadas nas respostas as *estratégias de diálogo com a reitoria*, o *entendimento do funcionamento da universidade* e a *"curricularização" da extensão*.

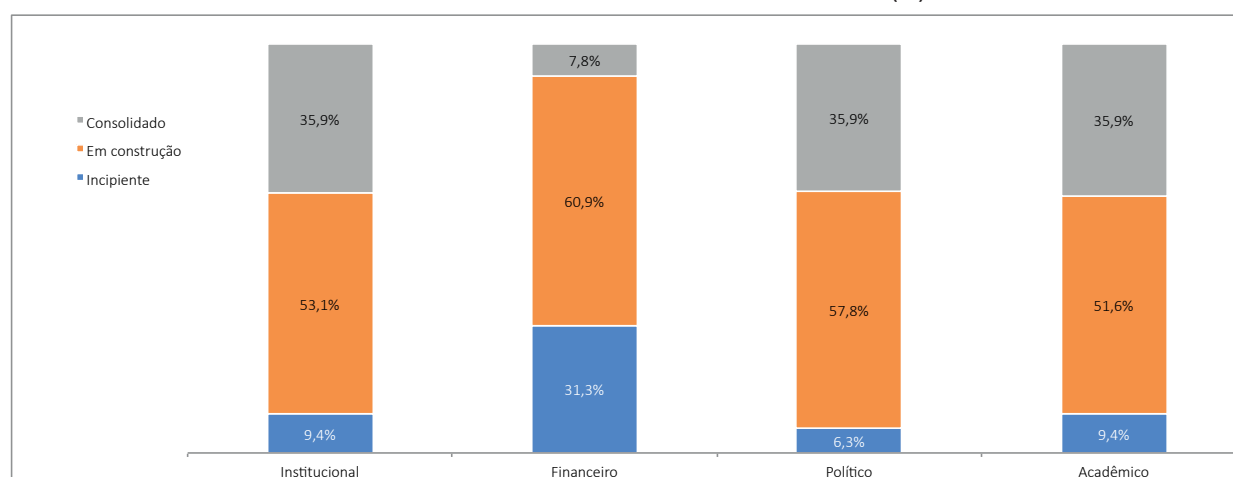
5.3 A sustentabilidade da incubadora

A busca pela sustentabilidade da incubadora é um desafio permanente e está relacionada com sua visibilidade no espaço da IES, com sua capacidade de manter as atividades para além de recursos de uma fonte específica e com a articulação com as políticas públicas municipais, estaduais e federais. Nesse sentido, procuramos analisar a autopercepção das incubadoras sobre o grau de sustentabilidade,

não apenas no eixo financeiro, mas também nos eixos acadêmico, político e institucional, a fim de mapear todo esse cenário.

O autossustento das incubadoras foi sinalizado, em alguns relatórios qualitativos, como *possível*, por meio de recursos de projetos da própria IES. Contudo, essa tendência não é universal em todas as regiões, tendo sido identificada apenas nas incubadoras de Linha A das regiões Sul e Sudeste.

Quando consultadas sobre a situação em que a incubadora se encontra em relação a diferentes dimensões da sustentabilidade, a que aparece como mais crítica é a financeira: somente 8% das incubadoras consideram a sustentabilidade financeira como consolidada e 31% a consideram como incipiente.

Gráfico 42– Grau de sustentabilidade da incubadora (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Conforme pode ser visto na Tabela 13, as incubadoras de Linha B concentraram suas respostas no item em construção para os quatro eixos analisados: institucional, político, acadêmico e financeiro. Não obstante, nas três primeiras dimensões, cerca de um quarto das incubadoras consideram que possuem um grau de sustentabilidade consolidado. Já no aspectos financeiro, apenas uma incubadora, das 41 visitas da Linha B, considera sua situação como consolidada, e 16 consideram-se em estado incipiente. Com relação às incubadoras de Linha A, a maioria considerou que o grau de sustentabilidade pode ser considerado consolidado nos eixos institucional, político e acadêmico, mas em construção no eixo financeiro.

Tabela 13 – Nível de sustentabilidade das incubadoras por eixo e por linha

		LINHA A	LINHA B	TOTAL
INSTITUCIONAL	Incipiente	8,7%	9,8%	9,4%
	Em construção	34,8%	63,4%	53,1%
	Consolidado	52,2%	26,8%	35,9%
	NS/NR	4,3%	0	1,6%
FINANCEIRO	Incipiente	17,4%	39,0%	31,3%
	Em construção	65,2%	58,5%	60,9%
	Consolidado	17,4%	2,4%	7,8%
	NS/NR	0,0%	0,0%	0,0%
POLÍTICO	Incipiente	0,0%	9,8%	6,3%
	Em construção	47,8%	63,4%	57,8%
	Consolidado	52,2%	26,8%	35,9%
	NS/NR	0,0%	0,0%	0,0%
ACADÊMICO	Incipiente	0,0%	15,0%	9,4%
	Em construção	36,4%	62,5%	51,6%
	Consolidado	63,6%	22,5%	35,9%
	NS/NR	0,0%	0,0%	3,1%
TOTAL		**100,0**	**100,0**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Essa questão aponta como a sustentabilidade financeira, que também perpassa as condições de infraestrutura, é um dos maiores desafios enfrentados pelas incubadoras, mesmo para as que já possuem maior tempo de experiência.

5.4 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

As atividades que buscam a integração ensino-pesquisa-extensão são consideradas como um ponto forte nas incubadoras, de acordo com as entrevistas com gestores e estudantes e com o questionário presencial. Para além de seu trabalho extensionista com os empreendimentos econômicos solidários, as incubadoras têm um alto impacto no interior das IES, contribuindo em disciplinas de graduação e pós-graduação e incentivando pesquisas, publicações e participação em eventos para apresentação de artigos.

Durante as visitas de campo e nas entrevistas com gestores das IES tentou-se avaliar qualitativamente o grau de reconhecimento da incubadora e de sua contribuição na IES. É importante destacar que, na maioria das entrevistas, os gestores das IES, em geral pró-reitores de Extensão, reconheciam o trabalho das incubadoras e sua importância no contexto acadêmico e na relação com a sociedade. O que se expressa nos exemplos destacados abaixo:

BOX – Exemplos de falas de Gestores sobre as contribuições das ITES

› **Pró-Reitora de Extensão e Cultura (Região Centro-Oeste)**

"A Universidade acompanha as ações exercidas pela Incubadora desde o início da mesma e se orgulha pelos resultados obtidos. Um dos resultados mais importantes desse projeto é ver uma filha de Catadores envolvidos nos empreendimentos incubados estudando medicina na UFG. Essa filha de Catadores que passou no vestibular e está fazendo medicina, entrou pelas cotas, mas os pais dela participam da cooperativa, estão participando do projeto da incubadora. Quando eles, os catadores, entram na universidade para participar das incubadoras, sentem orgulho e, estando na universidade, passam para os filhos que essa possibilidade é possível"

› **Diretora de Ensino Pesquisa e Extensão (Região Centro-Oeste)**

"A incubadora é de extrema relevância para gente. Nesses cinco anos, a incubadora foi um carro chefe do instituto. Foi um marketing positivo para a instituição. Divulgou o IFMS para a comunidade. O momento político é ruim para os IFs. Falta de financiamento. Financiamento é imprescindível para a incubadora"

› **Vice-Diretora do campus (Centro-Oeste)**

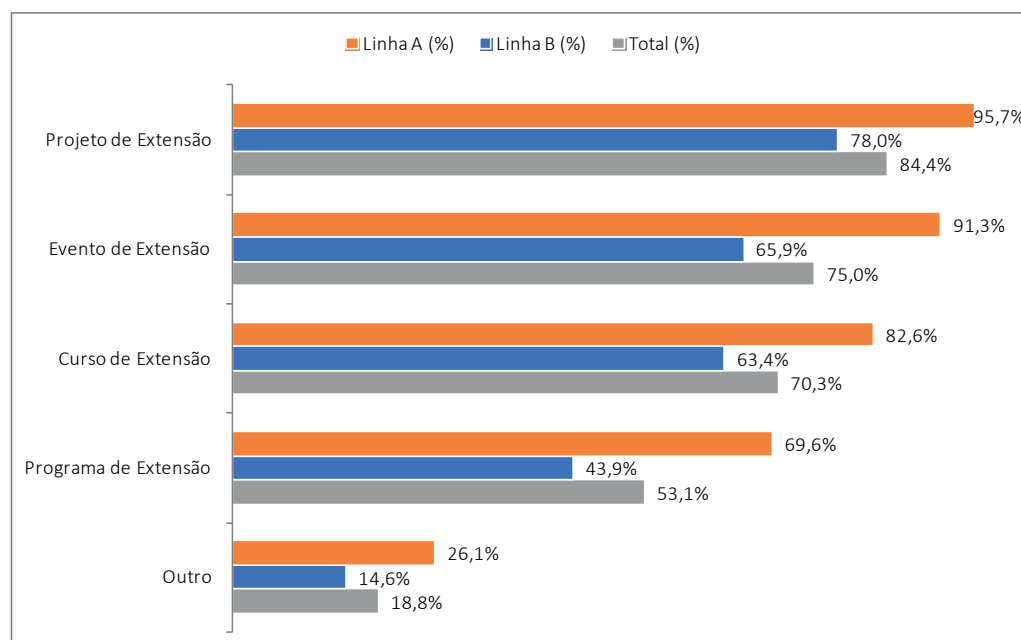
"Do ponto de vista acadêmico, a incubadora é um grande laboratório, importante para os incubados e para os alunos de graduação, para formação desse capital social. Leva o processo de formação do pessoal, do entendimento da prática, e desempenha um papel importante para a sociedade na medida em que ela capacita grupos. [...]. A universidade é estruturada em caixinhas... Quando você tem uma atividade que perpassa essas caixinhas a gente não sabe onde colocar ela. Ela vai além do curso, além de uma unidade acadêmica, aí a gente tem dificuldade."

› **Pró-reitor de extensão (Região Nordeste)**

"Não vemos necessidade de curricularização da extensão, mas, extensionalização do currículo. Para isso, a Incubadora é um espaço rico, transdisciplinar. A Incubadora tem um papel importante tanto no ensino quanto na pesquisa."

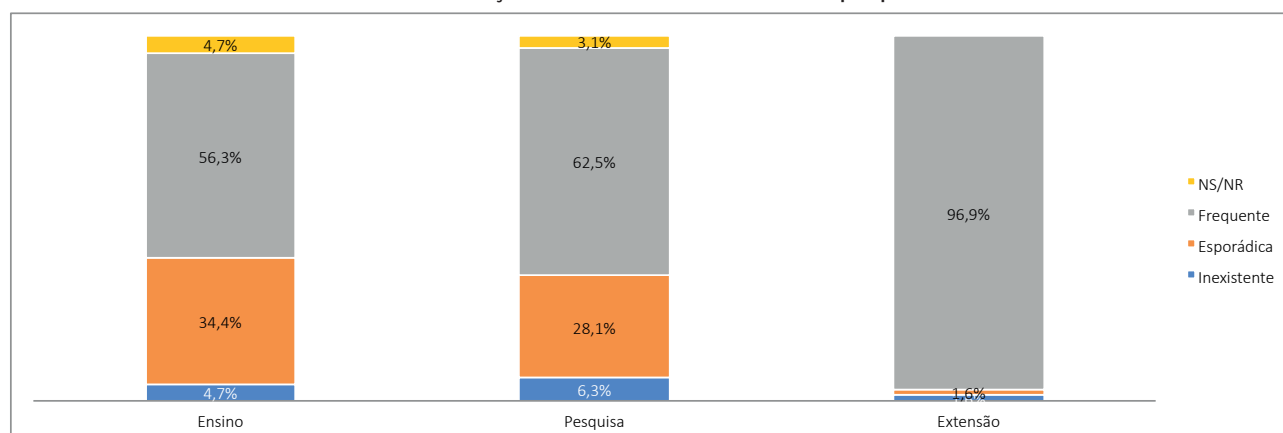
No entanto, considera-se que dois fatores prejudicaram o reconhecimento em alguns casos: a falta de conhecimento mais profundo dos gestores sobre a temática da Economia Solidária e a localização do gestor entrevistado em um campus diferente do que a incubadora atua.

Entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas e mais citadas pelas incubadoras, estão: projetos, eventos e cursos de extensão. Essas ações buscam visibilizar o trabalho de incubação no espaço acadêmico, além de aproximar estudantes, técnicos e professores dos empreendimentos econômicos solidários. Um grande número de incubadoras informou desenvolver formalmente atividades de extensão, como projetos de extensão (84%), eventos de extensão (75%) cursos (70%) e programas de extensão (53%). Em muitos casos, a própria incubadora é formalizada como um programa ou projeto de extensão. Um olhar mais pormenorizado da linha A e da linha B mostra que incubadoras da primeira linha, muito em função de seu tempo de atuação, desenvolvem mais atividades formalizadas de extensão. As atividades citadas na categoria *Outros* são disciplinas, feiras, cursos, eventos de ensino e pesquisa e grupos de estudos**.**

Gráfico 43 – Atividades formalizadas de extensão que a incubadora promove por linha (% que promove)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Foi possível constatar que a autoavaliação da contribuição das incubadoras em relação aos pilares de ensino, pesquisa e extensão, geralmente, pende mais para o lado da extensão: 97% das incubadoras consideram que a contribuição da incubadora em relação à IES é frequente em extensão, independentemente da linha. Existem algumas diferenças relevantes na avaliação da contribuição em pesquisa e ensino entre as incubadoras da linha A e da linha B, com melhores resultados para as primeiras. Novamente, estes resultados se explicam pelo tempo de atuação, consolidação e reconhecimento no interior da IES.

Gráfico 44 – Contribuição da incubadora à IES em ensino, pesquisa e extensão (%)

NS/NR
Frequente
Esporádica
Inexistente
Ensino: 4,7% | 56,3% | 34,4% | 4,7%
Pesquisa: 3,1% | 62,5% | 28,1% | 6,3%
Extensão: 96,9% | 1,6%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

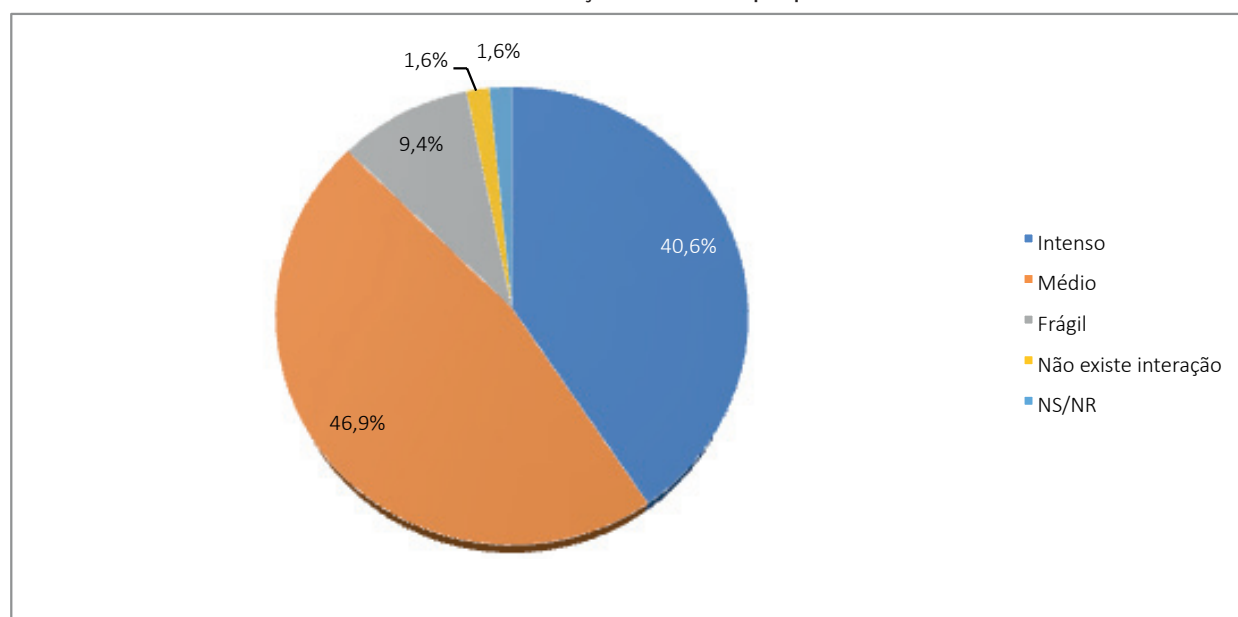
Mas, de forma geral, foram também indicadas como frequentes as atividades de ensino (56%) e de pesquisa (63%) pelas incubadoras tecnológicas de economia solidária, fortalecendo-as como espaço que consegue cumprir o objetivo de integração como poucos outros nas IES.

Um elemento externo que corrobora essa afirmação pôde ser identificado no Seminário Nacional da Avaliação Proninc 2016, na fala de Rodrigo Fonseca, diretor entre os anos 2014 e 2015 da

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e que participou por anos da articulação de fortalecimento do Proninc. Segundo ele, não há nenhum outro tipo de núcleo, projeto ou espaço dentro das IES que trabalhe de forma tão estruturada a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão como as incubadoras tecnológicas universitárias de economia solidária.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas incubadoras merece lugar de destaque, principalmente, por conta do cenário predominante nas IES que priorizam o ensino e a pesquisa e deixam a extensão num campo isolado, beirando ao desconhecimento da comunidade acadêmica. A despeito dessa realidade, há uma série de atividades de extensão realizadas pelas incubadoras que servem como contraponto a essa tendência e que podem ser reforçadas e mais visibilizadas a partir do Plano Nacional de Educação, divulgado em 2014, que identifica como estratégia da educação superior "*assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social*" (PNE, 2014). Apoiadas nesta recente medida do MEC, as incubadoras podem aumentar sua capilaridade nas IES e também na sociedade, contribuindo para a missão da universidade de cumprir sua função social.

Quando indagadas sobre o grau de integração entre ensino, pesquisa e extensão, 41% das incubadoras consideram que a articulação é *intensa*, 47% dos respondentes afirmam que a integração entre as três áreas é *média* e 10% consideram que é *frágil* ou que *não existe interação*, como pode ser visto no ***Gráfico 45***. As incubadoras tendem a ser autocríticas e a buscar melhorias nesse âmbito, sendo considerado um diferencial das ITES.

Gráfico 45 – Grau de interação entre ensino, pesquisa e extensão (%)

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Mais uma vez, na interação entre ensino, pesquisa e extensão, as incubadoras da linha B são mais críticas em relação a sua atuação, com maior percentual de *médio* e *fraco* do que as respostas de Linha A. De qualquer forma, considerando o pouco tempo de funcionamento daquelas incubadoras, já é significativo o número que considera a interação como *média* (49%) e como *intensa* (34%).

5.5 ITES e a relação com a pesquisa e o ensino

A evidência coletada na pesquisa permite destacar o envolvimento das incubadoras com as atividades de pesquisa e ensino, o que refuta a ideia comumente difundida entre os pares acadêmicos de que ao se trabalhar com extensão, não se desenvolve pesquisa. A maioria das incubadoras (71,9%) afirmou ter envolvimento com grupos de pesquisa, sendo esse vínculo um pouco mais nítido entre as incubadoras da linha A.

Tabela 14 – Porcentagem de envolvimento de incubadoras com atividades de pesquisa e ensino (% que está envolvida)

	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Vínculo com grupos de pesquisa	82,6%	65,9%	71,9%
Vínculo com programa de Pós-Graduação	78,3%	36,6%	51,6%
Contribuição em disciplinas de graduação e pós-graduação	87,0%	63,4%	71,9%
Contribuição com disciplinas de extensão	21,7%	22,0%	21,9%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A interação com programas de pós-graduação é registrada numa porcentagem menor de incubadoras: 51,6% do total indicam ter vínculo, com situações díspares entre linha A e linha B. O baixo alinhamento das incubadoras de Linha B às atividades de pesquisa pode ser resultante de sua ainda reduzida capilaridade na IES e na orientação de seu foco inicial para o trabalho junto aos empreendimentos econômicos solidários.

Além disso, a maioria das incubadoras (71,9%) destacou a participação em disciplinas de graduação e pós-graduação. Novamente, com diferenças entre linha A e linha B. A partir das respostas abertas sobre quais disciplinas eram ministradas, foi possível identificar um maior número de disciplinas na graduação em comparação com as da pós-graduação, tais como: Empreendedorismo Social e Finanças Sociais, Ocupação Humana e Trabalho, Cooperativismo e Introdução à Economia Solidária.

Com relação às chamadas "disciplinas de extensão", geralmente ligadas a algum projeto ou atividade de extensão, elas são uma modalidade criada em algumas IES, surgidas em alinhamento com a estratégia do Plano Nacional de Educação supracitada. A maioria das incubadoras (76,6%) afirmou ainda não utilizar desse recurso. Isso reflete o fato de a consolidação da extensão como uma atividade curricular ainda ser um processo incipiente na maioria das IES, tendo estímulo maior nas universidades federais que nos outros tipos de instituição aqui estudados.

A produção acadêmica e a produção técnica das incubadoras também têm se mostrado relevante, conforme mapeamento feito nesta avaliação entre os anos de 2014 a 2016. As categorias utilizadas como base para realização do mapeamento foram extraídas da classificação feita pelo CNPq. Os dados abaixo reforçam o vínculo que as ITES possuem com a formação na graduação e pós-graduação, além de pesquisas e inovações em andamento.

Com relação à produção acadêmica, há dois grandes destaques: as *apresentações de trabalho e palestras* e as *publicações de trabalhos em anais de eventos*. É preciso destacar também as *monografias* (270), *dissertações* (82) e *teses* (32) que, juntas, somam 384 publicações que abordam temas acerca do cotidiano dos empreendimentos e incubadoras. Esses números indicam a relevância do papel das incubadoras no ambiente acadêmico, na busca pela produção de trabalhos mais conectados com as demandas da sociedade e por uma formação integrada em ensino, pesquisa e extensão para os estudantes.

Tabela 15 – Média e total de produção acadêmica por linha

	MÉDIA			SOMA		
	LINHA A	LINHA B	TOTAL	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Artigos completos publicados em periódicos	5,3	2,3	3,4	123	89	212
Artigos aceitos para publicação	2,2	2,1	2,1	50	82	132
Livros completos	1,5	0,6	0,9	34	24	58
Capítulos de livros	3,3	1,7	2,3	77	68	145
Texto em jornal ou revista(magazine)	2,5	0,4	1,2	57	17	74
Trabalhos publicados em anais de eventos	14,9	6,8	9,8	343	264	607
Apresentação de trabalho e palestra	21,2	9,1	13,6	488	353	841
Prefácio, posfácio	0,6	0,1	0,3	13	3	16
Monografias, TCC (graduação)	6,8	2,9	4,4	157	113	270
Dissertações de mestrado	2,5	0,6	1,3	57	25	82
Teses de doutorado	0,7	0,4	0,5	15	17	32
Comunicação / pôster	12,3	3,3	6,6	283	129	412
Outros	3,3	0,4	1,5	93	38	131
TOTAL				**1790**	**1222**	**3012**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

No caso da produção técnica, o mapeamento destacou as atividades de *Assessoria e Consultoria* (583), *Cursos de Curta Duração* (471) e *Entrevistas e Mesas Redondas* (377) como as mais realizadas pelas incubadoras no período avaliado. É importante destacar que, apesar das incubadoras de Linha A contarem com mais tempo de atuação e experiência no meio acadêmico, tanto para a produção acadêmica quanto para a técnica, no período de 2014-2016, observou-se uma disparidade considerável entre os números das duas linhas. Contudo, considerando que as incubadoras de Linha B estavam iniciando seu processo de formação e construção da metodologia de trabalho com os empreendimentos, as produções apresentadas são bastante relevantes para demarcação de seu espaço e importância nas universidades.

Tabela 16 – Média e total de produção técnica por linha

	MÉDIA			SOMA		
	LINHA A	LINHA B	TOTAL	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Documentos de apoio aos empreendimentos	10,0	2,5	5,3	229	94	323
Assessoria e consultoria	20,1	3,2	9,6	463	120	583
Extensão tecnológica	2,9	1,2	1,8	66	44	110
Programa de computador sem registro	0,8	0,3	0,5	18	13	31
Produtos	2,6	1,8	2,1	60	68	128
Processos ou técnicas	1,6	0,7	1,1	37	28	65
Artefatos tecnológicos	0,0	0,0	0,0	1	1	2
Trabalhos técnicos	2,4	2,7	2,6	56	104	160
Cartas, mapas ou similares	0,8	0,7	0,8	19	27	46
Curso de curta duração	12,5	4,8	7,7	287	184	471
Desenvolvimento de material técnico	5,2	1,1	2,6	119	41	160

Editoração	2,0	0,6	1,1	45	24	69
Manutenção de obra artística	0,2	0,0	0,1	5	0	5
Maquetes	0,4	0,4	0,4	10	15	25
Entrevistas, mesas redondas...	8,5	4,8	6,2	196	181	377
Relatório de pesquisa	2,9	2,5	2,6	66	94	160
Redes sociais, websites	1,8	1,4	1,6	42	53	95
Patentes	0,1	0,1	0,1	3	4	7
Logomarcas	5,7	1,3	3,0	130	51	181
Relatórios técnicos	4,9	4,7	4,8	112	179	291
Produtos audiovisuais	3,9	0,6	1,9	90	24	114
Outros	3,6	1,0	2,0	204	132	336
TOTAL				**2258**	**1481**	**3739**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

5.6 Formação dos integrantes da incubadora

De acordo com levantamento feito pela Avaliação Proninc, em 2016, de 2014 a 2016 passaram pelas 64 incubadoras avaliadas 1853 integrantes, sendo 1096 estudantes no total, entre graduandos, mestrandos e doutorandos, que representam mais da metade do percentual de integrantes.

Tabela 17 – Integrantes das incubadoras

TIPO DE VÍNCULO	Nº	PORCENTAGEM
Professor	311	16,8
Graduando	993	53,6
Mestrando	65	3,5
Doutorando	38	2,1
Técnico da universidade	57	3,1
Técnico CLT	68	3,7
Técnico com bolsa	257	13,9
Sem vínculo	11	0,6
Não respondeu	53	2,9
TOTAL	**1853**	**100**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

O processo de formação da equipe é parte essencial do trabalho desenvolvido pelas incubadoras. O objetivo de formar quadros para atuar no campo da Economia Solidária e na extensão universitária e a preocupação de aproximar a formação dos estudantes da realidade social constituem eixos essenciais do trabalho das incubadoras. Foi possível identificar que o processo de formação, técnica ou acadêmica, ocorre por meio das mais variadas metodologias, tais como oficinas, seminários, rodas de conversa. Em todas as entrevistas feitas com os estudantes, integrantes atuais ou egressos da incubadora, foram ouvidos relatos de transformação da vida pessoal e acadêmica, podendo ser mais forte uma formação técnica ou política, a depender do perfil da incubadora. O benefício predominantemente citado foi a capacidade de aplicação dos conhecimentos teóricos na prática, como é possível observar nas falas destacadas a seguir:

BOX – A opinião dos estudantes das incubadoras sobre formação técnica, acadêmica e política

Aluna do curso de Serviço Social: *"me achei na Economia Solidária, não consigo mais me ver em outro campo".*

Aluno do curso de Sistema de informação: *"Eu aprendi a aplicar a parte empreendedora da Administração, além de adaptar para a economia solidária. Na administração capitalista a gente só vê o lucro. Aqui a gente tem que não apenas crescer o grupo como garantir qualidade de vida para as pessoas do EES."*

Alunos de curso não identificado: *"A economia solidária é apaixonante, mudou meu ponto de vista, eu era bem conservador e eu pude ter contato com outras realidades"*

"Hoje em dia é muito visível a minha mudança, eu vesti a camisa da economia solidária."

"A gente tenta colocar a economia solidária em tudo que a gente pode alcançar."

Quando questionadas sobre qual o tipo de contribuição que a incubadora fornecia aos estudantes que compõem a equipe, em uma questão que permitia múltiplas respostas, todos os itens elencados foram muito citados pelos coordenadores, como pode ser visto na *Tabela 16.* As contribuições em relação à *formação acadêmica*, *experiência profissional* e *formação política* são os itens mais destacados. As opções citadas em *Outros* incluem formação de valores pessoais e lideranças sociais, formação em estudos de gênero, entre outros.

Tabela 18 – Contribuição das incubadoras para os estudantes por Linha

	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Formação acadêmica	95,7%	85,4%	89,1%
Experiência profissional	95,7%	82,9%	87,5%
Formação política	87,0%	78,0%	81,3%
Trabalho de conclusão de curso	91,3%	68,3%	76,6%
Estágio curricular	91,3%	58,5%	70,3%
Acesso à formação científica e pós-graduação	78,3%	61,0%	67,2%
Outros	21,7%	26,8%	25,0%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Para consolidar esses aportes na formação dos estudantes, 88% das incubadoras afirmam realizar atividades de formação para todos os integrantes e 60% afirmam que essas atividades são permanentes e não pontuais.

A partir desse cenário, é possível afirmar que as incubadoras têm papel fundamental na formação dos estudantes e outros integrantes dos seus projetos. Para os alunos e integrantes, atuais e egressos, a participação na incubadora representa um enorme aprendizado e experiência. Esse aprendizado passa pelo ambiente acadêmico, a partir da elaboração de artigos, trabalhos de conclusão de curso, participação em eventos, mas o extrapola, na medida em que é capaz de formá-los criticamente para a vida em sociedade.

Capítulo 6

As Incubadoras e a Economia Solidária

O Proninc apoia financeiramente as incubadoras tecnológicas de economia solidária a fim de que estas promovam um trabalho interno, no âmbito das IES, e também externo, com empreendimentos econômicos solidários e seus territórios, atendendo ao objetivo do programa de incluir socialmente os segmentos mais pobres, gerando trabalho e renda. Os empreendimentos atendidos pelas incubadoras apoiadas pelo Proninc, de forma geral, se encontram no campo da Economia Solidária, buscando construir um novo modelo econômico para o país.

Tendo isso em vista, neste capítulo serão analisados os princípios de Economia Solidária para os empreendimentos e para as incubadoras, a articulação das incubadoras pesquisadas com políticas públicas, bem como sua participação em fóruns e redes de Economia Solidária.

6.1 Visão crítica acerca da economia capitalista

Sabe-se que as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária surgiram com o propósito de ampliar o relacionamento entre universidade e sociedade, principalmente a partir dos anos 1990, no âmbito da Economia Solidária. Por isso, os projetos das ITES, no geral, estimulam a organização autônoma de trabalhadores, visto que a realidade do Brasil é marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais. Apesar de o marco teórico utilizado pelas ITES ter em vista abordar princípios da Economia Solidária, é possível encontrar alguns casos apoiados pelo Proninc em que não se identifica um vínculo tão claro com o tema. Assim, torna-se importante adotar instrumentos para medir e, de certa forma, monitorar o grau de proximidade entre a incubação que vem sendo feita e a Economia Solidária, além de analisar o quanto o trabalho desses grupos vem contribuir para o fortalecimento desse campo no país.

De modo geral, foi possível verificar nesta avaliação que é muito presente a compreensão dos integrantes das incubadoras sobre a necessidade constante de construção do trabalho autogestionário e cooperativo, da diferença entre Economia Solidária e empreendedorismo tradicional, além da visão crítica acerca da economia capitalista de mercado. No entanto, observamos alguns casos em que as incubadoras de cooperativas populares dialogam e trabalham com incubadoras tecnológicas de empresas.

Esses casos se encontram, principalmente, em algumas incubadoras de linha B que estão em um processo de compreender efetivamente o campo da economia solidária e ainda não conseguiram atuar na incubação nesse campo, em parte por conta da estrutura e diretrizes da pró-reitoria de extensão de algumas IES, em parte por conta da influência das incubadoras de empresas que apresentam atuação mais integrada ao SEBRAE e da busca por se alinhar ao modelo de certificação CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos). Isso também ocorre em poucos casos de incubadoras mais antigas, de Linha A, que podem estar redirecionando sua linha de atuação.

Outra fonte de explicação para esse cenário pode ser encontrada no próprio Edital 89/2013, que deu origem a esta avaliação. Como o edital tinha, explicitamente, o objetivo de contribuir para a formação de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária, ocorreu de alguns projetos contemplados terem resultado em processos de criação de incubadoras com uma relação menos orgânica

com o campo da Economia Solidária e com um distanciamento maior do que habitual quanto aos princípios desse campo.

6.2 Relações de parceria das incubadoras

É bastante presente, tanto nos relatos das visitas quanto no questionário, a referência das incubadoras a parcerias externas, a fim de que isso fortaleça as ações específicas da incubação de cooperativas populares. Enquanto o Governo Federal possibilita diversos editais para as IES, as parcerias das incubadoras com os governos municipais são também destacadas, tendo consolidado igualmente contribuições financeiras às IES. Há outros laços estabelecidos com governos estaduais, secretarias e movimentos sociais, além de algumas parcerias com instituições privadas.

Isso pode ser visto na questão sobre os parceiros e o tipo de contribuição que oferecem à incubadora, financeira ou não financeira, em que 61 das 64 incubadoras pesquisadas indicaram parceria financeira com o Governo Federal (ver Tabela 17), sendo o Proninc bastante relevante nessa conjuntura. Já a parceria com entidades de Economia Solidária e movimentos sociais se dá, em sua maioria, não financeiramente, sendo outro modo particular de relação, explorado em uma análise qualitativa mais adiante.

Tabela 19 – Parceiros das incubadoras e sua contribuição

		NÃO FINANCEIRA	NÃO É PARCEIRO
Governo Federal	95,3%	0%	4,7%
Governo Estadual	18,8%	32,8%	48,4%
Governo Municipal	17,2%	53,1%	29,7%
Sistema S e setor privado	17,2%	29,7%	53,1%
Entidade Econ. Solidária	6,3%	76,6%	17,2%
Movimento Social	3,1%	67,2%	29,7%
Movimento Sindical	1,6%	32,8%	64,1%
Empresa Pública	1,6%	1,6%	96,9%
Terceiro Setor	1,6%	10,9%	87,5%
Universidades	1,6%	17,2%	81,3%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A análise da articulação dos processos desenvolvidos pela incubadora com programas ou políticas públicas foi feita por meio de uma pergunta aberta no questionário para ser respondida discursivamente. Analisando as tendências de respostas e descartando as citações ao Proninc, já que todos os casos fizeram parte do programa, tabulamos as principais referências conforme Tabela 18. Cada caso pôde citar mais de um programa ou política, e apenas dois casos não tiveram exemplos para responder.

Tabela 20 – Menções sobre articulação com programas ou políticas públicas

ARTICULAÇÃO COM PROGRAMAS OU POLÍTICAS PÚBLICAS	
Políticas de Economia Solidária (Total)	22
Políticas de Economia Solidária (Genérico)	4
Políticas de Economia Solidária Municipal	8
Políticas de Economia Solidária Estadual	7
Políticas de Economia Solidária Federal	3
Política Ambiental (Total)	20
Política Ambiental (Resíduos Sólidos)	19
PAA/PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escola / Programa de Aquisição de Alimentos	15
Agricultura e Desenvolvimento rural	10
Saúde/ Saúde Mental	9
Geração de Trabalho e Renda	8
Educação de Jovens e Adultos ou no Campo	4
Não houve grandes articulações	2
TOTAL VÁLIDO	**90**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

O que se delineou, a partir das respostas, foi o maior número de casos de articulação com políticas de Economia Solidária (22 menções em 64 respostas), várias destas políticas de abrangência municipal ou estadual. Além da ES, destaca-se um grande número também de articulações com políticas ambientais, especialmente programas de resíduos sólidos.

Além das parcerias externas, há outra forma de articulação para fortalecimento das ITES: as redes de incubadoras de cooperativas. Entre as duas redes de incubadoras historicamente reconhecidas no campo da Economia Solidária no Brasil, a maior parte das incubadoras pesquisadas (45% do total) é vinculada atualmente à Rede de ITCPs, enquanto 16% pertencem à Rede Unitrabalho, conforme a Tabela 19. Por outro lado, muitas das incubadoras vinculadas à rede Unitrabalho são as mais antigas, de Linha A (39%), o que indica que na totalidade fora do universo da pesquisa a porcentagem dessa rede tende a aumentar, já que temos mais casos de Linha B. Apenas uma incubadora relatou fazer parte de uma terceira rede, situada no campo de incubadoras de empresas.

É importante destacar que um número significativo de incubadoras da Linha B não faz parte de nenhuma rede: 21 de 41, o que representa mais de 50% delas. Isso pode indicar que, enquanto as incubadoras mais antigas já estão mais articuladas entre si e fortalecidas, as iniciativas recentes trabalharam nos últimos anos de forma mais isolada.

Tabela 21 - Porcentagem de incubadoras vinculadas a redes por linha

REDES	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Unitrabalho	39,1%	2,4%	15,6%
ITCP	52,2%	41,5%	45,3%
Ambas	8,7%	0,0%	3,1%
NS/NR	0,0%	2,4%	1,5%
Outra	0,0%	2,4%	1,5%
Nenhuma	0,0%	51,2%	33,1%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Com relação às formas de participação nessas redes (ver Tabela 20), o item *Encontros e Seminários da Rede* foi o mais marcado, com 40 respostas do total (95,2%) das 42 incubadoras das redes. A diferença entre as Linhas foi sutil, no geral havendo maior ocorrência de incubadoras da linha A nas formas de participação. Apenas em *Encontros e Seminários da Rede* houve maior ocorrência de incubadoras de Linha B, com 100%. Vale dizer ainda que, na esfera da *Coordenação*, 39% das incubadoras respondentes de Linha A assinalaram a opção, enquanto 21% da Linha B o fizeram, representando a maior presença de incubadoras mais antigas na coordenação das redes.

Tabela 22 - Como se dá a participação nas incubadoras vinculadas às redes (%)

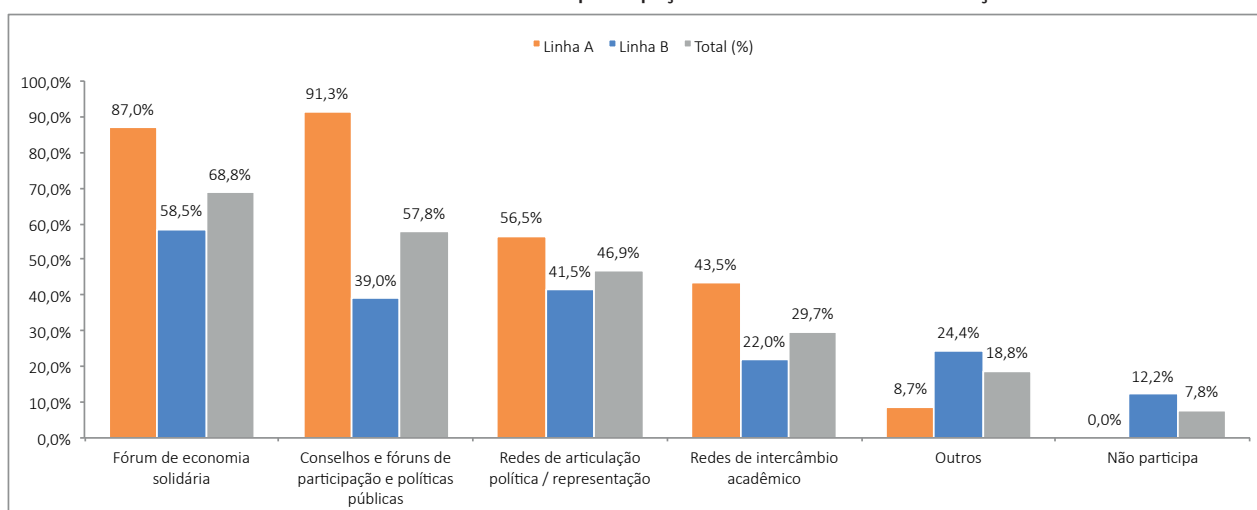
COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO EM REDE	LINHA A	LINHA B	TOTAL (%)
Encontros e Seminários da Rede	91,3%	100,0%	95,2%
Intercâmbios e Diálogos Virtuais	60,9%	57,9%	59,5%
Atividade de formação conjuntas	60,9%	47,4%	54,8%
Coordenação	39,1%	21,1%	31,0%
Outros	13,0%	15,8%	14,3%
Ações em conjunto em empreendimentos	0,0%	5,3%	2,4%
Estágio de Vivências	4,3%	0,0%	2,4%
Não sabia dizer	0,0%	5,3%	2,4%
Projetos	4,3%	0,0%	2,4%
Publicação científica e Revista Unitrabalho	0,0%	5,3%	2,4%
Sob demanda	4,3%	0,0%	2,4%
TOTAL VÁLIDO	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

6.3 Participação em Fóruns de Economia Solidária e Políticas Públicas

Foi bastante relatado, tanto na aplicação dos questionários quanto nas entrevistas, a participação da maior parte das incubadoras em Fóruns e Conselhos de Economia Solidária. Quando perguntadas sobre o tema, o item mais frequentemente assinalado foi *Fórum de Economia Solidária*, com 44 respostas do total de 64 incubadoras (69%), conforme Gráfico 46. As cinco incubadoras que informaram não participar de fóruns e redes de articulação são de Linha B, o que, mais uma vez, indica a articulação com Economia Solidária mais bem consolidada nas incubadoras mais antigas. Outra diferenciação relevante é que, enquanto *Conselhos/ Fóruns e Políticas Públicas* têm alto grau de participação das incubadoras de Linha A (91%), angariam apenas 39% das de Linha B.

Gráfico 46 – Percentual de participação de fóruns e redes de articulação

	Linha A	Linha B	Total (%)
Fórum de economia solidária	87,0%	58,5%	68,8%
Conselhos e fóruns de participação e políticas públicas	91,3%	39,0%	57,8%
Redes de articulação política / representação	56,5%	41,5%	46,9%
Redes de intercâmbio acadêmico	43,5%	22,0%	29,7%
Outros	8,7%	24,4%	18,8%
Não participa	0,0%	12,2%	7,8%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Além disso, ainda foi observado nas visitas de campo alguns casos em que apenas seus coordenadores participavam de Fóruns e Redes de Economia Solidária ou tinham mais familiaridade com o tema, carecendo de uma socialização dessa formação para o restante da equipe, principalmente em incubadoras de Linha B. Essa observação pode ser considerada para avaliações posteriores e para definição de instrumentos e diretrizes que proporcionem uma mudança no quadro das relações e da gestão dentro dos núcleos de novas incubadoras, a fim de que suas equipes se tornem mais consolidadas, autogestionárias e orientadas pelos princípios da Economia Solidária.

Vale considerar que as incubadoras que atuam com os setores de *catadores de material reciclável* ou *agricultura familiar* demonstraram ter mais envolvimento com os movimentos sociais próprios desses setores, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis ou o Fórum Lixo e Cidadania, mesmo que não participem de Fóruns e redes autodenominados de Economia Solidária. Essa articulação, não obstante, também pode ser considerada como um envolvimento com a Economia Solidária, enquanto movimento social. Como foi visto na tabela 19, tal envolvimento com os movimentos se dá de forma não financeira, podendo ser atribuído mais à relação ou militância com os próprios empreendimentos incubados, já que está em questão mais uma empatia com trabalhadores de Economia Solidária do que meramente uma busca por parcerias que fortaleçam a incubadora em si. Nesse sentido, cabe ressaltar que o envolvimento com movimentos sociais cumpre um papel importante, inclusive, para o dever de integração da IES com a sociedade, possibilitando a motivação dos alunos, principalmente aqueles oriundos de famílias de trabalhadores.

Capítulo 7

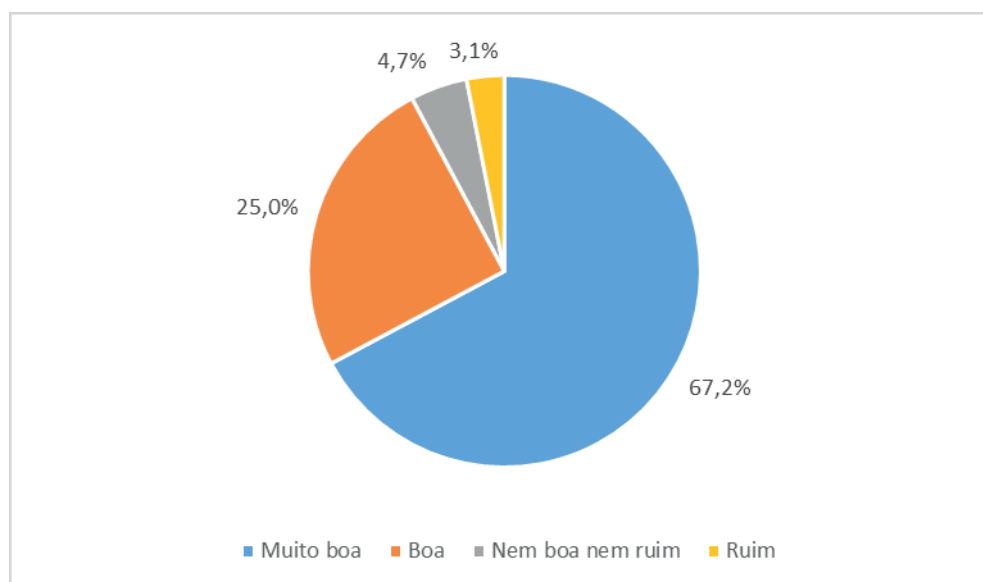
A operacionalização da chamada 89/2013

O presente capítulo dedica-se à análise do processo de implantação da Chamada 89/2013, a fim de verificar como as incubadoras avaliam a nova forma de execução dos recursos via CNPq, além de abordar os eixos da execução física e financeira, a compreensão e cumprimento dos objetivos do edital, o gerenciamento dos recursos disponibilizados e a comunicação institucional.

7.1 A execução dos projetos

A Chamada 89/2013 apresentou um diferencial com relação à execução via CNPq, uma vez que, nessa modalidade, os coordenadores das incubadoras receberam um cartão-pesquisador com o recurso aprovado disponível para gestão autônoma dos gastos. Isso facilitou uma série de processos internos da incubadora, diminuindo a burocratização comum da transferência de recursos para as universidades e facilitando a descentralização e gestão coletiva.

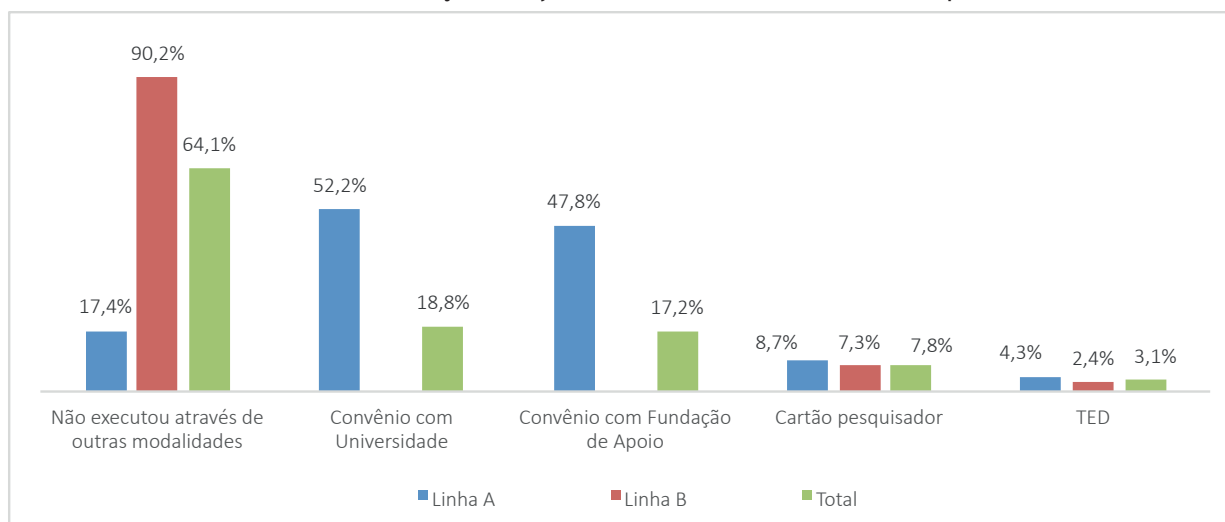
Mais de 90% das incubadoras entrevistadas, independentemente da Linha, tiveram uma avaliação positiva da modalidade de operacionalização da chamada via CNPq. Apenas duas incubadoras de Linha B consideraram a operacionalização “ruim”.

Gráfico 47 – Avaliação da operacionalização da Chamada 89/2013

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

É importante destacar que 64% das incubadoras indicaram não ter experiência na execução do Proninc por meio de outras modalidades de operacionalização. Especificamente dentre as incubadoras de Linha B, das quais 90% afirmaram só conhecer o modelo de gestão da Chamada 89/2013. Isso é bastante coerente com o universo de análise da pesquisa, uma vez que a maior parte das incubadoras avaliadas é de Linha B que, de modo geral, são incubadoras criadas no âmbito dessa chamada e que, em tese, não teriam experiência com editais anteriores. Apenas incubadoras da Linha A já haviam executado projetos via Convênio com a Universidade (12 das 23 pesquisadas) ou Convênio com

Fundação de Apoio (11 de 23) . E ainda foram registradas outras duas formas de execução Cartão Pesquisador e Termo de Execução Descentralizada (TED), realizadas por um número pequeno de incubadoras das duas linhas.

Gráfico 48 – Execução de Projetos Proninc através outras modalidades por linha

	Linha A	Linha B	Total
Não executou através de outras modalidades	17,4%	90,2%	64,1%
Convênio com Universidade	52,2%		18,8%
Convênio com Fundação de Apoio	47,8%		17,2%
Cartão pesquisador	8,7%	7,3%	7,8%
TED	4,3%	2,4%	3,1%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Os(as) coordenadores(as) foram perguntados se eles(as) já haviam executado projetos do Proninc em outras incubadoras e apenas 19% responderam afirmativamente, conforme a tabela 23. Um aspecto importante a ser ressaltado acerca desse dado é que, dentre os que responderam positivamente, o maior número é de coordenadores de incubadoras de Linha B. Isto levanta a hipótese, verificada em campo em alguns momentos, de que alguns dos coordenadores dessas incubadoras já possuíam experiência no campo de atuação, apesar de ter sido a primeira vez que estas acessaram um edital do Proninc. Dos 12 coordenadores (19%) que afirmaram ter experiência prévia com outras modalidades de operacionalização, nove consideraram que a execução via CNPq melhorou o processo de gestão do programa e três não responderam.

Tabela 23 – Execução de projetos do Proninc em outra incubadora por parte do coordenador por linha

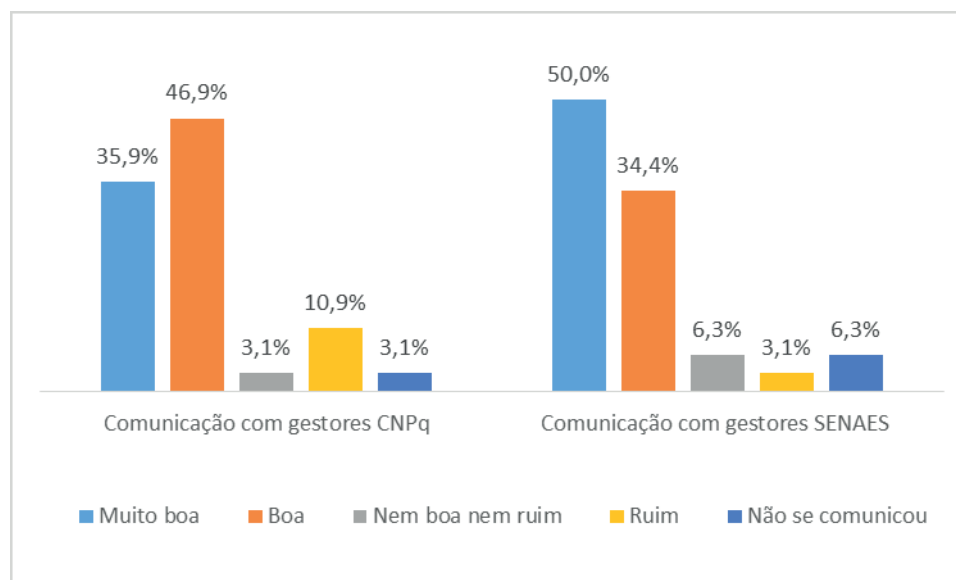
	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Não executou	91,3%	75,6%	81,3%
Executou	8,7%	24,4%	18,8%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

7.2 A comunicação institucional

Os gestores do processo da Chamada 89/2013 foram a SENAES e o CNPq. As incubadoras mantinham contato com esses dois órgãos, buscando sanar dúvidas e ter orientações sobre procedimentos para execução dos projetos. Em primeiro lugar, para contato com o CNPq, as incubadoras apontaram o *e-mail* (66%) como o instrumento mais utilizado quando necessário. Outros dois meios também utilizados, mas menos citados, foram o *telefone* (11%) e a *plataforma Carlos Chagas* (9%). A maioria das incubadoras (83%) avaliou a comunicação com o CNPq como *boa* ou *muito boa*.

O resultado foi equivalente na análise da comunicação com os gestores da Senaes: 84% das incubadoras a considerou como *muito boa* ou *boa*. Há uma pequena diferença apenas na avaliação da comunicação: 50% das entrevistadas identificaram a comunicação com a Senaes *muito boa*; enquanto, com CNPq, apenas 36% classificaram a comunicação como *muito boa*.

Gráfico 49 – Avaliação da comunicação com gestores do CNPq e com gestores da SENAES

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

7.3 Objetivos e fontes de recursos da Chamada 89/2013

Com relação aos recursos, o edital disponibilizou, em princípio, para os projetos aprovados o valor de R$ 19.891.092,00 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e um mil e noventa e dois reais) para os itens de custeio, capital e bolsas. Entretanto, após avaliação dos projetos enviados, foi disponibilizado para execução dos 84 projetos aprovados o valor de R$ 15.578.569,67 (quinze milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos). Para analisarmos o peso do uso dessa quantia em cada um dos três itens, adequamos os dados obtidos com relação a quanto foi solicitado pela incubadora em cinco faixas percentuais para cada categoria: 1ª faixa – 0%; 2ª faixa – 1% a 25%; 3ª faixa – 26% a 50%; 4ª faixa – 51% a 75% e 5ª faixa – 76% a 100%.

Foi possível identificar que a maior parcela do recurso foi destinada para o pagamento de bolsas, uma vez que 65% das incubadoras destinaram de 51% a 100% do valor para esse item. O custeio foi um item de peso mediano, pois 85% das incubadoras destinaram de 1 a 50% do recurso para esse tipo de gasto e o item de menor peso foi o capital, com mais de 80% das incubadoras destinando de 0 a 25% do valor nesse item.

Dentre os 20% do total das incubadoras entrevistadas que não solicitou uso do recurso para itens de capital, a maioria afirmou que não requisitou porque não era necessário. Contudo, é importante pontuar que quatro incubadoras informaram não saber que era permitido solicitar capital, sendo uma delas pertencente à Linha A e o restante à Linha B.

Tabela 24 – Porcentagem solicitada de recursos para capital, custeio e bolsas

	CAPITAL	CUSTEIO	BOLSAS
Não Solicitou	20,3%	1,6%	0,0%
1% a 25%	68,7%	43,7%	4,7%
26 a 50%	6,2%	40,6%	23,4%
51 a 75%	0,0%	7,8%	43,7%
76 a 100%	0,0%	0,0%	21,9%
NS/NR	4,7%	6,2%	6,2%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

A maioria das incubadoras (73%) afirmou que os recursos previstos foram adequados para a execução do projeto. Contudo, nota-se que uma porcentagem maior de incubadoras de Linha B respondeu negativamente a essa questão. De maneira geral, o principal argumento dado pelas incubadoras para justificar a não adequação dos recursos para execução do projeto se refere à impossibilidade de alterar rubricas, para dimensionar mais recursos para bolsas.

Tabela 25 – Adequação dos recursos previstos para execução do projeto por linha

	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Sim	82,6%	68,3%	73,4%
Não	17,4%	29,3%	25,0%
NS/NR	0,0%	2,4%	1,6%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

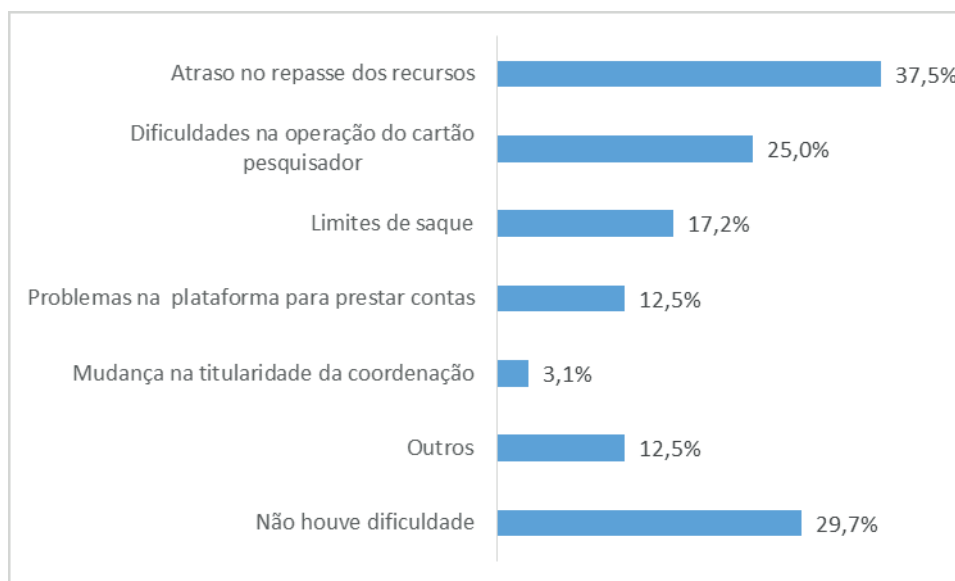
Com relação à contribuição dos recursos da chamada do Proninc para a estruturação da incubadora, a maioria identificou maior contribuição para formação de *equipe técnica de bolsistas com vínculo à IES* (78%) e para compra de *material de consumo* (77%). Houve também contribuição significativa para formação de *Equipe técnica de bolsistas sem vínculo com a IES* (66%), compra de *Móveis e equipamentos* (59%), pagamentos de *Serviços de pessoa jurídica* (59%) e elaboração de *Material de formação* (58%).

Tabela 26 – Contribuição do Proninc para estruturação da incubadora

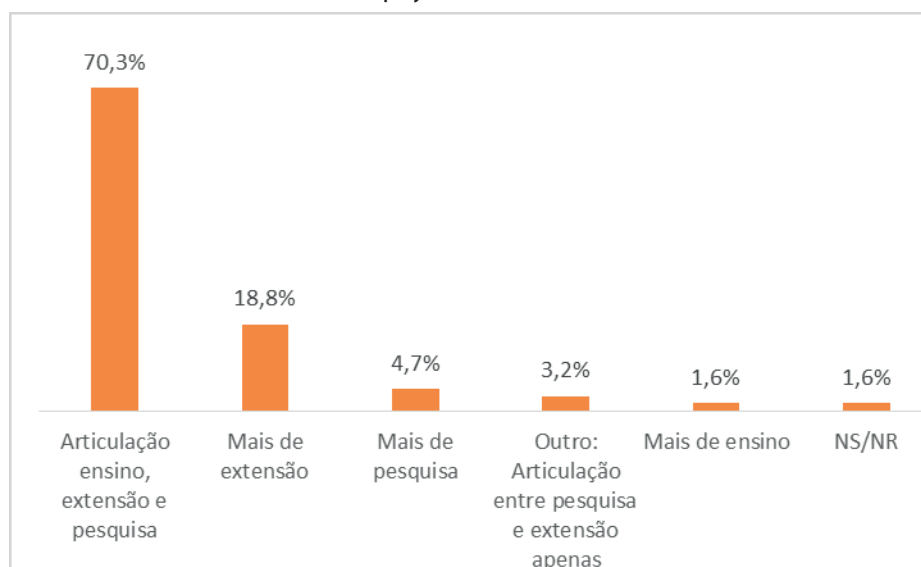
	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Equipe técnica de bolsistas com vínculo com a IES	82,6%	75,6%	78,1%
Material de consumo	82,6%	73,2%	76,6%
Equipe técnica de bolsistas sem vínculo com a IES	82,6%	56,1%	65,6%
Móveis e equipamentos	65,2%	58,5%	59,4%
Serviços de pessoa jurídica	52,2%	63,4%	59,4%
Material de formação	52,2%	61,0%	57,8%
Serviços de pessoa física	52,2%	48,8%	50,0%
Estrutura física	17,4%	22,0%	20,3%
Outros	30,4%	19,5%	23,4%

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Quando perguntadas sobre possíveis dificuldades na execução física dos recursos, houve poucas respostas. A dificuldade mais citada, com 38%, foi o atraso no repasse dos recursos, que concentrou o maior número de incubadoras de Linha A. As incubadoras de Linha B, por sua vez, estavam mais divididas: 32% afirmaram não ter vivenciado nenhuma dificuldade na execução dos recursos, enquanto 29% apontaram problemas com a operação do cartão-pesquisador.

Gráfico 50 – Dificuldades na execução física

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Durante os seminários realizados no processo de avaliação, foram destacadas percepções diferenciadas pelos participantes sobre o foco que deveriam ter os projetos submetidos ao edital da Chamada 89/2013. Apesar disso, 70% das incubadoras avaliadas indicaram o mesmo entendimento, compreendendo que o foco dos projetos seria o de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Apenas 5% apontaram o entendimento de que o foco deveria ser orientado mais para a pesquisa, e isso pode ser explicado, com base nas argumentações realizadas nos seminários, pela presença do CNPq como agente executor da Chamada.

Gráfico 51 – Foco do projeto da incubadora na Chamada 89/2013

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Mesmo diante de algumas dificuldades orçamentárias e, principalmente para as incubadoras de Linha B, de iniciar um percurso prático e teórico-metodológico no campo da Economia Solidária de apoio aos empreendimentos populares, praticamente a totalidade das incubadoras (98%) considerou que os objetivos traçados na proposta tinham sido cumpridos total ou parcialmente, sendo que 53% identificou que o cumprimento foi parcial. Fazendo o recorte entre as linhas, é possível perceber que, na maior parte dos casos, as incubadoras de Linha A consideraram que os objetivos traçados foram cumpridos totalmente (61%). Em contrapartida, para as de Linha B, a maior frequência foi de incubadoras que reconheceram ter cumprido parcialmente os objetivos propostos. Apenas uma incubadora considerou que não havia alcançado os objetivos definidos, em decorrência de um problema com o repasse de recursos, uma vez que houve transferência de titularidade do coordenador do projeto.

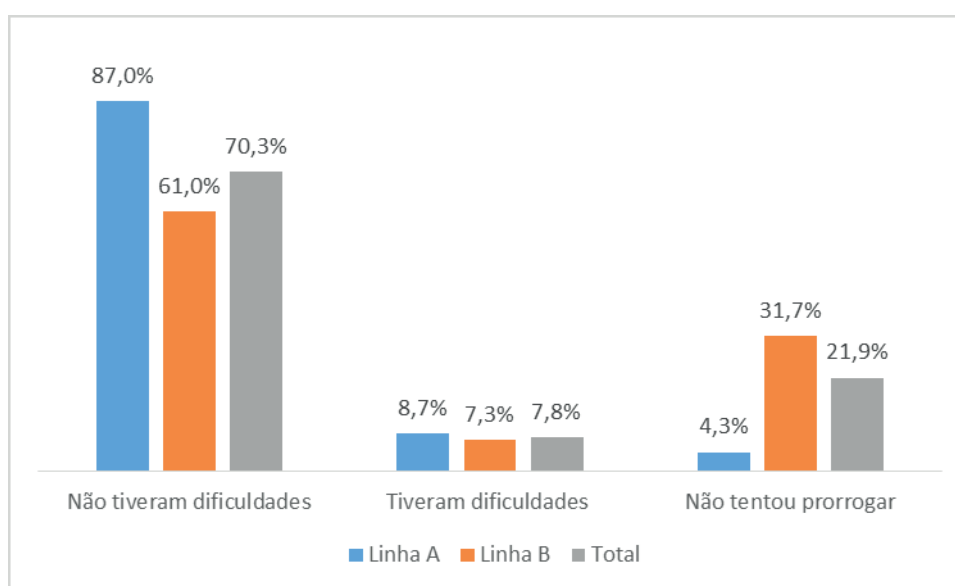
Tabela 27 – Cumprimento dos objetivos traçados na proposta por linha

	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Sim, parcialmente	39,1%	61,0%	53,1%
Sim, totalmente	60,9%	36,6%	45,3%
Não	0,0%	2,4%	1,6%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

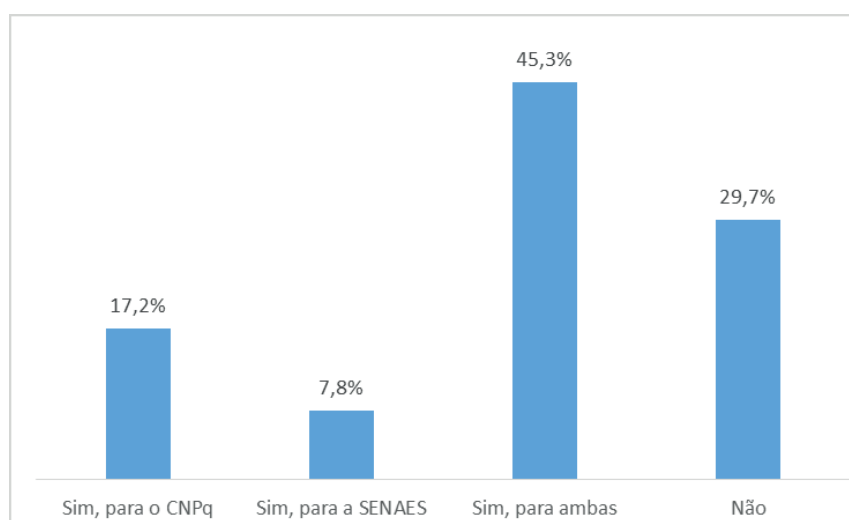
Os motivos descritos pelas incubadoras sobre as razões pelas quais não puderam cumprir os objetivos traçados na proposta se concentram nas dificuldades encontradas na organização dos EES, nas dificuldades externas com parceiros locais e na necessidade de maior tempo para realização da incubação.

Nesse cenário, é importante destacar que pouco mais da metade das incubadoras (55%) ainda não tinha concluído seus projetos no momento da avaliação. Das 64 incubadoras avaliadas, 50 solicitaram prorrogação do prazo de término do projeto. Apenas cinco incubadoras relataram ter tido problemas no pedido de prorrogação. As principais dificuldades expostas foram problemas de comunicação com o CNPq e falhas na plataforma Carlos Chagas.

Gráfico 52 – Dificuldade para prorrogar o prazo do projeto por linha

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

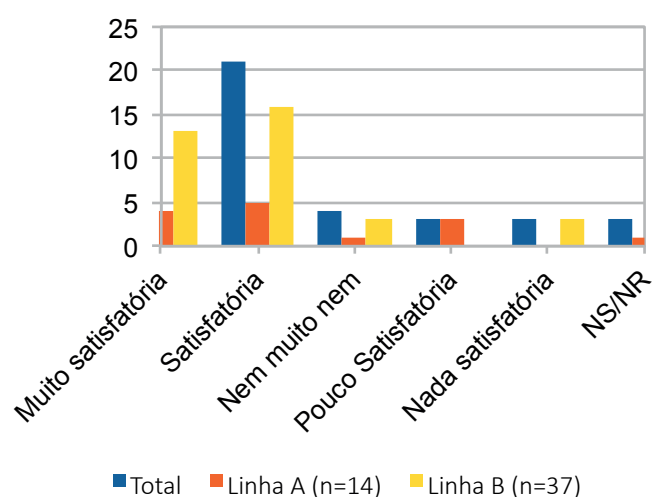
Ao se aproximarem do encerramento de seus projetos, as incubadoras devem entregar relatórios de execução para a Senaes e para o CNPq. No momento da avaliação, 70% já haviam enviado o relatório a pelo menos uma das instituições. As incubadoras que ainda não haviam entregado justificaram afirmando, principalmente, que os relatórios ainda estavam sendo feitos e que ainda havia prazo para a entrega.

Gráfico 53 – Entrega de relatório de execução

17,2%
7,8%
45,3%
29,7%
Sim, para o CNPq
Sim, para a SENAES
Sim, para ambas
Não

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

O Edital 89/2013 definiu que as incubadoras de Linha B estabelecessem relações de parceria com as incubadoras de Linha A, definindo-as como suas "madrinhas". O propósito era de que as incubadoras mais antigas pudessem apoiar o processo de criação das novas, orientando-as nos caminhos de formação interna e também de construção do método de apoio aos empreendimentos econômicos solidários. O edital financiou 43 incubadoras de Linha A, das quais 23 foram visitadas nessa pesquisa. Dessas, 57% atuaram como madrinhas de alguma incubadora de Linha B.

Buscou-se avaliar essa parceria para ambos os lados. A avaliação das incubadoras de linha A foi muito diversa, sendo considerada por 21% como *Muito satisfatória* ou *Satisfatória*, e por 23% como *Pouco Satisfatória*. Além disso, houve 9 incubadoras que não foram madrinhas de outras.

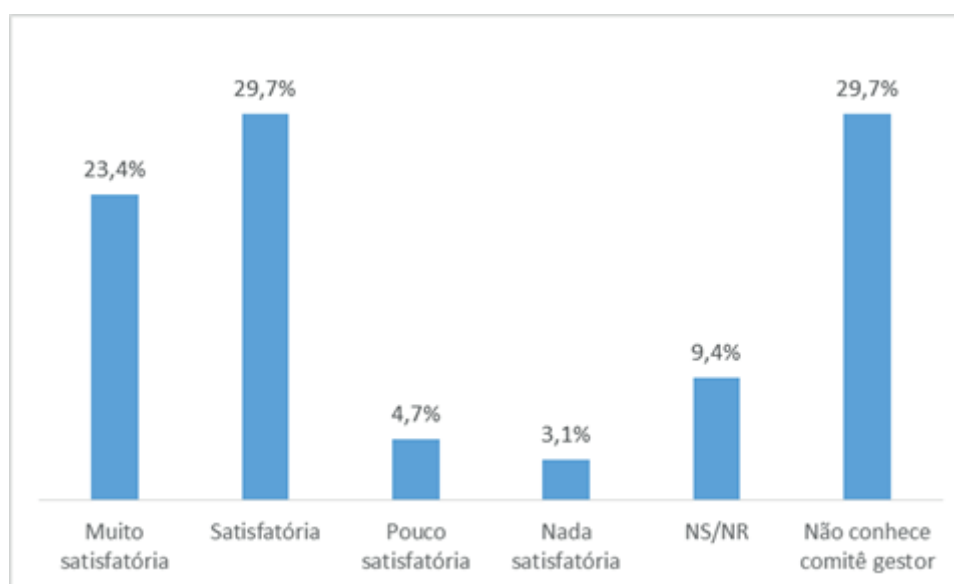
Gráfico 54 – Avaliação da parceria para Linha A e Linha B

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Das 41 incubadoras de linha B apoiadas pelo edital, apenas quatro não tiveram uma incubadora de Linha A como madrinha conforme exigência do edital. A avaliação das incubadoras de Linha B sobre a parceria foi mais positiva com uma análise de 83% das incubadoras considerando a parceria *Satisfatória* ou *Muito Satisfatória*. Apenas três incubadoras consideraram a parceria *Pouco Satisfatória*. Dessa forma, pode-se indicar como satisfatório o modelo adotado nesse edital, podendo ser reaplicado em edições posteriores.

7.4 As incubadoras e a criação da política pública

Ao verificar as perspectivas das incubadoras sobre o decreto de criação do Proninc (Decreto 7357/2010), de uma maneira geral, a maior fatia das incubadoras o considera *satisfatório* (41%). Essa percepção é equivalente em ambas as linhas. Pelos resultados, pode-se constatar também que um percentual representativo (28%) do total de incubadoras não conhece o decreto, um dado preocupante no contexto institucional do programa. Em compensação, nenhuma incubadora avaliou ser *pouco satisfatório* o decreto de criação do Proninc.

Com relação à atuação do Comitê Gestor, o cenário mostrou-se bastante diversificado. Pouco mais da metade das incubadoras (53%) considera a atuação como *satisfatória* ou *muito satisfatória*. Contudo, cerca de 30% das entrevistadas afirmaram não ter conhecimento sobre o Comitê Gestor, sendo a porcentagem muito maior nas incubadoras de Linha B (43,9%) em relação às de Linha A (2,4%). Os dados se mostram coerentes, uma vez que o Comitê Gestor tem atuado de modo menos intenso nos últimos anos, período em que se desenvolveram a maior parte das incubadoras dessa linha.

Gráfico 55 – Avaliação da atuação do comitê gestor Proninc

Fonte: Avaliação Proninc 2017.

Referências Bibliográficas

ANDION, C. *Inovação Social*. In: Boullosa, R.F.(Org.), Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: Ciags/UFBA, 2014, 2014. p.98-102.

ATAUALPA, L. O. *Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*: um caso brasileiro. Otra Economía, vol. 6, n. 10, jan/jun, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria.

COSTA, Reinaldo Pacheco. *Das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)* In: ADDOR, Felipe (Org.) [INSERIR NOME DO LIVRO]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. No prelo.

CUNHA, G. *Outras políticas para outras economias*: Contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à Economia Solidária (2003-2010). Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasilia/UnB. Brasília. Universidade de Brasília, 2012.

DAGNINO, R; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. *Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social*. In: *Tecnologia social*: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Renato. *A Tecnologia Social e seus desafios*. In: LASSANCE JUNIOR, Antonio E. et al. *Tecnologia social*: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. p. 187-210. 2004

DAGNINO, Renato. Apresentação. In: DAGNINO, Renato (Org.). *Tecnologia social*: Ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Komedi, 2010. p. 7-22. 2010a.

DAGNINO, Renato *Em direção a uma teoria crítica da tecnologia*. In: DAGNINO, Renato (Org.). *Tecnologia social*: Ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Komedi. p. 113-152. 2010b.

DAGNINO, Renato. *Uma estória sobre Ciência e Tecnologia, ou Começando pela extensão universitária*. In: DAGNINO, Renato (Org.). *Estudos Sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia*: abordagens alternativas para uma nova América Latina. Campina Grande: Eduepb. p. 293-324. 2010c.

DELLA VECHIA, R. et al. A REDE DE ITCPs: *Passado, Presente e alguns desafios para o futuro*. Diálogo, Canoas, v. 1, n. 18, p.115-144, jan/jun, 2011.

EID, Farid. *Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da Unitrabalho e sobre metodologia de incubação*. Primeira Conferência Nacional de Economia solidária da rede Unitrabalho, São Paulo, Mimeo. 2002.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7). Disponível em: <http://extensao.ufrj.br/index.php/conceitos-e-diretrizes >

FRAGA, Lais Silveira (2012). *Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares*. Tese (doutorado em Geociências) defendida na Universidade Estadual de Campinas.

FRANÇA FILHO, G. (2017). *Inovação social e incubação tecnológica em economia* solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I. No prelo.

IADH (2011). *Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários* – Proninc: Relatório Final. Recife: IADH. 340p.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (2004). *Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social*. In: LASSANCE JUNIOR, Antonio E. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. p. 117-134.

KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (orgs.) *Economia dos setores populares*: sustentabilidade e estratégias de formação. Rio de Janeiro: Capina, Oikos, 2007.

NESOL-USP. *Projeto Pensando o Direito 01/2011*: Regime jurídico de cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária. Brasília, 2012. Disponícel em: < http://www.cooperativismo.org.br/web/emanager/documentos/upload_/MJ-Regime_Juridico_Cooperativas-Populares.pdf>

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

VARANDA, Ana Paula de Moura (2007). *Contribuições ao processo de institucionalização do Proninc*. In: Proposta: Revista trimestral da FASE, nº 31, jan-mar de 2007, pp.27-33.

______________________; CUNHA, Pedro Cláudio Cunca Bocayuva (orgs.) (2007). *Diagnóstico e impacto do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.* Rio de Janeiro: FASE. 60p.

VICTÓRIA, Lia Beatriz Gomes (2011). *O Proninc e seu reflexo na ação social das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.* Dissertação (mestrado em Política Social) defendida na Universidade Católica de Pelotas.

Sites:

SIES. Atlas Digital da Economia Solidária. Disponível em <http://atlas.sies.org.br/?q=org25&l=0&g=paises#>

BRASIL. DECRETO Nº 7.357, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm>

Apêndice 1

INCUBADORAS BENEFICIADAS PELO EDITAL 89/2013

REGIÃO CENTRO-OESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária - INTECSOL/UnB	Distrito Federal
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IFB/Gama	Distrito Federal
Incubadora de Tecnologia Social do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB	Distrito Federal
Incubadora Social da UFG	Goiás
Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários - INESSOL/UFG/Catalão	Goiás
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira - UFMS/ Corumbá	Mato Grosso do Sul
Incubadora Pantanal do Médio Alto Taquari (Incuba Pantanal) - IFMS/Coxim	Mato Grosso do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFMS/Campo Grande	Mato Grosso do Sul
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis - INCUBEESS/ UNEMAT/Cáceres	Mato Grosso
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFMT	Mato Grosso
Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis - IOCASS/ UNEMAT/TANGARÁ DA SERRA	Mato Grosso

REGIÃO SUL	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UEPG	Paraná
Trilhas Incubadora Social Marista - PUC/PR	Paraná
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES/CAU/UEM	Paraná
Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias - INDIOS/UNIOESTE	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Do Parque Tecnológico Itaipu - FPTI	Paraná
Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais – Núcleo/Incubadora Unitrabalho UEM	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UFPR	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFFS/Cantuquiriguaçu	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIPLAC	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - FURB	Santa Catarina
Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários - UFFS/Cerro Largo	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNISUL	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNIVALI	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Economia Popular e Solidária - ITEPS/IFSC/Araranguá	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UNOCHAPECÓ	Santa Catarina
Incubadora Tecno-Social - IFRS/Porto Alegre	Santa Catarina
Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da UNIJUÍ - ITECSOL	Rio Grande do Sul
Incubadora Social - UFSM	Rio Grande do Sul

Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social - PUC/RS	Rio Grande do Sul
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC/UCPel	Rio Grande do Sul
Incubadora de Empreendimentos Solidários - UNILASALLE	Rio Grande do Sul
Incubadora de Cooperativas Populares do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa - ITCP/NEGA/UFRGS	Rio Grande do Sul

REGIÃO SUDESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIFAL/Varginha	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ICA/UFMG/Montes Claros	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFV	Minas Gerais
Núcleo de Estudos Sobe o trabalho Humano - NESTH/UFMG	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIMONTES	Minas Gerais
Núcleo Alternativas de Produção - NAP/UFMG	Minas Gerais
Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários - INCOP/UFOP	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UFVJM-CM	Minas Gerais
Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS/UFU/Santa Mônica	Minas Gerais
Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS/UFU/Ituiutaba	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/INCUBACOOP - UFLA	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/INCUBACOOP - UFLA 2	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - COPPE/UFRJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS/CEFET/RJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFF/Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Polo Universitário da UFF/Volta Redonda - InTECSOL	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFRJ/Realengo	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNICAMP/Limeira	São Paulo
Incubadora de Cooperativas Populares - Incop/Unesp/Assis	São Paulo
Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária - NuMI-EcoSol/UFSCAR	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp - ITCP/Unicamp	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP - ITCP/USP	São Paulo
Co-Labora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários - USP/Ribeirão Preto	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária da UFES	Espítio Santo

REGIÃO NORDESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UFAL	Alagoas
Incubadora da UNCISAL	Alagoas
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária - INTEESOL/UNI-LAB	Bahia
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES/UFBA	Bahia
Incubadora CRIATIVA S3 (Social, Solidária e Sustentável) - UNEB	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB	Bahia

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/IFBA	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - INCUBA/UNEB	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - PROEX/UESC	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG	Pernambuco
Incubadora para Empreendimentos Populares Solidários - FPA	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UAG/UFRPE	Pernambuco
Incubadora de Tecnologias Sociais - UFPE	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOP/UFRPE	Pernambuco
Centro de Formação e apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária para mulheres de comunidades tradicionais urbanas e rurais - UNIVASF	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS/UFCA	Ceará
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Autogestão - UFC	Ceará
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES/UVA	Ceará
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - ITES/PADETEC	Ceará
Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES/UFPB	Paraíba
Incubadora Popular e Solidária do Vale do Mamanguape Paraibano - INCUPOESPB/UFPB	Paraíba
Projetos de Engenharia e Gestão Aplicados ao Desenvolvimento Ambiental e Social - PEGADAS/UFRN	Rio Grande do Norte

REGIÃO NORTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Linguagens Digitais de Empreendimentos de Economia Solidária - UFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC/IFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – ITES/UFRA	Pará
Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicional do Acre – INCUBAC/IFAC	Acre
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - ITCPES/UFRR	Roraima

Apêndice 2

INCUBADORAS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS

REGIÃO CENTRO-OESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária - INTECSOL/UnB	Distrito Federal
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IFB/Gama	Distrito Federal
Incubadora de Tecnologia Social do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB	Distrito Federal
Incubadora Social da UFG	Goiás
Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários - INESSOL/UFG/Catalão	Goiás
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira - UFMS/Corumbá	Mato Grosso do Sul
Incubadora Pantanal do Médio Alto Taquari (Incuba Pantanal) - IFMS/Coxim	Mato Grosso do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFMS/Campo Grande	Mato Grosso do Sul
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis - INCUBEESS/UNEMAT/Cáceres	Mato Grosso
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFMT	Mato Grosso
Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis - IOCASS/UNEMAT/TANGARÁ DA SERRA	Mato Grosso

REGIÃO SUL	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UEPG	Paraná
Trilhas Incubadora Social Marista - PUC/PR	Paraná
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES/CAU/UEM	Paraná
Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias - INDIOS/UNIOESTE	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Do Parque Tecnológico Itaipu - FPTI	Paraná
Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais – Núcleo/Incubadora Unitrabalho UEM	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UFPR	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFFS/Cantuquiriguaçu	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIPLAC	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - FURB	Santa Catarina
Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários - UFFS/Cerro Largo	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNISUL	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNIVALI	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Economia Popular e Solidária - ITEPS/IFSC/Araranguá	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UNOCHAPECÓ	Santa Catarina
Incubadora Tecno-Social - IFRS/Porto Alegre	Rio Grande do Sul
Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da UNIJUÍ - ITECSOL	Rio Grande do Sul

Incubadora Social - UFSM	Rio Grande do Sul
Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social - PUC/RS	Rio Grande do Sul
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC/UCPel	Rio Grande do Sul
Incubadora de Empreendimentos Solidários - UNILASALLE	Rio Grande do Sul
Incubadora de Cooperativas Populares do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa - ITCP/ NEGA/UFRGS	Rio Grande do Sul

REGIÃO SUDESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIFAL/Varginha	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ICA/UFMG/Montes Claros	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFV	Minas Gerais
Núcleo de Estudos Sobe o trabalho Humano - NESTH/UFMG	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIMONTES	Minas Gerais
Núcleo Alternativas de Produção - NAP/UFMG	Minas Gerais
Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários - INCOP/UFOP	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UFVJM-CM	Minas Gerais
Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS/UFU/Santa Mônica	Minas Gerais
Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS/UFU/Ituiutaba	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/INCUBACOOP - UFLA	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/INCUBACOOP - UFLA 2	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - COPPE/UFRJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS/CEFET/RJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFF/Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Polo Universitário da UFF/Volta Redonda - InTECSOL	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFRJ/Realengo	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNICAMP/Limeira	São Paulo
Incubadora de Cooperativas Populares - Incop/Unesp/Assis	São Paulo
Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária - NuMI-EcoSol/UFSCAR	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp - ITCP/Unicamp	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP - ITCP/USP	São Paulo
Co-Labora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários - USP/Ribeirão Preto	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária da UFES	Espítio Santo

REGIÃO NORDESTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UFAL	Alagoas
Incubadora da UNCISAL	Alagoas
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária - INTEESOL/ UNILAB	Bahia
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES/UFBA	Bahia
Incubadora CRIATIVA S3 (Social, Solidária e Sustentável) - UNEB	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB	Bahia

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/IFBA	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - INCUBA/UNEB	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - PROEX/UESC	Bahia
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG	Pernambuco
Incubadora para Empreendimentos Populares Solidários - FPA	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UAG/UFRPE	Pernambuco
Incubadora de Tecnologias Sociais - UFPE	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOP/UFRPE	Pernambuco
Centro de Formação e apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária para mulheres de comunidades tradicionais urbanas e rurais - UNIVASF	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS/UFCA	Ceará
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Autogestão - UFC	Ceará
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES/UVA	Ceará
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - ITES/PADETEC	Ceará
Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES/UFPB	Paraíba
Incubadora Popular e Solidária do Vale do Mamanguape Paraibano - INCUPOESPB/UFPB	Paraíba
Projetos de Engenharia e Gestão Aplicados ao Desenvolvimento Ambiental e Social - PEGADAS/UFRN	Rio Grande do Norte

REGIÃO NORTE	
NOME	**ESTADO**
Incubadora de Linguagens Digitais de Empreendimentos de Economia Solidária - UFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC/IFPA	Pará
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – ITES/UFRA	Pará
Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicional do Acre – INCUBAC/IFAC	Acre
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - ITCPES/UFRR	Roraima

Apêndice 3

INCUBADORAS QUE PARTICIPARAM DO SEMINÁRIO NACIONAL

REGIÃO NORDESTE	ESTADO
Incubadora de Tecnologias Sociais - INCUBATECS/UFPE	Pernambuco
Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Sociais e Solidárias - OASIS/UFRN	Rio Grande do Norte
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG	Paraíba
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA) - UNEB	Bahia
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UAG/UFRPE	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES/UFBA	Bahia
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária - INTEESOL/UNILAB	Bahia
Centro de Formação e apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária para mulheres de comunidades tradicionais urbanas e rurais - UNIVASF	Pernambuco
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - ITES/UFAL	Alagoas
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFBA	Bahia
Projetos de Engenharia e Gestão Aplicados ao Desenvolvimento Ambiental e Social - PEGADAS/UFRN	Rio Grande do Norte
Incubadora CRIATIVA S3 (Social, Solidária e Sustentável) - UNEB	Bahia
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Autogestão - UFC	Ceará
Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES/UFPB	Paraíba
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UFAL	Alagoas
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - UVA/Sobral	Ceará
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - ITES/PADETEC	Ceará
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários – ITEPS/UFCA	Ceará

REGIÃO NORTE	ESTADO
Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicional do Acre – INCUBAC/IFAC	Acre
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - ITCPES/UFRR	Roraima
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC/IFPA	Pará

REGIÃO CENTRO-OESTE	ESTADO
Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis - IOCASS/UNEMAT/TANGARÁ DA SERRA	Mato Grosso
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis - INCUBEESS/UNEMAT/Cáceres	Mato Grosso
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira - UFMS/Corumbá	Mato Grosso do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFMS/Campo Grande	Mato Grosso do Sul

Incubadora Pantanal do Médio Alto Taquari (Incuba Pantanal) - IFMS/Coxim	Mato Grosso do Sul
Incubadora de Tecnologia Social do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB	Distrito Federal
Incubadora Social da UFG	Goiás
Incubadora de Tecnologia Social e Economia Solidária da UnB - TECSOL/UnB	Distrito Federal

REGIÃO SUDESTE	ESTADO
Co-Labora Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários - USP/Ribeirão Preto	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS/ CEFET/RJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFF/Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro
Núcleo Alternativas de Produção - NAP/UFMG	Minas Gerais
Incubadora de Cooperativas Populares - Incop/Unesp/Assis	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP - ITCP/USP	São Paulo
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFRJ/Realengo	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ICA/UFMG/Montes Claros	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFV	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - COPPE/UFRJ	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Polo Universitário da UFF/Volta Redonda - InTECSOL	Rio de Janeiro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIMONTES	Minas Gerais
Núcleo de Estudos Sobe o trabalho Humano - NESTH/UFMG	Minas Gerais
Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários - INCOP/UFOP	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - UFVJM	Minas Gerais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIFAL/Varginha	Minas Gerais
Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS/UFU	Minas Gerais

REGIÃO SUL	ESTADO
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - IEES/CAU/UEM	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNIVALI	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNISUL	Santa Catarina
Incubadora de Cooperativas Populares do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa - ITCP/NEGA/UFRGS	Rio Grande do Sul
Incubadora de Empreendimentos Solidários - UNILASALLE	Rio Grande do Sul
Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - NESIC/UCPel	Rio Grande do Sul
Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias - INDIOS/UNIO-ESTE	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFRGS	Rio Grande do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFPR	Paraná
Incubadora Social - UFSM	Rio Grande do Sul
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNOCHAPECÓ	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFFS/Cantuquiriguaçu	Santa Catarina
Trilhas Incubadora Social Marista - PUC/PR	Paraná
Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social da UNIJUÍ - ITECSOL	Rio Grande do Sul

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UNIPLAC	Santa Catarina
Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UEPG	Paraná
Incubadora Tecnológica de Economia Popular e Solidária - ITEPS/IFSC/Araranguá	Santa Catarina
Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais – Núcleo/Incubadora Unitrabalho UEM	Paraná
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - FURB	Santa Catarina
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Do Parque Tecnológico Itaipu - FPTI	Paraná

Apêndice 4

EMPREENDIMENTOS VISITADOS

REGIÃO NORDESTE		
EMPREENDIMENTO	**ÁREA**	**SETOR**
Unidade de Produção Familiar Sitio Agrassa	Urbano	Artesãos
Associação Liber Arte	Urbano	Artesãos
Associação de Mulheres Produtoras de Aves do Assentamento Padre Assis	Rural	Agricultores familiares
Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais - CAVI	Urbano	Catadores de material reciclável
Cooperativa de ArtCostura do Itararé	Urbano	Artesãos
Associação Comunitária de Cuidador de Idosos de Campina Grande	Urbano	Outros autônomos
Espaço Solidário Ecolanches	Urbano	Beneficiamento de alimentos
Banco Comunitário Jardim Botânico	Urbano	Outros
Central de Cooperativas Copacaju	Urbano/Rural	Beneficiamento de alimentos
Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS)	Urbano	Artesãos
Banda D´gradê	Urbano/Rural	Artistas
Unidade de Produção Familiar Pajé Antônio	Rural	Artesãos
Cooperativa Agropecuária Cacho de Ouro -COOPERCACHO	Rural	Agricultores familiares
Associação de Desenvolvimento Cultural, Social da Agricultura Familiar e Produtos fitoderivados da Biodiversidade da Caatinga (Agrofito)	Rural	Agricultores familiares
Grupo Cultural Suingue i Prosa	Urbano	Artistas
Rede Recostura	Urbano	Artesãos
Tempo de Renovar	Urbano	Artesãos
Multivart	Urbano	Artesãos
Rede de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana do Cariri	Urbano	Catadores de Materiais Recicláveis
Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri	Urbano/Rural	Agricultores familiares
Associação Comunitária de Matarandiba - ASCOMA	Urbano	Organização Representativa
Banco Comunitário de Matarandiba	Urbano	Outros autônomos
E-Plant	Urbano	Outros
Coopaga - Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Garanhuns	Urbano/Rural	Agricultores familiares
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Carlos Alberto Canuto - Palha da Bananeira	Urbano	Artesãos
Associação do Sítio Serrinha	Rural	Agricultores familiares
Horta	Rural	Agricultores familiares

REGIÃO CENTRO-OESTE		
EMPREENDIMENTO	**ÁREA**	**SETOR**
Grupo de Mulheres Pastel da Amizade/Feira de Economia Solidária & Agroecologia (Feisol)	Urbano	Beneficiamento de alimentos
Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa da Fronteira - ACOOPERFRON	Rural	Assentados da Reforma Agrária
COOPUNIÃO - Cooperativa de Trabalho União de Catadores de Materiais Recicláveis de Cuiabá/MT	Urbano	Catadores de material reciclável
COOPERGRANDE - Cooperativa Agropecuária Varzeagrandense	Rural	Beneficiamento de alimentos
COOPERMAS - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável Meio Ambiente Saudável	Urbano	Catadores de material reciclável
Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável Reciclamos e Amamos o Meio Ambiente - Cooper Rama	Urbano	Catadores de material reciclável
ACAFEMUC - Associação Camponesa dos Feirantes do Município de Catalão	Rural	Beneficiamento de alimentos
COOTRACAT - Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Catalão	Urbano	Catadores de material reciclável
COOPERNATU - Cooperativa dos produtores de Orgânicos e Agroecológicos do MS - Feira Agroecológica da UFMS	Urbano/Rural	Agricultores familiares
APROSAG - Associação Produtores Assentamento Santa Guilhermina	Rural	Assentados da Reforma Agrária
Associação Dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá - AAAFC	Rural	Assentados da Reforma Agrária
Associação dos Pequenos Produtores Rurais PA 72	Rural	Assentados da Reforma Agrária
Associação Agrícola Pé de Cedro	Rural	Agricultores familiares
Associação Portal do Pantanal	Rural	Agricultores familiares
AMAG - Associação de Mulheres Artesãs do Gama	Urbano	Artesãos
COOPERCARAJÁS - Cooperativa Agro Carajás de Produção, Consumo e Serviços	Urbano/Rural	Assentados da Reforma Agrária
Associação dos Artesãos de Progresso - ASSOARTE	Urbano	Artesãos
Associação de Mulheres Rurais Fruto do Vale - AMFRUVALE	Rural	Beneficiamento de alimentos

REGIÃO SUL		
EMPREENDIMENTO	**ÁREA**	**SETOR**
COOPERLAGES – Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Lages	Urbano	Catadores de material reciclável
AFAOC – Associação da Agricultura Familiar de Otacílio Costa	Rural	Agricultores familiares
Circuito Iguaçu de Turismo Rural (CITUR)	Rural	Agricultores familiares
Grupo Informal MARACATÚ Alvorada Nova	Urbano	Artistas
Associação Comunidade Quilombola Manuel Ciriaco dos Santos (ACONEMA)	Rural	Outros
Associação dos Agricultores Familiares de Cataduvas (AAFCAT)	Rural	Agricultores familiares

ENLOUCRESCER - Associação de familiares, amigos e usuários dos Serviços de Saúde Mental de Blumenau	Urbano	Outros
Associação Verbo Tecer	Urbano	Artesãos
ARREP – Associação dos Recicladores Rei do Pet	Urbano	Catadores de material reciclável
ZAPATA – Grupo informal do Assentamento Emiliano Zapata	Rural	Assentados da Reforma Agrária
Centro Público de São José dos Pinhais	Urbano	Artesãos
Formiguinhasda Arte – Grupo Informal de Artesanato	Urbano	Artesãos
FAÍSCA –Feira Agroecológica de Inclusão Social, Cultura e Artes	Urbano	Outros
COOPERAGRA – Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri	Rural	Agricultores familiares
Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Paraná (CPC)	Rural	Assentados da Reforma Agrária
Associação de Agentes Ecológicos São José Operário	Urbano	Catadores de material reciclável
Cooperativa de Catadores do Bairro Feitoria - Cooperfeitoria	Urbano	Catadores de material reciclável
Associação Portoalegrense de Condutores Ambientais - APACA	Urbano/Rural	Outros
Cooperativa de Agricultores Familiares de Prod Agroelcologicos e Coloniais Noroeste do Est.Do Rgs Ltda - Natuagro	Urbano	Agricultores familiares
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Linha 6 - ARL6	Urbano	Catadores de material reciclável
Birô de Empreendedorismo Cultural	Urbano	Técnicos, profissionais de nível superior
Pão e Ponto	Urbano	Beneficiamento de alimentos
Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Cavalhada - ASCAT	Urbano	Catadores de material reciclável
Awê	Urbano	Outros
Associação Casa das Artes	Urbano	Artesãos
Padaria Vitória	Urbano	Beneficiamento de alimentos
Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de Itapema - COOPERITAPEMA	Urbano	Catadores de material reciclável
Centro Publico de Economia Solidária de Itajaí - Idalina Maria Boni - CEPESI	Urbano	Outros
Rede de agricultura familiar - REMAF	Urbano	Agricultores familiares
Quiosque	Urbano/Rural	Agricultores familiares
Multi Mãos	Urbano	Artesãos
Colônia São Domingos	Rural	Agricultores familiares
Associação de Cuidadoras de Idosos de Ararangá	Urbano	Outros
Aldeia Indígena Nhuporã	Urbano	Artesãos

REGIÃO SUDESTE		
EMPREENDIMENTO	**ÁREA**	**SETOR**
Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região - COOCASSIS	Urbano	Catadores de material reciclável

Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Rancharia - Univence	Urbano	Catadores de material reciclável
RECRIARTES - ASSOCIAÇÃO DE COSTURA E ARTESANATO	Urbano	Artesãos
Banco Nascente	Urbano	Desempregados/Desocupados
Oficina do Sabor Mulheres Mil	Urbano	Beneficiamento de alimentos
Grupo de Artesãos Encontro das Artes	Urbano	Artesãos
Polo de Experimentação Cultura e Arte	Urbano	Artistas
CAPS AD - Lótus Artesanato Social	Urbano	Artesãos
Cooperativa de Reciclagem de Limeira - CooperLi	Urbano	Catadores de material reciclável
Assentamento Mario Lago - Grupo de Cestas Agroflorestais	Rural	Assentados da Reforma Agrária
Associação Sabor e Saúde	Urbano	Agricultores familiares
Associação Terra do Marolo	Urbano	Beneficiamento de alimentos
Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativista da Água Boa II - COOPAAB	Rural	Agricultores familiares
Feira Agroecológica da Agricultura Familiar do Rio Pardo de Minas	Urbano	Agricultores familiares
Associação Municipal de Artesãos de Paula Cândido - AMAPAC	Urbano	Artesãos
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Miguel dos Campos - ACAMARE	Urbano	Catadores de material reciclável
Irmandade dos Arturos - Produção de caixas de papelão	Urbano	Catadores de material reciclável
Cooperativa de Cosmeticos de Melo Viana - COOPERMEV	Urbano	Outros
Unidade Beneficiamento de Coco de Macaúba - UBCM	Rural	Agricultores familiares
Essências do Cerrado	Urbano/Rural	Agricultores familiares
COOPERSOL LESTE	Urbano	Catadores de material reciclável
COOPERSOLI	Urbano	Catadores de material reciclável
Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis da Remanso - COOPREMANSO	Urbano	Catadores de material reciclável
Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis - Coopjardim	Urbano	Catadores de material reciclável
Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca - Agroprata	Urbano	Agricultores familiares
Grupo de Mulheres do IFF/Campos	Urbano	Artesãos
Nutriarte Produtos Artesanais	Urbano/Rural	Beneficiamento de alimentos
Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de João Monlevade – ASSUME	Urbano	Outros
Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de João Monlevade (ATLIMARJOM)	Urbano	Catadores de material reciclável
Banco Comunitário Banclisa	Urbano	Outros
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Vida Nova - ASCANOVI	Urbano	Catadores de material reciclável

REGIÃO NORTE		
EMPREENDIMENTO	**ÁREA**	**SETOR**
Vem pará rua - Associação de Jovens com missão no empreendedorismo social	Urbano	Outros

Jornal Circulando	Urbano	Outros
Cooperativa de agricultores familiares de Terra Alta - Coafta	Rural	Agricultores familiares
Cooperativa Agropecuário dos Produtores Familiares Irituienses - D'Irituia	Rural	Agricultores familiares
Cooperativa dos Produtores e Produtoras de Leite, Queijo e Manteiga do Marajó - COPMARAJÓ	Rural	Agricultores familiares
Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Açaí de Santa Isabel do Pará, Inhangapi e Bujarú - COPRAASIP	Rural	Agricultores familiares
Associação de Mulheres Artesãs	Urbano	Artesãos
Cooperativa das Mulheres Produtoras de Capixaba - CooperVida	Urbano	Agricultores familiares